



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
Departamento de Ciências Exatas e da Terra I
Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais – PROET

RODRIGO OLIVEIRA MATO GROSSO PEREIRA

MANIFESTAÇÕES CULTURAIS, REPRESENTAÇÕES E LUGARES NA FEIRA DE
SÃO JOAQUIM,
SALVADOR/BA, APÓS INTERVENÇÃO DE 2012

SALVADOR
2025



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
Departamento de Ciências Exatas e da Terra I
Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais – PROET**

RODRIGO OLIVEIRA MATO GROSSO PEREIRA

**"MANIFESTAÇÕES CULTURAIS, REPRESENTAÇÕES E LUGARES NA FEIRA
DE SÃO JOAQUIM,
SALVADOR/BA, APÓS INTERVENÇÃO DE 2012.**

Trabalho apresentado para defesa de dissertação de mestrado, inserida no Linha de pesquisa Processos Territoriais e Dinâmica Urbano-Regional, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET) do Departamento de Ciências Exatas e da Terra I, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Estudos Territoriais pela Universidade do Estado da Bahia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Lysie dos Reis Oliveira

**SALVADOR
2025**

FICHA CATALOGRÁFICA

Biblioteca Professor Edivaldo Machado Boaventura – UNEB – Campus I
Bibliotecária: Célia Maria da Costa - CRB-5/918

P436m Pereira, Rodrigo Oliveira Mato Grosso
Manifestações culturais, representações e lugares na feira de São
Joaquim, Salvador/BA, após intervenção de 2012 / Rodrigo Oliveira
Mato Grosso Pereira . – Salvador, 2025.
126 f. : il.

Orientadora: Lysie dos Reis Oliveira.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade do Estado da Bahia.
Departamento de Ciências Exatas e da Terra. Campus I. Programa de
Pós-Graduação em Estudos Territoriais – PROET, 2025.

Contém referências, apêndices e anexos.

1. Feiras – São Joaquim (BA) – Usos e costumes. 2. Feiras – São Joaquim
(BA) – Aspectos sociais. 3. Patrimônio cultural – Salvador (BA). I. Oliveira,
Lysie dos Reis. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de
Ciências Exatas e da Terra. Campus I. III. Título.

CDD: 394.6098142

ATA

Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS TERRITORIAIS - PROET


SESSÃO DE APRESENTAÇÃO DE DEFESA PÚBLICA

Em 14 de julho de 2025, às 14 hora(s), através de videoconferência, na Plataforma *Microsoft Teams*, realizou-se a Sessão Pública de Defesa da Dissertação, do(a) Mestrando(a) RODRIGO OLIVEIRA MATO GROSSO PEREIRA, intitulada: "MANIFESTAÇÕES CULTURAIS, REPRESENTAÇÕES E LUGARES NA FEIRA DE SÃO JOAQUIM, SALVADOR/BA, APÓS INTERVENÇÃO DE 2012. O(a) Professor(a) Dr.(a) LYSIE DOS REIS OLIVEIRA, orientador(a) e Presidente da Banca Examinadora, iniciou a sessão apresentando os demais examinadores: Prof.(ª) Dr.(ª) LÍVIA DIAS DE AZEVEDO - UEFS, membro externo e Prof.(ª) Dr.(ª) AGRIPINO SOUZA COELHO NETO - UNEB, membro interno. A sessão teve a duração de 3 (três) horas e, após a exposição do trabalho e arguição do(a) discente a Banca emitiu o seguinte parecer:


CONCEITO	APROVADO ()	APROVADO COM RESTRIÇÃO (X)	REPROVADO ()
NOTA/PARECER			
A dissertação apresenta um texto coeso e com tema de relevância acadêmica. A banca aprova o trabalho, condicionando-o a realização das seguintes mudanças: alterar os títulos de capítulos e suas seções, atualizar as representações sobre a feira, qualificar a descrição metodológica e aprofundar o debate sobre o conceito de lugar. Essas mudanças deveram estar contidas na entrega da versão final. O mestrando terá 60 (sessenta) dias para revisar o texto, contados a a partir da data de defesa.			

Para lavrar a presente Ata, eu, Prof. (ª) Dr.(ª) LYSIE DOS REIS OLIVEIRA, presidente da Banca, encerro a presente ATA, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Banca.


Salvador-Ba, 14 de julho de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **LYSIE DOS REIS OLIVEIRA**
Data: 17/07/2025 15:54:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Professor(a) Dr.(a) LYSIE DOS REIS OLIVEIRA
Universidade do Estado da Bahia
Professor(a) orientador(a) presidente

Documento assinado digitalmente
 **AGRIPINO SOUZA COELHO NETO**
Data: 21/07/2025 11:35:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor(a) Dr.(a) AGRIPINO SOUZA COELHO NETO
Universidade do Estado da Bahia
Examinador(a) Interno

Documento assinado digitalmente
 **LÍVIA DIAS DE AZEVEDO**
Data: 18/07/2025 14:34:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor(a) Dr.(a) LÍVIA DIAS DE AZEVEDO
Universidade Estadual de Feira de Santana
Examinador(a) Externo

Documento assinado digitalmente
 **RODRIGO OLIVEIRA MATO GROSSO PEREIRA**
Data: 21/07/2025 15:00:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RODRIGO OLIVEIRA MATO GROSSO PEREIRA
Discente

EPÍGRAFE

“Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que só jogou hoje”
(Ditado lorubá)

AGRADECIMENTOS

Antes de mais nada, acho importante colocar aqui que eu não ando só. A espiritualidade me acompanha e esta mesma espiritualidade me deu forças e me segurou durante a execução deste trabalho. Então, primeiramente agradeço à minha espiritualidade por me guiar pelos caminhos da feira, permitindo olhar para aquele espaço com outros olhares. Deus, orixás, guias, independente como se deseje chamar, a este lado vai o meu primeiro agradecimento.

Agradeço à minha família. Meus pais, Josele, José Luiz Mato Grosso (in memorian) e meu irmão, Matheus Mato Grosso, pelo suporte durante toda a minha caminhada. Principalmente ao meu irmão, por ter sido meu primeiro apoiador, quando tudo parecia estar perdido. Obrigado, Theu.

Agradeço ao meu companheiro, Diogo Moraes, por todos esses anos de suporte e incentivo. Mesmo quando tudo parecia difícil, quando a vontade de desistir falava alto, Diogo era quem estava ali comigo, me encorajando a enfrentar essas dificuldades e afirmando comigo que eu devia confiar em mim mesmo. Te amo.

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Lysie dos Reis Oliveira, por todos esses anos de parceria e companheirismo. A jornada que gerou este trabalho se iniciou anos atrás, em 2018. O que iniciou como uma conversa rápida sobre planos futuros, se tornou uma pesquisa que me acompanhou durante toda a minha trajetória acadêmica na graduação, permitiu a construção desta dissertação de mestrado e segue comigo para o doutorado. Isso tudo só foi possível por causa de todos os ensinamentos e conversas com a professora Lysie. Sempre serei grato e sei que nossa caminhada juntos não se encerra aqui.

Agradeço a todo o PROET, por tanto trabalho e dedicação para que este programa siga crescendo. Um agradecimento especial aos professores Agripino Coelho, Antônio Muniz, Jamile Silva Lima-Payayá, Jussara Portugal e Simone Ribeiro. Nossas discussões em sala de aula foram fundamentais não apenas para a construção deste trabalho, mas também para a minha formação pessoal e isso, para mim, é de extrema importância. Muito obrigado. Agradeço também aos funcionários da secretaria do programa, Ed e Jovino, por todo o suporte durante o período do mestrado.

Não podia deixar de agradecer também à “melhor turma do PROET” (risos), a turma de 2023.1. A diversidade e o acolhimento desta turma foi fundamental para

tudo que se desenrolou nestes últimos dois anos. São pessoas que levarei comigo sempre e isso é reconfortante.

Finalizando, aos meus amigos. Todo o meu amor.

PEREIRA, Rodrigo Oliveira Mato Grosso. **Manifestações culturais, encruzilhadas e representações na feira de São Joaquim, Salvador/BA, após intervenção de 2012.** 2025. 119f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Estudos Territoriais – PROET. Departamento de Ciências Exatas e da Terra I. Universidade do Estado da Bahia – UNEB, 2025.

Resumo

A feira de São Joaquim, maior feira livre de Salvador, quando consideramos as suas antecessoras, feira do Sete e feira de Água de Meninos, possui cerca de 100 anos de existência. Conhecida por ser um centro onde é possível comprar itens relacionados ao candomblé e à umbanda, a feira é um dos domínios de Exu, orixá das encruzilhadas e da comunicação. A feira também se tornou parte do imaginário coletivo acerca do que é ser baiano, sendo palco de inúmeras representações de artistas como Carybé, Jorge Amado e Gilberto Gil. Esta produção colaborou para a construção da imagem da feira, que passa a ser percebida como local apto para o desenvolvimento social de pessoas da Bahia e de outros lugares do mundo. Ao mesmo tempo, a feira passou a ser descrita pelos jornais da cidade como um local insalubre, propício para o desenvolvimento de doenças. Apesar dessa visão negativa, a feira segue crescendo e se adequando às necessidades do cliente, que encontra ali a possibilidade de estabelecer relações. Partindo disto, após entrevistas com feirantes, percebe-se que o entendimento da feira enquanto lugar se torna possível, uma vez que a percepção de lugar é individual. Logo, considerando que cada feirante possui uma visão sobre a feira, foi possível perceber que muitos se sentiam parte da feira, enquanto outros viam ali apenas como local de trabalho. A opinião dos feirantes também mostra que, apesar das modificações na materialidade da feira, as manifestações culturais daquele espaço se mantém ativa, o que possibilita o seu registro como patrimônio imaterial de Salvador.

Palavras-chave: feira de são joaquim, Exu, patrimônio imaterial, lugar, representações

PEREIRA, Rodrigo Oliveira Mato Grosso. **Manifestações culturais, encruzilhadas e representações na feira de São Joaquim, Salvador/BA, após intervenção de 2012.** 2025. 119f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Estudos Territoriais – PROET. Departamento de Ciências Exatas e da Terra I. Universidade do Estado da Bahia – UNEB, 2025.

Abstract

The São Joaquim fair, the largest open-air fair in Salvador, when we consider its predecessors, the Sete fair and the Água de Meninos fair, has been around 100 years old. Known for being a center where you can buy items related to Candomblé and Umbanda, the fair is one of the domains of Exu, the orixá of crossroads and communication. The fair has also become part of the collective imagination about what it means to be a Bahian, being the stage for countless representations by artists such as Carybé, Jorge Amado and Gilberto Gil. This production contributed to the construction of the fair's image, which began to be perceived as a place suitable for the social development of people from Bahia and other parts of the world. At the same time, the fair began to be described by the city's newspapers as an unhealthy place, conducive to the development of diseases. Despite this negative view, the fair continues to grow and adapt to the needs of customers, who find there the possibility of establishing relationships. Based on this, after interviews with stallholders, it is clear that understanding the fair as a place becomes possible, since the perception of place is individual. Therefore, considering that each stallholder has a different view of the fair, it was possible to see that many felt part of the fair, while others saw it only as a place of work. The stallholders' opinions also show that, despite the changes in the materiality of the fair, the cultural manifestations of that space remain active, which makes it possible to register it as an intangible heritage of Salvador.

Keywords: São Joaquim Fair, Exu, intangible heritage, place, representations

Lista de Figuras

- Figura 1: Mapa de localização do Recôncavo Baiano
- Figura 2: Mapa de localização da feira de São Joaquim, Salvador/BA
- Figura 3: Mapa de Localização feira de São Joaquim - Salvador dentro do Centro Antigo da cidade
- Figura 4: Imagem de identificação das Etapas da Intervenção - Salvador
- Figura 5: Imagem de identificação das Fases da Terceira Etapa
- Figura 6: Artefatos para assentamento de Exu
- Figura 7: Assentamento de Exu Submerso
- Figura 8: Olojá 2024
- Figura 9: Cartaz do Filme “A Grande feira” - A
- Figura 10: Cartaz do Filme “A Grande feira” - B
- Figura 11: Vista de cima da feira de Água de Meninos
- Figura 12: Capa de edição da “Coleção Recôncavo” cujo tema foi a feira de Água de Meninos
- Figura 13: Matéria do Jornal da Bahia, noticiando o incêndio em Água de Meninos
- Figura 14: Matéria do Jornal “A Tarde” de 1978
- Figura 15: Matéria do Jornal A Tarde de 1968
- Figura 16: Matéria do Globo Repórter, 2022
- Figura 17: Matéria da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2021
- Figura 18: Corredor do GAM
- Figura 19: Comemoração do Dia do Feirante
- Figura 20: Local onde acontecem a maioria das manifestações culturais da feira
- Figura 21: Bará do Mercado, Porto Alegre

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 - A FEIRA COMO LUGAR DE CAMINHOS E ENCRUZILHADAS	34
1.1 - Histórico da feira	34
1.2 - Exu e suas encruzilhadas	42
1.2 - A feira como lugar	47
CAPÍTULO 2 - O PATRIMÔNIO E SUAS REPRESENTAÇÕES	53
2.1 - Produção Audiovisual	58
2.2 - Fonte Literária	62
2.3 - Fonte Musical	66
2.4 - Fonte Jornalística	70
CAPÍTULO 3 - A PERSPECTIVA DO FEIRANTE ACERCA DA FEIRA DE SÃO JOAQUIM, SUAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E SEU PAPEL COMO LUGAR	77
3.1 - A Feira de São Joaquim na atualidade e suas inserções no panorama do turismo	77
3.2 - Registro enquanto patrimônio imaterial e a percepção dos feirantes	80
3.2.1 - Entrevistas da Fase 1	89
3.2.2 - Entrevistas do Galpão Água de Meninos (GAM)	91
3.2.3 - Entrevistas das Fases 4 e 5	94
3.2.4 - Entrevistas das Fases 6 e 7	95
3.3 - Discussão	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
Referências	110
Apêndice I - Formulário aplicado aos feirantes	117
Apêndice II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	119

INTRODUÇÃO

A feira de São Joaquim já foi um dos principais centros comerciais de Salvador. Sua história remonta o começo do século XX, quando boa parte do abastecimento da cidade se dava a partir de produtos vindos do Recôncavo Baiano, de cidades como Santo Amaro, São Félix, Cachoeira e Maragogipe (Tavares, 1961), favorecendo o surgimento de mercados populares ao longo da costa da Baía de Todos os Santos. Uma destas feiras era a feira do Sete, cujos primeiros registros são do início da década de 1920 e que recebeu este nome devido à proximidade ao armazém número Sete do Porto de Salvador (Oliveira e Angélico, 2006). Era uma feira móvel, que atendia às mais diversas classes da sociedade soteropolitana nos dias específicos para o seu funcionamento. Com o passar dos anos e com o aumento da procura, a feira se consolida, passando a ser fixa e recebe outro nome, a feira de Água de Meninos, no início dos anos 1930. É dito que umas das motivações o nome da feira era devido “às enxurradas das chuvas da Ladeira da Água Brusca que se acumulava como grandes poças perto da praia onde ficava a feira” (Cardoso, 2013, p. 17)¹. A feira de Água de Meninos se tornou um dos principais pontos comerciais da Cidade Baixa, atendendo não apenas a população dos bairros próximos, mas servindo de ponto de abastecimento para inúmeras localidades de Salvador. Ela existiu até que um incêndio no dia 05 de setembro de 1964 a destruiu (Pochat, 2014). Após o incêndio, naquele mesmo ano, os feirantes de Água de Meninos foram transferidos para uma nova localidade, na Enseada de São Joaquim, que batiza a feira, que passa a ser chamada de feira de São Joaquim. O terreno da feira foi cedido pela Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA), através de um termo de cessão assinado pelo Governo do Estado, Prefeitura Municipal de Salvador, Sindicato dos feirantes, CODEBA e Capitania dos Portos (Oliveira, 2017) e tinha uma duração de 30 anos. Apesar deste fato, em 2024 a feira de São Joaquim completa 60 anos de existência e, apesar da instalação do

¹ Existem histórias acerca do nome Água de Meninos. Uma delas conta que ali existia uma nascente natural onde os meninos tomavam banho. Mais tarde, no século XVIII, o governo estadual teria construído ali uma fonte, que passou a se chamar Fonte de Água de Meninos. (Fonte: <https://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?titulo=feira%20EM%20HIST%D3RIA:%20Curiosidades%20sobre%20alguns%20nomes%20das%20ruas%20de%20Salvador&id=38&link=secom/noticias.asp&idn=20360#:~:text=%C3%81GUA%20DE%20MENINOS%20%2D%20Lugar%20que,Fonte%20de%20%C3%81gua%20de%20Meninos.>)

Centro de Abastecimento de Salvador, no anos de 1970, causando uma redução nas idas à feira por parte da população, a mesma segue sendo um dos principais locais de Salvador para a compra de produtos do culto afro-brasileiro, como candomblé e umbanda.

De acordo com Oliveira (2017), a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) afirma que 95% dos feirantes ocupam aquele espaço através de boxes, com padrão construtivo de alvenaria. Os demais 5% se dividem entre as vendas na pedra (o próprio chão da feira) e pallets. Com o passar do tempo e com a falta de manutenção, a feira de São Joaquim passou por um processo de degradação, criando a imagem de um lugar sujo. Tais problemas resultaram, em 2012, num processo intitulado Projeto de Requalificação da feira de São Joaquim que visava a requalificação urbana daquela localidade. Detalhes deste projeto serão discutidos no decorrer desta dissertação, mas seu objetivo era resolver os problemas infraestruturais da feira de São Joaquim, o que facilitaria a sua inserção do roteiro turístico da Cidade Baixa. Entretanto, devido aos atrasos, apenas parte da obra foi entregue em 2016, ocasionando na divisão do território da feira, que passou a ser conhecida por esta divisão: a feira Velha, que ainda aguardava a requalificação e a feira Nova, que já havia passado pelo processo (Pereira, 2023). Estima-se que, na entrega de 2016, apenas 20% do território da feira havia passado pela requalificação.

O entendimento acerca da feira São Joaquim vem despertado o interesse na academia nos últimos anos, desde em trabalhos que aprofundam o entendimento acerca do seu papel enquanto comércio, como em Oliveira (2017), que buscou entender o papel daquele local como espaço de compra e venda de folhas relacionadas ao candomblé ou até mesmo trabalhos acerca da infraestrutura da feira, como Lima e Paim (2017) e Barreto (2022), que direcionaram suas pesquisas para o processo de intervenção que ocorreu, iniciado em 2012. Entretanto, a feira de São Joaquim já está presente em trabalhos que exaltam a cultura baiana desde a

segunda metade do século XX. Odorico Tavares², Jorge Amado³ e Carybé⁴ são exemplos de três intelectuais que valorizaram a feira pela sua importância para determinado grupo social da cidade, trazendo em suas obras o dia a dia dessas pessoas.

Essa importância dada à feira de São Joaquim a coloca como objeto de estudo, principalmente devido à diversidade de temas que podem ser explorados a partir das suas configurações na cidade de Salvador. Como exemplo, podemos apontar esta dissertação de mestrado, que se apresenta como a continuidade em estudos iniciados durante a graduação, com o trabalho de conclusão de curso do autor intitulado “A feira e suas Representações: O Patrimônio Imaterial da feira de São Joaquim, Salvador-BA”, que tinha como objetivo geral entender as representações da feira de São Joaquim e o seu papel enquanto equipamento cultural de Salvador.

A partir da década de 1990, as questões culturais e identitárias passaram a ser valorizadas pela academia, uma vez que percebeu-se a importância dos diversos contextos ligados à diversidade cultural. Assim, discussões acerca das representações e diversas identidades passam a ser trabalhadas, uma vez que se entende que estas temáticas são importantes nos entendimentos das diversidades socioespaciais e suas diferenciações, principalmente porque através destes estudos percebe-se que questões culturais populares são ferramentas de luta e resistência num território onde a desigualdade socioespacial é presença marcante. Neste sentido, tais olhares indicam que o caráter cultural, bem como práticas sociais se destacam no espaço e se apresentam de forma organizada no território. Da mesma forma, a interação sujeito-espaço é refletida na vida, símbolos, práticas da sociedade e as múltiplas escalas envolvidas na individualidade e na coletividade (Berdoulay, 2016).

² Odorico Tavares (1912-1980), jornalista, nascido em Pernambuco, mas radicado na Bahia. Em 1971, tornou-se parte da Academia Baiana de Letras. Suas reportagens escritas para a revista O Cruzeiro foram reunidas no livro “Bahia, Imagens da Terra e do Povo”, que foi premiado na 1ª Bienal Internacional do Livro e Artes Gráficas de São Paulo, em 1961.

³ Jorge Amado (1912-2001), escritor baiano, autor de obras conhecidas, como Dona Flor e Seus Dois Maridos, Jubiabá, Capitães da Areia, entre outros.

⁴ Carybé (1911-1997), artista plástico argentino radicado na Bahia, cujas obras apresentavam o candomblé, as feiras e portos como representantes da cultura baiana.

Partindo deste entendimento, estudos sobre a feira de São Joaquim e suas antecessoras, feira do Sete e feira de Água de Meninos, passam a ter maior presença no meio acadêmico, que passa a percebê-la com outros olhares.

Vital Jonas Pinheiro Júnior (1994), em seu Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia (FCE - UFBA) analisou as características dos trabalhadores informais da feira de São Joaquim tendo como objetivo entender a relação entre os feirantes e o setor informal da economia, comparando rendimentos de feirantes e outros trabalhadores ligados ao setor formal. O autor conclui, após separar os feirantes dentro de categorias, como renda, escolaridade, equipamentos, relação com o trabalho, empreendimento familiar e outras categorias (Pinheiro Júnior, 1994), que o trabalho da feira pode ser enquadrado enquanto um trabalho informal e, portanto, merece atenção do poder público no que tange qualquer alteração nas formas de comércio, infraestrutura e organização do espaço. Este trabalho fortalece a ideia de que muitos comerciantes, que não fazem parte do chamado setor formal da economia, dependem do trabalho na feira para o seu sustento, reforçando a importância daquele local para as classes mais simples da sociedade.

Já Viegas (2006) discute sobre a importância da feira de São Joaquim para a sociedade soteropolitana, uma vez que levanta o papel daquele local para o turismo da cidade, trazendo uma abordagem descritiva do local, apontando marcos da sua história, como o incêndio que destruiu a feira de Água de Meninos em 1964 e as transferências de local, as características dos feirantes, as formas de relacionamento que se estabelecem entre compradores e vendedores, a fim de explicar o papel que ela exerce enquanto patrimônio de Salvador e a visão do poder público sobre a mesma. No decorrer do seu texto, a autora faz um panorama geral acerca das pessoas que trabalham e compram da feira, bem como sua possível inserção no roteiro turístico da cidade. A autora conclui que a feira possui um papel importante no abastecimento da cidade, principalmente das camadas populares, indicando uma intervenção do poder público, principalmente no que diz respeito à segurança e saneamento básico. A mesma traz também que feira de São Joaquim possui papel importante para a cultura da cidade, uma vez que apenas aqueles que estão acostumados com a sua rotina são capazes de decifrar os sinais oriundos da mesma, como vestuário, comunicação e hábitos cotidianos.

Oliveira e Angélico (2007) abordaram a feira através de um viés econômico, trazendo pontos como abastecimento das mercadorias, armazenamento e estoque. Os autores também abordam o faturamento da feira, bem como o papel dela diante da concorrência, tanto entre os feirantes como com os estabelecimentos comerciais externos. Os autores concluem que o faturamento diário da feira de São Joaquim é alto, o que favorece o seu entendimento da sua capacidade econômica. Entretanto, os autores também apontam que os problemas de infraestrutura e higiene da feira se apresentam como empecilhos para o comércio local. De acordo com os autores:

As carnes deveriam ser refrigeradas e transportadas com maior cuidado, pois esses produtos ficam expostos na frente das barracas sob o risco de contaminação por insetos ou qualquer outro meio. As frutas e verduras não deveriam ser cortadas nem mantidas expostas à sujeira, não deveriam circular animais onde estivessem alimentos e a feira deveria ser mais bem calçada e coberta, pois em épocas de chuva existe a formação de lama, o que dificulta a circulação de clientes e contamina os alimentos. (Oliveira e Angélico, 2007, p. 13)

Barros (2008), em sua dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da UFBA, intitulada “Criança na feira de São Joaquim: trabalho e exploração”, que levantou debate sobre o trabalho infantil na feira, aponta que, as crianças, apesar de trabalharem nos horários onde não estão nas escolas, ainda são crianças, gostando de brincar e se divertir. Para os pais, levar os filhos para a feira é uma forma de controlá-los, garantindo que os mesmos aprendam um serviço ao mesmo tempo que os mantém longe da criminalidade. O trabalho infantil também se apresenta como uma forma de combater a pobreza da família, uma vez que as crianças passam a ajudar nas despesas das casas. De acordo com a autora, as crianças entrevistadas se sentem úteis ao trabalhar com seus pais, mas afirma também que as mesmas apenas estudariam, caso fosse uma opção. De qualquer forma, este trabalho discorre sobre a presença de crianças na feira de São Joaquim, que entendem aquele espaço não apenas como local para trabalho, mas também para diversão, visto que é naqueles corredores que elas encontram formas de se distrair.

Gazar (2009), em seu trabalho de conclusão de curso, discute a importância da feira de São Joaquim para o culto afro-brasileiro em Salvador. Um dos produtos da sua pesquisa foi um documentário chamado “Encruzilhada”, que retrata a relação entre os praticantes do candomblé e umbanda com a feira de São Joaquim. Para a autora, a feira se apresenta como local de resistência da cultura negra em Salvador,

visto que a mesma atende às necessidades da maioria dos terreiros da cidade. A autora ainda aponta que, nas suas idas à feira, percebeu que existe uma forma de se relacionar entre as pessoas, como os cumprimentos dados ao longo da visita. Tal forma, a princípio, a colocou num papel de estranheza, uma vez que a mesma não tinha costume de frequentar aquele local. Esta informação serve para afirmar que a feira é um local onde relações são construídas e mantidas, de modo que, qualquer pessoa que não siga tais padrões de comportamento geram alguma estranheza aos feirantes.

Souza (2010), em sua dissertação de mestrado entregue ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA discute a importância da feira, considerando as suas antecessoras feira do Sete e feira de Água de Meninos, no entendimento do comércio soteropolitano e o papel destas na manutenção da cultura popular e tendo papel importante no abastecimento do mercado informal de Salvador. O autor aponta também sobre o papel do feirante, que se apresenta como o responsável por contar a história da feira. O autor traz que:

A feira expressa a riqueza e complexidade sócio-econômica inscrita à enseada de São Joaquim e referida a múltiplas espacialidades, territorialidades constituídas e constantemente reafirmadas entre os fios da teia de São Joaquim – expressão da diversidade, da persistência-resistência. (Souza, 2010, p. 224)

Esta afirmação nos leva a refletir que a feira não se resume apenas a um local para abastecimento da cidade, mas também se apresenta como um local adequado para desenvolvimento social, tendo características únicas e inerentes à sua própria formação enquanto lócus na cidade de Salvador. Estas características podem ser observadas em visitas àquele local, quando se percebe a importância que os comerciantes dão à forma de tratar seus clientes que, muitas vezes, passam a ser tratados como amigos.

Pochat (2012) abordou em sua dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Música da Escola de Música da UFBA a utilização de sons captados na feira de São Joaquim para a composição musical, através de técnicas de manipulação e edição de áudios. De acordo com o autor, a utilização da fala dos feirantes tinha como objetivo priorizar “um estudo embasado na literatura musical baiana referente ao tema da utilização da música falada, tentando, contudo, ampliar ainda mais o tratamento dado ao ‘falar’ do povo em seu próprio habitat”

(Pochat. 2012, p. 77). Percebe-se aqui a importância dos sons para a feira, retratados pelo autor como representativos para aquela classe de trabalhadores. Esta visão nos permite entender que a percepção da academia sobre a feira de São Joaquim não se limita apenas ao seu papel no espaço urbano. A feira também se torna objeto de pesquisa baseado nas suas formas de expressão.

Cardoso (2013), em sua dissertação de mestrado, intitulada “Significados de saúde para os feirantes de São Joaquim: Um olhar sobre o Projeto de Requalificação”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho, da Faculdade de Medicina da UFBA, discutiu a possibilidade de transformar a feira num local menos insalubre através do projeto de requalificação executado pelo governo do Estado, que se iniciou em 2012. O autor conclui que tal objetivo encontrou alguns empecilhos devido principalmente à falta de participação dos feirantes nas decisões tomadas. O autor aponta também que tal obra visou preferencialmente a inserção da feira numa rota turística, se preocupando menos com a qualidade de vida daqueles que de fato utilizam a mesma como fonte de renda e subsistência. O autor ainda aponta que o chamado Projeto de Requalificação da feira de São Joaquim foi pensado tendo a feira como um todo, não considerando as particularidades do trabalho inerente àquele espaço, o que dificulta uma maior compreensão.

Pochat (2014), em um artigo apresentado ao Simpósio Brasileiro de Pós-Graduandos em Música, propôs a utilização dos sons da feira na composição de obra musical que trabalhasse com música e fala. O autor conclui que, apesar do trabalho não ser conclusivo, é possível aplicar o conceito da relação entre fala e música na composição de obras musicais utilizando os sons captados na feira de São Joaquim.

Silva e Melo (2016), em um artigo publicado nos Anais do I Encuentro de Estudios Sociales desde América Latina y el Caribe: cenários linguístico-culturais contemporâneos, discutiram acerca da relação da feira, que já passava pelo processo de intervenção, e os seus resíduos, encarando a feira como um local onde se desenvolvem relações. Os autores ressaltam que a relação da sociedade com o lixo e como a requalificação poderia ser utilizada para minimizar problemas de coleta e descarte de resíduos que, de acordo com os autores, permitiriam a inserção da

feira num circuito turístico, uma vez que o combate ao acúmulo de lixo e aos odores seriam ferramentas interessantes no impulsionamento da atividade turística do local, através do Circuito Turístico-cultural da Cidade Baixa.

Lima e Paim (2017), em um trabalho publicado na Revista Horizontes⁵, fizeram um levantamento acerca das atividades e produtos vendidos na feira de São Joaquim em 2008, visando o entendimento dos mesmos. Tal levantamento foi realizado através de um convênio firmado entre Governo Federal, através do Ministério da Cultura e a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT), utilizando das visitas a campo para possibilitar conversar com os feirantes sobre a importância dos produtos comercializados e as práticas cotidianas que se desenvolvem ali e utilizou como metodologia o diálogo com os feirantes, bem como busca de documentos que trouxessem as informações necessárias. Os autores discorrem sobre a importância cultural da feira de São Joaquim, além da sua importância histórica, considerando o seu papel no abastecimento de Salvador no início do século XX. As pesquisas de campo relatam a prática do feirante e os itens vendidos na feira, apresentados no artigo não apenas como bem material, mas destacando sua importância cultural, como por exemplo o dendê, amplamente utilizado no culto afro-brasileiro, ou a farinha de mandioca, item comum na mesa do baiano. Os autores finalizam o texto reforçando a importância da feira de São Joaquim para o povo simples de Salvador, não apenas pela variedade de preços, mas também por ser um elemento onde a cultura popular pôde aflorar e se desenvolver.

Oliveira (2017) trouxe em sua tese de doutorado, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFBA, uma discussão acerca do comércio de folhas sagradas para o culto afro-brasileiro e sobre o comércio “na pedra”, nome dado à prática comercial que ocorre no chão da feira de São Joaquim. O autor aponta que este comércio tem características que o aproximam do comércio africano, como a grande presença feminina e a transmissão do saber através da oralidade, que é passada de pais para filhos com o passar dos anos. O autor não se resume apenas ao comércio das folhas, mas discute também sobre a sua produção, seja ela através da coleta, indicada pelo autor como prática extrativista, seja através

⁵ Periódico vinculado ao Programa de Pós-graduação stricto sensu em Educação na Universidade São Francisco, Itatiba/SP. Qualis A2

da colheita, apontada como prática de horticultura. O autor destaca também a importância do estabelecimento de relações para o comércio, tida como prática necessária para a manutenção das vendas. O autor afirma que a comércio de folhas consegue articular a prática comercial pautada na relação de proximidade entre vendedor e comprador, comum no mercado africano, com o mercado capitalista, uma vez que agrega “sistemas de produção, circulação (e consumo) de bens simultaneamente econômicos e simbólicos (de uso mágico-religioso e medicinal) e as interações sociais dos seus agentes.” (Oliveira, 2017, p. 199).

Souza (2019), em trabalho publicado no Cadernos Cajuína⁶ descreveu a feira de São Joaquim momentos antes de se iniciar a intervenção proposta pelo Governo do Estado, destacando a sua diversidade cultural. Dessa forma, o autor se permite registrar a memória da feira através das fotos e conversas resultantes da interação com os atores sociais que ali atuam. O autor relata o cotidiano da feira de São Joaquim, a forma com as quais as pessoas ocupam aquele espaço e como elas se relacionam entre si, tendo aquele local como palco para tais relações.

Barreto (2022), em dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Territoriais da Universidade do Estado da Bahia (PROET-UNEB), através de uma metodologia intitulada Avaliação Pós-Ocupação (APO), utilizando relatos dos feirantes e compradores, analisou a feira de São Joaquim após a entrega da área que sofreu intervenção. A autora concluiu que a obra entregue pelo Governo do Estado “foi mal executada, pode até ter sido bem pensada, mas a sua execução acentuou problemas de infraestrutura” (Barreto, 2022, p. 129). A autora conclui que a operação não atende às especificações básicas de uma requalificação, além de apresentar questões acerca do projeto que não levam em conta questões ergonômicas. A autora afirma que tais problemas na infraestrutura mesmo após as obras geraram esvaziamento de determinadas áreas da feira, percebido pelos galpões desocupados e sem perspectiva de uso. Concluindo o trabalho, a autora afirma que a operação não valorizou aspectos da antiga feira, o que dificultaria o tombamento da instância material, bem como não solucionou todos os problemas existentes anteriormente.

⁶ Revista interdisciplinar, Qualis A4

Pereira (2023), autor desta dissertação, num trabalho que foi produto de iniciação científica, propôs uma análise da morfologia da feira de São Joaquim após o processo de intervenção entregue em 2016. O autor conclui que, após a entrega de apenas uma parte da totalidade da feira, ocorreu uma divisão no seu território: a feira Velha, que era composta de toda a área que ainda aguarda intervenção e que mantém a infraestrutura antiga e a feira Nova, que corresponde à área já modificada e que estava previsto em projeto. Tal divisão, de acordo com o autor, resulta na mudança no comportamento dos feirantes e compradores, que passam a interpretar as áreas de formas diferentes.

Além de buscar entender o olhar que a academia lança sobre a feira de São Joaquim, julgou-se necessário também observar a forma como processos de requalificação, tombamento e registro de feiras livres são estudados pelos pesquisadores. Logo, vale a pena pesquisá-los um pouco, de modo a tentar desvendar como processos similares aos que ocorreram em São Joaquim aconteceram no Brasil.

Valverde (2011), em artigo publicado na Revista Mercator⁷, estudou as mudanças ocorridas na feira de São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro. A feira é conhecida por trazer um pouco da identidade nordestina, sendo um local onde é possível encontrar comidas, roupas e músicas originárias daquela região. O autor afirma que o reconhecimento da identidade é importante no processo de autoafirmação e diversificação cultural. Entretanto, o autor também indica que esse processo de autoafirmação, quando acontece longe da origem daquela identidade (como é o caso da feira de São Cristóvão), pode favorecer para a imutabilidade daquele grupo cultural, ou seja, existe uma rigidez nos padrões culturais, sem ter uma associação com a cultura do local onde a feira está instalada, uma vez que não é permitida a transformação daquele espaço, o que dificultaria a adaptação dos migrantes. Esta rigidez poderia colaborar com a perpetuação de estereótipos e preconceitos que, de fato, devem ser combatidos.

Na Dissertação de mestrado de Deodato (2017) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, o objetivo central foi o exame das trajetórias e, igualmente, das disputas que se circunscrevem no contexto do evento (aqui

⁷ Revista associada à Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará. Qualis A1

elencado pela autora como a própria feira de Ipanema). No decorrer da construção deste estudo – através de recursos, como a etnografia e a pesquisa documental –, as trajetórias e disputas foram revelando múltiplos atores, que tomados em conjunto são identificados como agentes responsáveis por transformar a idealização de Hugo Bidet, seu precursor, no que se tornou a feira Híppie de Ipanema, hoje protegida pelo decreto nº 321/1976 como patrimônio imaterial do RJ. O propósito central desta pesquisa alcança seu desfecho quando se considera que o evento, ou seja, a feira, não somente deve ser visto como um espaço em que pessoas exercem um ofício, mas tão importante quanto é compreender que existem infinitas ocorrências em seu universo que são responsáveis por impulsionar os expositores à continuidade de suas atividades, que não se limitam ao comércio, mas vivificam o arranjo dos aspectos culturais e artísticos que compõem os cenários da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil.

Peregrino (2018), em sua dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), analisou o processo de registro da feira de Campina Grande, entendendo que o registro de um bem patrimonial tem como objetivo a “proteção/tutela do patrimônio histórico cultural” (Peregrino, 2018, p. 176). Partindo disto, o autor entende que tal processo não é apenas administrativo, mas também um processo social, baseado no valor que aquele espaço tem para a sociedade. O autor traz que a abordagem utilizada no processo de registro se baseou no fluxo cultural. Entretanto, devido ao caráter mutável da cultura, o processo passou por inúmeras mudanças, além de estar sujeito também aos novos contextos políticos e às disputas territoriais que acontecem ali. De acordo com o autor, a participação da comunidade foi fundamental no processo, uma vez que a vivência diária permite mais fácil identificação do que de fato é importante. Além disso, os próprios usuários da feira, sejam feirantes e compradores, em suas atividades diárias, já são agentes responsáveis pela salvaguarda da mesma.

Aguiar (2018), em um trabalho publicado nos Anais de um evento intitulado Conexão Fametro 2018, traz uma discussão acerca da feira da Madrugada, considerada a maior feira de confecção de Fortaleza, no Ceará e que após a operação, passou a ser chamada Centro Fashion Fortaleza, focando na sustentabilidade do local, antes e depois do processo de requalificação que ocorreu

ali. Através de uma abordagem qualitativa a partir da coleta de dados disponíveis na internet, os autores levantaram o histórico da feira, os impactos da mesma na localização original e as condições sanitárias do local após a requalificação. Os autores concluem que tal obra conseguiu melhorar as condições sanitárias do espaço, além de ter minimizado o processo degradativo pelo qual aquele patrimônio passava.

Lima (2019), em sua dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, propôs um projeto de requalificação para o Mercado Público de Jaguaribe, em João Pessoa, de modo a não perder as características de uma feira livre. Buscando soluções para problemas relacionados à infraestrutura do local, este trabalho explorou questões relacionadas à localização do mercado, além de trazer detalhes do projeto levando em consideração conceito, partido e organização espacial. O autor procura fazer um projeto que valorize as características próprias do mercado livre, considerando e respeitando as práticas já estabelecidas previamente.

Ferreira (2021), em um estudo sobre a feira livre de Santo Amaro, objeto da sua dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Territoriais, na UNEB, traz que a feira livre é um local onde é possível testemunhar manifestações culturais populares. Estas manifestações estariam ligadas às “performances corporais, nos alimentos, nos produtos, nos gestos, nos movimentos, nas práticas culturais que demarcam os contextos identitários, estes construídos pelos sujeitos que sociabilizam e territorializam relações simbólicas, afetivas, de pertencimento, dentre outras” (Ferreira, 2021, p. 170). Tais saberes, de acordo com a autora, são construídos e transmitidos com o passar do tempo, com a jornada de trabalho e o dia a dia na feira. A autora conclui que a feira de Santo Amaro é um local diverso, tanto no aspecto cultural, como no aspecto social. Essa diversidade permite a construção de um local rico, capaz de se tornar representativo para inúmeras pessoas que habitam diariamente aquele local.

Falquete (2021), num artigo publicado nos Anais do III Congresso Internacional Online de Estudos sobre Culturas que tinha como objetivo discutir a relação entre a requalificação e o patrimônio cultural da feira de São Joaquim, traz que, apesar do processo de reconhecimento de manifestações culturais,

principalmente aquelas ligadas ao povo africano e indígena, ter aumentado nos últimos anos, percebe-se também um aumento nos casos de intolerância religiosa e racismo, um fato que, de acordo com a autora, desmistifica a ideia de uma “democracia racial” (Falquete, 2021, p. 05). No que diz respeito à São Joaquim, a autora reconhece que o processo de tombamento e de reconhecimento daquele espaço como importante para a cultura popular soteropolitana é um ponto favorável no avanço do entendimento de políticas culturais, uma vez que estas foram negligenciadas nas gestões do passado, principalmente durante o período da Ditadura Militar no Brasil por serem consideradas inferiores.

Gonçalves (2021) numa discussão sobre a feira Ver-o-Peso em Belém/PA, publicada nos Anais do I Congresso Pan Amazônico de Turismo, Lazer e Patrimônio, a autora traz que as práticas desenvolvidas ali fazem parte de um conjunto ancestral, ligado aos grupos indígenas da Região Amazônica, sendo produto de uma “hibridização cultural ao longo da formação territorial dessa região” (Gonçalves, 2021, p. 4). São essas práticas que, de acordo com a autora, tornam a feira Ver-o-Peso única, mesmo que muitas vezes as mesmas sejam “objetos de conflitos sociais, em função das relações contraditórias de uso e apropriação da feira” (Gonçalves, 2021, p. 4). Tais elementos e práticas culturais representam parte de uma formação identitária pautada na manutenção de um saber ancestral indígena, ainda presente no cotidiano de quem vivencia o mercado.

Porto (2021), num artigo publicado no Caderno de Geografia⁸ aponta que “O processo de registro de feiras como patrimônios imateriais em geral, [...] se justifica pelo interesse em preservar uma forma de comércio que resiste à chegada das grandes lojas de supermercados” (Porto, 2021, p. 199). O autor afirma que o entendimento das feiras enquanto patrimônio permite a salvaguarda de tradições dos grupos que vivenciam aquele espaço, sem que haja o impedimento de inserção de novas manifestações culturais. Para o autor, a patrimonialização de feiras permite também manter ativa práticas que se perderam nas redes de supermercado, como a solidariedade entre feirantes e compradores. O autor ainda afirma que o registro enquanto patrimônio imaterial não altera o seu território, entretanto permite adicionar novos usos e sentidos, além de permitir a salvaguarda de tradições populares próprias daquela localidade. Para o autor, o registro da

⁸ Revista editada pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Qualis A1

imaterialidade permite a preservação de uma memória coletiva acerca das relações estabelecidas, de modo a manter constantes relações de solidariedade que se perderam com a instituição de um mercado voltado apenas ao acúmulo de capital.

Melo (2023), em seu trabalho de conclusão de curso apresentado para o Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, apresenta uma proposta de requalificação para a feira livre de Igaci, em Alagoas, levando em consideração que um projeto de requalificação de uma feira livre precisa considerar que “as dinâmicas de existência da feira podem mudar constantemente” (Melo, 2023, p. 14). O autor indica que projetos de requalificação precisam ser pensados de modo a contemplar a dinâmica da cidade.

Pichitelli (2023), em sua tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, conclui que, no âmbito das feiras livres de São Paulo, as feiras fazem parte do cotidiano da cidade, sendo consideradas importantes para o sustento dos feirantes. A autora afirma que é possível concluir que “as feiras livres da cidade de São Paulo são patrimônios-territoriais do sujeito situado, uma herança latina da construção decolonial da vivência” (Pichitelli, 2023, p. 105), estando ali não apenas para serem vistas como paisagem na cidade. As feiras passam a ser posse daqueles que dependem dela, sendo locais importantes para entendimento da relação entre o sujeito e o espaço.

O levantamento realizado nos leva a concluir que a feira de São Joaquim e projetos de requalificação em mercados populares se tornaram objetos de interesse da academia, partindo desde pesquisas iniciadas na graduação, até teses de doutorado. Essa diversidade de trabalhos e as mais diversas áreas que voltam seus olhos para aquele local (desde a Medicina até a Música) nos mostram a fonte multidisciplinar que é a feira de São Joaquim, que se apresenta como um local amplo, não só para a pesquisa, mas para extensão acadêmica. Em contrapartida caberia a academia contribuir, seja com apresentação de novas tecnologias, formações, e até a preservação da feira.

Percebe-se, porém, que existe uma lacuna no que diz respeito a compreensão da feira enquanto uma genuína manifestação cultural, bem como o lócus de diversos outros entrecruzamentos culturais, como o Samba da feira e o

Caruru de Cosme e Damião em setembro. Ao revisitar o meu TCC, que focou nas representações da feira ao longo do tempo e o papel da mesma enquanto local cultural, associado à dissertação de Barreto (2022), consigo delinear que hoje existem duas feiras, a nova e a velha. Além da percepção acadêmica, a minha vivência enquanto comprador que vivencia a feira de São Joaquim, me permitiu a observação das transformações que ocorreram ali ao vivo, facilitando a percepção dos problemas da localidade.

A feira de São Joaquim, com o passar dos anos e por razões que explicaremos no decorrer da dissertação, adquiriu um *status* de local expressivo da cultura da cidade. Portanto, esperava-se que existiria um cuidado por parte do poder público no que diz respeito à sua preservação. Agora temos duas feiras numa feira, o que me instigou na concepção do objeto e objetivos dessa dissertação. É buscando entender as manifestações culturais da feira que se insere este trabalho. Tendo em vista que mercados populares são locais carregados de simbolismo e são palco de aspectos ligados aos saberes e cotidiano de um grupo social, buscar entender as características inerentes aos feirantes e compradores de São Joaquim se faz necessário para preservação de tais práticas e festividades. Assim, este trabalho busca investigar as manifestações culturais desenvolvidas na feira de São Joaquim após a intervenção urbanística que ocorreu entre 2012 e 2016, partindo das experiências vividas por feirantes e compradores e discutindo a possibilidade do seu registro enquanto patrimônio imaterial da cidade de Salvador, bem como discutir o papel da mesma enquanto lugar para os feirantes.

Uma vez que se entende que quando a primeira etapa da obra foi entregue em 2016, apenas 20% da área da feira sofreu intervenção, o que lhe rendeu a alcunha, entre feirantes e usuários, de “feira Nova”, enquanto os 80% passam então a serem identificados como “feira Velha”, aquela que ainda aguarda a continuidade das obras e possui em sua estrutura as mesmas características do passado e entendo que, como apontou Barreto (2022), as obras da chamada “requalificação” não foram consideradas favoráveis, o grande questionamento é: uma vez que a preservação da materialidade é considerada inapta para o tombamento, o que resta para preservação, além da imaterialidade?

Percebe-se que trabalhos que discorrem sobre patrimonialização de feiras livres sempre vão debater o mesmo aspecto: a importância da presença humana e a valorização das relações estabelecidas entre as pessoas e com o espaço. Deste modo, é possível afirmar que a imaterialidade das feiras livres, interpretada como patrimônio popular, se apresenta aqui como o resultado de processos que, apesar de atrelados ao espaço físico, surgem daquilo que é vivenciado no dia a dia da feira. Desse modo, infere-se que o registro de feiras livres pode ser pautado em aspectos culturais que são resultados de construções sociais que são estabelecidas dentro do território da feira.

No âmbito da feira de São Joaquim, estudos sobre a sua materialidade e imaterialidade não são novidades para o autor desta dissertação. O primeiro estudo sobre essa intervenção na feira de São Joaquim foi realizado no âmbito da minha pesquisa de iniciação científica, iniciada em 2019, que tinha por objetivo estudar a morfologia daquele ambiente e como as alterações daquele espaço alteraram as relações que se estabeleciam ali. Esta pesquisa permitiu concluir que os atrasos nas obras realizadas causaram uma cisão no território da feira de São Joaquim, a dividindo em dois espaços diferentes, a feira Nova e a feira Velha, e que esta divisão se apresentava como negativa, uma vez que os problemas físicos não são mais referentes à feira como um todo, mas às parcelas dela. Tal divisão territorial é percebida inclusive na infraestrutura da feira, uma vez que “A diferença na iluminação, os cuidados com os sistemas básicos, como drenagem e comunicação e os problemas ali existentes mostram que a totalidade da feira de São Joaquim se apresenta fragmentada, consequência do mau andamento das obras” (Pereira, 2023). Essa fragmentação interfere diretamente na qualidade do serviço da feira e nas condições de trabalho dos feirantes, que passam a conviver diariamente com problemas que deveriam ser sanados após a finalização do projeto. O que acontece na prática é que, mesmo a área que sofreu intervenção atualmente já sofre com a degradação, indicando que a solução daqueles problemas aconteceu apenas de forma momentânea.

Posteriormente, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais, Barreto (2022) desenvolveu um trabalho cujo objetivo geral era estudar a feira de São Joaquim após a intervenção, de modo a entender se aquela obra se qualificava enquanto “requalificação” de acordo com as normas e padrões

delimitados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia (IPAC).

O estudo de Barreto, que utilizou uma metodologia conhecida como Avaliação Pós-Ocupação (APO) concluiu que as novas instalações construídas na feira, ou seja, a alteração na preexistência da feira naquele espaço, não atendem às necessidades daqueles que dependem dela (feirantes, clientes e turistas), além de não atenderem às normas técnicas atualmente vigentes, sendo nesse aspecto que este estudo se sobressai. A autora aponta que a obra executada não se atém à questão cultural da feira de São Joaquim, uma vez que o projeto não alcançou o objetivo “de proporcionar um desempenho satisfatório, preservando as características peculiares da feira, espaço onde concentram as representações culturais trazidas de vários lugares da Bahia” (Barreto, 2022, p. 139). Uma vez que existe uma alteração no espaço da feira, acredita-se que as manifestações culturais existentes ali também tenham passado por alterações, desde ressignificações até mesmo com a possibilidade de terem deixado de acontecer.

Ao tratar sobre a chamada “requalificação”, a autora aponta que a execução da obra não contemplou características da sua preexistência, uma vez que a demolição da estrutura inicial e construção de galpões fechados quebraram a sua particularidade de mercado popular, mesmo que a melhora daquele ambiente tenha sido o principal motivo para aquela obra. Dessa forma, inferindo sobre o possível tombamento, que chegou a ser ensejado pelos gestores públicos⁹, a autora conclui que o tombamento de sua instância material, frente a tais descaracterizações não seria mais possível, uma vez que a ruptura com a imagem que se tinha do passado transformou aquele espaço em algo novo, distante daquilo que foi originalmente.

O desenvolvimento cultural de Salvador tem como um dos seus eixos a constituição de uma identidade patrimonial alicerçada na história da cidade. Para tanto, existe um interesse na produção de uma imagem onde seja possível mostrar que a história é valorizada, sempre propondo intervenções urbanas que busquem a melhora infraestrutural de locais que sejam de interesse cultural. Entretanto, tais intervenções muitas vezes não se baseiam nos estudos sobre as comunidades que ocupam tais locais, que muitas vezes são deixadas de lado quando estes projetos

⁹ Processo número 01502.000028/2004-91 no IPHAN, referente ao registro da feira de São Joaquim enquanto bem imaterial (Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/426>, acesso em 21/06/2023)

são idealizados. É importante pontuar que o Estatuto da Cidade em seu artigo 2º, aponta que uma das diretrizes para o desenvolvimento da política urbana é a “gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano” (Brasil, 2001). Isso nos leva a concluir que a população que ocupa determinada localidade do espaço urbano deve ser incluída na tomada de decisões referentes àquele espaço, de modo a fazer da tomada de decisões um processo democrático. Lima e Paim (2017), apontam que, por meio de um convênio firmado entre o Governo Federal, através do Ministério da Cultura, e do Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT), levantou-se recursos para o projeto de requalificação da feira de São Joaquim, buscando melhorias infraestruturais que levassem em consideração a relações sociais estabelecidas ali. Percebe-se que, mesmo que o projeto visasse entender a forma como os feirantes e compradores se relacionam com o espaço urbano, ainda assim aconteceram problemas.

Esses problemas são evidentes na execução do projeto de intervenção na feira de São Joaquim. Barreto (2022) traz que a execução da obra de intervenção destacou inúmeros problemas para a infraestrutura da feira. A autora afirma que:

a sua execução acentuou problemas de infraestrutura, insalubridade, falta de acessibilidade, ausência de organização nas disposições dos feirantes e das mercadorias em determinadas áreas, problemas sociais com a evasão de feirantes, ocasionando espaços vazios, sem perspectiva de utilização, causados principalmente por falta de uma atuação eficaz do sindicato dos feirantes, que atualmente tem o papel de gerir a feira de São Joaquim (Barreto, 2022, p. 129)

Vale ressaltar que o entendimento de feiras enquanto patrimônio imaterial não é uma novidade no Brasil. Por serem locais de desenvolvimento cultural, principalmente para a cultura popular de um local, entende-se que feiras livres possuem potencial para manutenção de manifestações culturais representativas para grupos sociais, logo, passível de preservação. No Brasil, as feiras de Caruaru, em Pernambuco e a de Campina Grande, na Paraíba, são feiras inscritas no Livro de Registro do IPHAN como bens imateriais, de acordo com o Decreto nº 3.551/2000, que “institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro” (IPHAN, 2000). A requalificação e

inventário da feira de Campina Grande foram trabalhados por Araújo (2013), onde a autora descreveu todo o processo de registro da feira. A autora ainda aponta que a não participação dos usuários da feira também se apresenta como um problema, uma vez que suas demandas acabam não sendo ouvidas e, conseqüentemente, não são atendidas. Sem a participação popular, tais obras não permitem uma valorização real do patrimônio imaterial que se estabelece com os anos de ocupação, muitas vezes descartando aqueles que fizeram parte da construção do local. Percebe-se também que as manifestações culturais da feira de São Joaquim, após a entrega da obra ainda não foram trabalhadas pela academia, permitindo que tal tema possa ser trabalhado de forma inédita e visando colaborar com o enriquecimento científico acerca do tema. Partindo desta premissa e considerando os problemas encontrados por Pereira (2023), este projeto visa esquadrihar as manifestações culturais que ainda se estabelecem na feira de São Joaquim após a primeira etapa da intervenção que ali ocorreu, entendendo que tais manifestações também se caracterizam como patrimônio. Intervenções que não contam com a participação popular acabam servindo para a construção de um capital cultural que alimentará uma indústria do turismo que muitas vezes pode ser problemática, excluindo a participação de cidadãos soteropolitanos que fazem parte de grupos sociais ligados ao local. Percebe-se então que o entendimento das intervenções e do *modus operandi* que a Prefeitura Municipal e o Governo do Estado lidaram com a questão da feira e como o poder público delineava tais situações é importante, uma vez que muitas vezes as relações ali previamente estabelecidas não são levadas em consideração, desconstruindo a ideia de um patrimônio de origem popular.

Além disso, a motivação pessoal também teve papel importante na escolha do tema a ser trabalhado. O autor é um frequentador da feira de São Joaquim, candomblecista, cliente regular. Em suas idas ao local, após a entrega da primeira etapa da intervenção que ocorreu naquele espaço urbano e percebendo as diferenças que ali se estabeleceram, dividindo o espaço em duas feiras, uma Nova e uma Velha, o autor passou a se preocupar não apenas com as manifestações culturais da feira si, mas o próprio papel do feirante dentro de um espaço cuja preexistência foi modificada, surgindo daí a questão central desta pesquisa: ainda existe patrimônio imaterial após a intervenção? Se existe, qual?

A estrutura física mudou e, conseqüentemente, isso afetou as relações de uso do espaço e seu entorno imediato. Partindo da forma com a qual seus usuários passam a ler e interpretar agora o espaço, temos duas feiras: a feira Nova e a feira Velha. Isso merece atenção, considerando que, para além da sua estrutura física, a feira em si é uma manifestação cultural, instigou-nos a reconhecer esse seu aspecto no seu novo arranjo territorial, suas rupturas, metamorfoses e permanências.

Partindo destas questões, se abre a discussão acerca do processo de “gourmetização” de áreas populares, anteriormente construídas para uso de camadas mais simples da sociedade que, cada vez mais, estão sendo captadas pela indústria cultural e do turismo. Zanella (2021) aponta que a utilização do termo gourmetização se dá uma vez que o mesmo, antes utilizado para determinar a qualidade de alimentos, passa a ser usado para qualificar os produtos e locais, que passam a adquirir outro *status*, inclusive como indicativo de luxo. A autora ainda aponta que tais processos aumentaram devido à ascensão da Classe C, antes sem possibilidade de consumir determinados produtos ou frequentar determinados locais. Assim, a “gourmetização” se apresenta aqui como uma mudança no *status* das coisas, tornando-as mais atrativas às classes economicamente mais favorecidas.

Nas proposições aplicadas às áreas públicas da cidade, entende-se “que esse processo causa diferenciação e hierarquização, uma vez que altera aquilo que é tradição para um povo” (Zanella, 2021, p. 46). Essa alteração da tradição dificulta o acesso do povo a espaços por eles cunhados, favorecendo, mas não garantindo, uma alteração no público que frequenta tais locais, mas também uma mudança na dinâmica social previamente estabelecida, visando acúmulo de capital, além do controle de determinadas áreas que sejam de interesse da indústria cultural e do turismo.

Olivindo, em 2021, afirma em sua tese de doutorado que a gourmetização de áreas populares afeta a dinâmica do espaço. Em sua discussão sobre a gourmetização do Complexo Turístico de Barra Grande, no Piauí, a autora afirma que:

(I) ela se apresenta como elemento promotor de inclusão e exclusão de elementos humanos e não humanos; (II) ela é um elemento organizativo, a julgar pela sua potência de afetar lugares, organizações, atividades, rotinas, hábitos, uma vez que envolve processos de decisão, planejamento, direção, coordenação, inovação, preservação e avaliação; (III) ela se apresenta como um viés a ser utilizado para superar e/ou ressignificar paradigmas e dicotomias (velho/novo; tradição/inovação; cultura organizacional/cultura social). (Olivindo, 2021, p. 116)

Diante do exposto, podemos entender que os processos de gourmetização afetam diretamente não apenas a infraestrutura dos lugares onde ocorrem, mas também as dinâmicas previamente estabelecidas, muitas vezes servindo como ferramenta para superar dualidades, como o velho e o novo, citados pela autora.

Lima (2022), em sua tese acerca da Ceasinha do Rio Vermelho, apresenta ao Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar e Multiinstitucional em Difusão do Conhecimento, aponta que, após a intervenção, os compradores não circulam mais no local, preferindo comprar e sair, diferente do que acontecia antes da mudança da estrutura física do local. A autora ainda aponta que a nova conformação da edificação a afastou a imagem de uma feira popular, a aproximando de um shopping. Dessa forma, os atrativos comuns a uma feira, como preços atrativos, possibilidade de negociação, serviços diários, cheiros e sons tradicionais da antiga feira não existem mais. Logo, uma vez que aquilo que facilitava a circulação se esvai, conclui-se que o ambiente de feira foi prejudicado após a intervenção na preexistência. A autora ainda traz que, os novos comerciantes, aqueles que foram atraídos pela possibilidade de lucro devido à modernização do equipamento, não se identificam com os hábitos dos antigos feirantes, não se identificando como feirantes. Assim, indicam “a necessidade de mudança nos hábitos, nas atividades e jeito de ser dos antigos comerciantes, que são os mais resistentes às adversidades e lutam sem trégua.” (Lima, 2022, p. 136). Esta citação nos leva à reflexão do como a identidade do feirante tradicional precisa resistir e lutar para se manter diante dos avanços do capital, interessado em se apropriar dos espaços populares, apresentando-os como uma história na vitrine. Hábitos antigos, adquiridos com o passar dos anos, se mostram como inimigos da modernidade, sendo necessário combatê-los, visando a mudança do ambiente.

Almeida, Marçal e Guimarães (2022) trazem a seguinte reflexão em relação aos mercados Central e Novo na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais e a apropriação dos espaços por parte da população, afirmam que

as distintas apropriações de tais mercados por parte de seus lojistas têm enfatizado uma «identidade experimentada», baseada na tradicionalidade, no caso do Mercado Central, e uma «identidade designada», baseada nas transformações em curso, no caso do Mercado Novo (Almeida, Marçal e Guimarães, 2022, p. 17)

O espaço passa a ser apropriado de formas distintas, como dizem os autores. Estas distinções dizem respeito ao entendimento do que é tradicional, baseado no que é experimentado, vivido e no entendimento das transformações que ocorreram naquele local, onde os comerciantes são designados a ocupar locais determinados. Com isso podemos inferir que, à medida que a modernidade é instalada nesses locais populares, percebe-se uma alteração na forma com que os feirantes (que os autores chamam lojistas) se entendem naquele espaço. Tal movimento aponta para um risco frente a autenticidade dos atores sociais das feiras livres, responsáveis pela manutenção das práticas estabelecidas previamente.

São estes pontos que justificam este trabalho. A pesquisa se baseia no fato de que as transformações no espaço urbano que ocorreram na feira podem ser ameaças às manifestações culturais que se estabeleceram e ainda se estabelecem naquele espaço. Tal constatação nos leva a questionar como as relações entre os atores sociais da feira (feirantes e compradores) se modificou e como está atualmente a relação dos mesmos atores com o espaço físico. Neste sentido, optamos por abordar os sentidos da imaterialidade desta feira, utilizando como marco temporal o fim das obras da área que sofreu intervenção e sua nova ocupação, o que nos leva aos seguintes objetivos específicos

1. Entender as representações que, ao longo da história, tornaram a feira um espaço relevante na cultura urbana de Salvador e, conseqüentemente, engendraram as discussões sobre um possível registro da sua imaterialidade.
2. Compreender o papel da feira enquanto lugar do feirante após intervenção, investigando quais manifestações culturais se mantiveram, quais remodelaram e quais surgiram aportadas em um novo espaço urbano, no intuito de discutir o reconhecimento da feira como Patrimônio Imaterial de Salvador.

De modo a embasar esta investigação, utilizaremos conceitos de patrimônio cultural, encruzilhadas culturais, representações e lugar, na perspectiva de um olhar crítico sobre o objeto. Para o conceito de patrimônio, trabalharemos com as ideias de Canclini e Reis, que discutem sobre a valorização do patrimônio popular e sua inserção na modernidade. Para encruzilhadas, trabalharemos com Leda Maria Martins, através de um entendimento de que a encruzilhada pode ser interpretada

para além do seu aspecto material, sendo encarada também como espaço de cruzamento cultural. Para o conceito de representações traremos Chartier e para trabalharmos com o conceito de lugar, vamos discutir a ideia de Marandola Jr. Baseado nos referenciais teóricos que apresentamos e que serão retomados nos capítulos desta dissertação, procura-se uma forma de compreender a imaterialidade da feira de São Joaquim hoje. Para tanto, teremos que nos aproximar, imergir em suas relações interpessoais e entre as pessoas e o espaço para estudar seus fragmentos, buscar “fios da meada”. Numa perspectiva de concretizar o estudo aqui proposto, a natureza da pesquisa a ser realizada assume um caráter qualitativo a partir da concepção de que a pesquisa é um caminho livre a ser traçado e que o ponto de partida se torna um norte de possíveis encaminhamentos que a pesquisa possa trazer. Segundo Godoy (1995, p. 21), “a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques”, portanto permite uma maleabilidade da pesquisa e de sua dinâmica.

Diante disto, é possível compreender que, partindo de questões mais amplas que poderão - e vão - surgir no decorrer da investigação, o estudo qualitativo permite ser conduzido através de diferentes trajetórias de imagens, sujeitos históricos e a produção das representações sobre a feira, que se será nosso estudo de caso. Fazer um estudo das representações da feira ao longo dos anos se apresenta como uma forma adequada de se entender como aquele local era visto e transmitido para a sociedade, de modo a nos ajudar na construção de perfil da feira e dos seus atores sociais. Este perfil é importante para nos ajudar a entender como tais representações afetaram a feira, que tipo de imagem foi construída do local.

Godoy (1995, pág. 25) define que o “propósito fundamental do estudo de caso (como tipo de pesquisa) é analisar intensivamente uma dada unidade social”, e tem como objetivo o de descrever profundamente um determinado fenômeno. Tendo em vista que se propõe fazer um exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular, a escolha por esse método do estudo de caso se justifica por ser uma estratégia amplamente utilizado quando se procura responder às questões de “como” e “por quê” os fenômenos acontecem, que no presente trabalho, desdobrar-se-á sobre a imagem que os processos que vêm

sendo apresentados à população com o título de requalificação, afetaram a dinâmica urbana nos mercados populares a serem estudados.

Faremos uso da técnica da entrevista semi-estruturada, considerando que tal procedimento tem como principal característica a de levantar questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam, de acordo com Triviños (1987). Partindo disto, Manzini (1990/1991) defende que o foco da entrevista semi-estruturada pauta-se em um assunto, um recorte, a partir do qual se confecciona um roteiro com perguntas norteadoras que serão complementados por outras questões e outras perguntas que são inerentes ao entrevistado e a situação podendo assim emergir informações de forma não padronizadas e mais livres em se tratando do entrevistado (Manzini, 1990/1991).

A entrevista semiestruturada tem como característica a utilização de uma série de perguntas guia, que atuam como direcionador da entrevista. Dessa forma, ao mesmo tempo que se tem o cuidado de que todos os entrevistados respondam às mesmas perguntas, permite-se uma maior liberdade nas respostas e na forma como as questões serão exploradas, visto que o andamento da mesma é adaptável. Estas entrevistas têm como objetivo coadunar com a prospecção acerca da imaterialidade da feira, buscando nos aproximar mais das práticas sociais e hábitos culturais que se desenvolvem ali. Para alcançar tais objetivos, foi preparado um formulário, que foi aplicado na feira de São Joaquim, dando preferência aos vendedores das sete fases pensadas para a obra de requalificação, onde foram entrevistados três feirantes de cada área, totalizando 21 entrevistados, que possuíam histórias e perspectivas diferentes sobre a feira.

Estas vivências foram transmitidas para a sociedade através de representações nas artes. A feira, à medida que vai ganhando destaque na sociedade, passou a ser objeto de produções diversas. Estas produções ajudaram na construção da visão que se tinha sobre aquela localidade, muitas vezes apresentada como local popular e cultural, outras vezes como um problema em Salvador. Assim, para entender as formas da feira que eram transmitidas para a cidade, foram feitas análises dessas representações, trabalhando com as produções audiovisuais, produções literárias, produções musicais e produções jornalísticas. As produções audiovisuais serão discutidas através do filme “A Grande feira”, dirigido

por Roberto Pires, e o documentário “Encruzilhada”, produto de um trabalho de conclusão de curso. As produções literárias serão discutidas através das obras “Bahia: Imagens da Terra e do Povo”, do jornalista Odorico Tavares, “Bahia de Todos os Santos: guia de ruas e mistérios da cidade do Salvador, do escritor baiano Jorge Amado e o volume quatro da Coleção Recôncavo, que trouxe a feira de Água de Meninos como objeto de estudo. As produções musicais serão discutidas através da análise da música “Água de Meninos”, do cantor Gilberto Gil e as produções jornalísticas serão trabalhadas através da análise de matérias do Jornal A Tarde. Com exceção do documentário, todas as produções trabalhadas foram criadas por nomes importantes para a cultura e mídia baiana. Portanto, podemos imaginar que tais trabalhos podem ter influenciado a percepção que a cidade tinha sobre a feira, permitindo a construção de uma visão não só acerca do espaço mas da própria população que o ocupava.

Uma vez que se entenda como a população está inserida naquele espaço e a importância da feira para aqueles que dependem dela e a forma que ela era transmitida para a sociedade, cabe levantar a discussão de quais manifestações do patrimônio imaterial sobreviveram ou se transformaram após a intervenção iniciada em 2012. Por se tratar de um bem cultural, entende-se que o levantamento destes bens é a melhor forma para reconhecê-los. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) possui uma metodologia própria para este levantamento, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), criada em 2000, que tem por objetivo a identificação de “bens culturais, de qualquer natureza, para atender à demanda pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade e pluralidade culturais dos grupos formadores da sociedade” (IPHAN, 2000, p.08). O INRC visa construir um entendimento acerca das características próprias de um grupo, principalmente aquelas que são importantes do ponto de vista identitário para os grupos sociais relacionados à área estudada de modo a compreender “os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores de sítios tombados, tratando-os como intérpretes legítimos da cultura local e como parceiros preferenciais de sua preservação” (IPHAN, 2000, p.08). Dessa forma, se torna possível conhecer quais valores estão presentes no dia a dia dos atores da feira e quais, de fato, são representativos, carregados de sentido. Dentre as categorias passíveis de inventário, de acordo com o Manual de Aplicação do INRC, encontra-se

a categoria de lugar, sendo considerados pelo documento todos aqueles que “possuem sentido cultural diferenciado para a população local” (IPHAN, 2000, p. 32). Em 2023, o INRC ganhou plataforma digital, visando maior facilidade na coleta e armazenamento de dados referentes ao patrimônio a ser tombado, otimizando o processo de inventário. Devido ao valor atribuído pelos feirantes e compradores à feira de São Joaquim, podemos então inferir que a mesma se enquadra nesse aspecto de lugar cultural e, portanto, passível de ser inventariada. Esta identificação como lugar cultural se dá através da identificação das atividades consideradas representativas, ou seja, essas características precisam ter valor para aqueles que constroem o espaço e as relações que se estabelecem. Dessa forma, é possível mapear a apropriação do espaço, seja ela de forma física ou simbólica e como essa apropriação se deu através do tempo, se foi contínua ou existiram momentos mais significativos (IPHAN, 2000). Dessa forma, para a coleta de dados, se elaborou um formulário inspirado naqueles que eram utilizados pelo INRC, destacando os elementos considerados importantes para esta pesquisa (manifestações culturais da feira de São Joaquim e o entendimento dos feirantes acerca do local, bem como a caracterização do local, seus elementos construtivos e seu estado de conservação, atividades que acontecem ali importância do mesmo e a avaliação do bem como um todo) e estes foram aplicados no campo, possibilitando entender a perspectiva do feirante sobre a feira e como ele se entende ocupando aquele local.

O INRC é uma metodologia que deve ser aplicada com a autorização do IPHAN, utilizando questionário e ficha de identificação específicas, que não estão disponíveis no site do Instituto. Dessa forma, de modo a entender as manifestações culturais da feira para construção de um dossiê da Imaterialidade da feira de São Joaquim, será considerado o que for representativo para aqueles que constroem o patrimônio, informações estas que serão obtidas nas entrevistas realizadas previamente. Associados a essas informações, algumas características já podem ser pensadas, visto que constam nas fichas de inventário de educação patrimonial, dentre as quais podemos citar a caracterização do local, importância do mesmo, elementos construtivos, atividades que acontecem ali, bem como estado de conservação da materialidade e a avaliação do bem como um todo.

Buscar ouvir aqueles que constroem suas relações na feira, bem como as suas representações e aquilo que é considerado culturalmente importante se faz

necessário uma vez que aquele espaço cada vez mais ganha notoriedade como ponto de concentração cultural da Bahia. A sua característica enquanto encruzilhada dá à feira de São Joaquim um potencial para as mais diversas manifestações de valores e saberes de um grupo social que viu naquele local uma possibilidade de estabelecimento e desenvolvimento, fortemente influenciado pelo histórico de formação daquele grupo e da ocupação daquele espaço. São essas manifestações e simbolismos que cada vez mais estão sendo apropriados pela indústria do turismo num movimento que muitas vezes valoriza o produto mas não o produtor, vendendo o espaço num processo que não dá a oportunidade àqueles que sempre foram construtores daquele local. É partindo disso que se propõe uma discussão do patrimônio imaterial de uma forma inclusiva, trazendo para o debate aqueles que verdadeiramente vivem e produzem as manifestações que se valorizam diariamente.

CAPÍTULO 1 - A FEIRA COMO LUGAR DE CAMINHOS E ENCRUZILHADAS

1.1 - Histórico da feira

As feiras, desde o seu surgimento, fazem parte do dia a dia da humanidade, não apenas como um local voltado para troca de mercadorias, mas também como espaço de desenvolvimento social. Desde a antiguidade, as feiras livres se apresentam como uma das principais formas de subsistência aos trabalhadores subalternos, mas não só, esteve no cerne da cidade enquanto um ímã, explicada por Raquel Rolnik como aquela que cria “um campo magnético que atrai, reúne e concentra os homens” (Rolnik, 1995, p. 12), onde mercadejar torna-se condição da vida cidadina. Para além de comprar e vender, no espaço da feira há especulações, barganhas, futricos, celebrações e territorialidades.

Como parte de uma rede, as feiras se desenvolveram em pontos estratégicos de rotas comerciais estabelecidas, servindo como entreposto comercial onde pequenos produtores se encontravam e disponibilizavam suas mercadorias, ao mesmo tempo que tinham acesso a itens de outros produtores. Estas relações comerciais se estabeleciam a fim de atender as necessidades da população através das trocas de mercadoria ao invés da utilização de moeda (Sennet, 1997,). No século XII, durante a Idade Média, as feiras tinham caráter anual onde “prevalecia o escambo¹⁰ em substituição da troca de dinheiro” (Tavares, 2005, p. 17). Com o passar do tempo, o mesmo autor diz que as feiras começam a se organizar de tal forma que chegam ao ponto de se tornarem centros comerciais, passando a ocupar espaços, onde a prática comercial se desenvolvia, agregando, em certos períodos, um caráter mais festivo, associadas ao calendário de festas da Igreja Católica.

A feira como entreposto comercial já estava estabelecida por toda a Europa. Quando ocorreu a colonização brasileira, as trocas de mercadorias aconteciam através do escambo entre colonizadores portugueses e nativos brasileiros, que muitas vezes também utilizavam a prestação de serviços como forma de pagamento (Tavares, 2005).

¹⁰Escambo é o nome dado à prática comercial que ocorre sem a troca de dinheiro, mas sim através da troca direta de produtos.

Reflexo dos costumes trazidos pelos portugueses, as feiras brasileiras surgem reprisando o modelo luso, ocupando lugares estratégicos das rotas e buscando atender as necessidades dos colonos. No Brasil, a primeira feira livre data do ano de 1548 e tinha como objetivo “estabelecer contato e relação com os nativos e (...) foi utilizada como o local de estratégia de trocas materiais e de relações sociais.” (Jesus, Damercê, 2016, p. 16). Apesar do padrão de ocupação similar ao europeu, cada feira livre passou a agregar características próprias, de acordo com qual parte da colônia se estabelecia, transformando-se num local diverso e heterogêneo, conferindo-lhe identidades (Queiróz, 2013).

Entretanto, ressalta-se que, uma vez que os engenhos atendiam as demandas de abastecimento da “casa grande”, além de produtos de origem europeia que chegavam da metrópole portuguesa, as feiras livres não se consolidaram no Brasil de forma imediata. Outro motivo que favoreceu essa demora foi o trabalho nos engenhos, uma vez que a mão de obra era direcionada para eles, o que dificultou o estabelecimento de grandes feiras livres (Jesus, Damercê, 2016). Porém, de acordo com Jesus e Damercê, experiências como a da feira Rural de Capoame, no atual município de Dias D’Ávila, Região Metropolitana de Salvador, no ano de 1732 nos mostra que ainda assim existiam feiras rurais no Brasil.

Com o crescimento espacial e demográfico da colônia, ocorre maior desenvolvimento das feiras. Existem situações onde as cidades passam a ser reconhecidas pelas suas feiras, como é o caso de feira de Santana, cidade onde originalmente se localizava, no século XVIII, uma fazenda chamada Santana dos Olhos D’Água, que possuía uma capela dedicada à Nossa Senhora Sant’anna, que deu origem a um povoado, já que “por conta destes atrativos locacionais, as fazendas costumavam atrair pessoas para a troca de produtos” (Azevedo, 2009, p.26). A fazenda se tornou ponto de desenvolvimento da área, se tornando um marco para os viajantes que passavam nos seus arredores (Queiróz, 2013).

O abastecimento soteropolitano na primeira metade do século XX ocorria, principalmente, através da chegada de produtos vindos de cidades do Recôncavo Baiano¹¹ através da Baía de Todos os Santos. A troca comercial acontecia “na

¹¹ O conceito de Recôncavo Baiano surge a partir da observação de Milton Santos com relação à história, haja visto que houveram alterações de ciclos econômicos, ocasionando assim mais ou menos importância à região, que atualmente possui uma concreta herança cultural, material e

estreita faixa continental à beira do porto da cidade, e aquelas outras, tais como as feiras da Rampa do Mercado, do Cais Dourado, do Sete e de Água de Meninos (todas extintas) e a atual feira de São Joaquim.” (Oliveira, 2017, p. 37). Para além dos mercados citados, ainda podemos pontuar a existência de outros no mesmo período, que também atendiam as demandas de abastecimento da cidade, como o Mercado de São Miguel, na Baixa dos Sapateiros. Um fator em comum que esses mercados possuíam era a presença marcante de uma população de baixa renda, que viam nesses locais a possibilidade de abastecimento de suas casas, e da população negra de Salvador, descendentes de escravizados, intrinsecamente ligados à existência dos mercados, seja como vendedores, consumidores ou prestadores de serviços (Oliveira, 2017). Foram estes grupos que conferiram uma identidade aos mercados, repletos de movimentos e circularidades culturais¹², cores e formas, criando um espaço único de encontro de várias culturas.

Através da observação, infere-se que a presença popular delega a esses mercados uma função no estabelecimento das relações através do convívio entre feirantes e compradores. Isso nos mostra que os mercados populares têm papel social importante dentro das relações interpessoais, que os tornam locais de interação e trocas, sejam elas de ideias ou até mesmo de afeto (Jesus, Damerçê, 2016). Como mostrado na Figura 01, a presença da Baía de Todos os Santos e a proximidade com o Recôncavo Baiano favoreceu o estabelecimento dessas feiras livres no entorno do Porto, visto que a maioria dos produtos comercializados eram oriundos de cidades como Maragogipe e Santo Amaro da Purificação. As feiras ainda podem ser identificadas como parte do circuito inferior da economia urbana. Porto (2021) diz que

as feiras constituem práticas humanas que ocorrem desde a formação de sociedades em escalas temporais e espaciais específicas e distintas, e vem se adequando e resistindo às transformações ocorridas nas formas de comércio. (Porto, 2021, p. 189)

O autor afirma que as feiras são resultado da “necessidade de compra e venda de produtos diversos” (Porto, 2021, p. 189), fazendo parte do cotidiano das

imaterial (Fonte:

https://www.jstor.org/stable/10.7476/9788523211622.11?seq=2#metadata_info_tab_contents)

¹² Em seu livro “A Liberdade que vem do ofício”, Reis traz que o conceito de circularidade cultural surge quando Ginzburg propõe que, ao entrar em contato com elementos culturais de classes dominantes, as classes populares a reelaboram de acordo com os seus próprios costumes (REIS, 2013)

pessoas que as utilizam. Dessa forma, as feiras passam a ser local para o desenvolvimento social, agregando ideais e facilitando o fortalecimento de práticas locais.

Figura 01: Mapa de Localização Recôncavo Baiano - Salvador

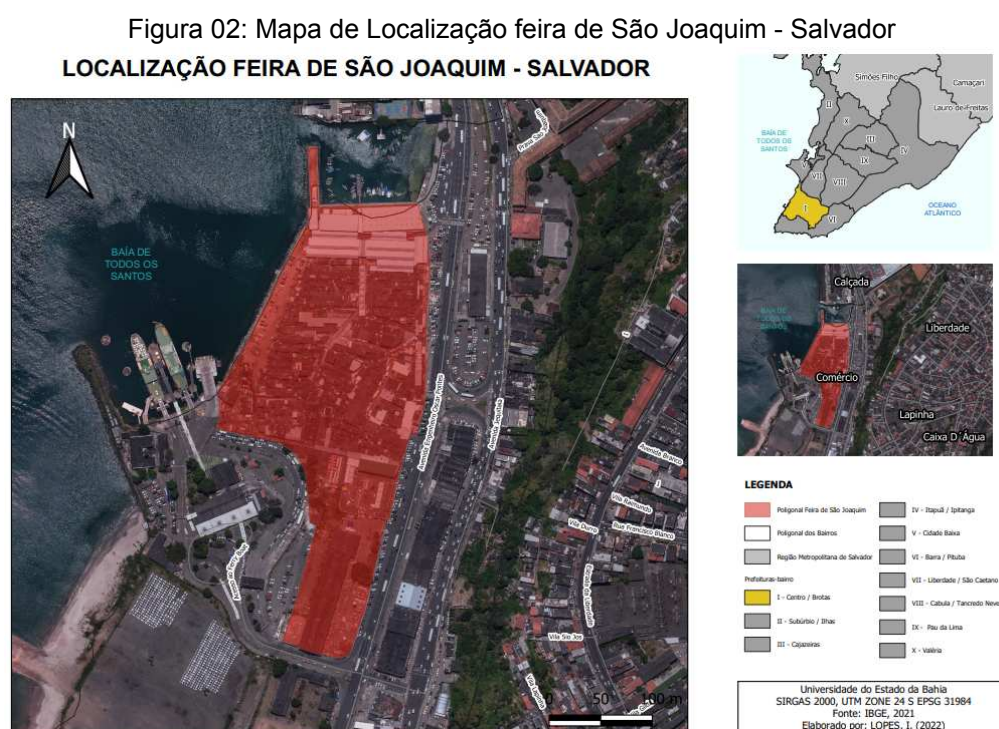


Autora: Ilana Lopes, 2022.

É dentro dessa conjuntura de mercados populares e feiras livres que destacamos a feira de São Joaquim, localizada na cidade de Salvador, Bahia, nesta dissertação. Anteriormente conhecida por feira do Sete, com periodicidade marcada em determinados dias, passa, com o tempo, a se consolidar como uma feira fixa anos depois, quando passa a ser conhecida como feira de Água de Meninos, uma feira que era considerada suja e um local propício para o desenvolvimento de criminalidade e prostituição. Esta feira sempre teve caráter popular, servindo não apenas como equipamento urbano voltado ao abastecimento da cidade de Salvador, mas também como ponto de encontro dos mais variados tipos de grupos sociais que compunham a sociedade sotero-politana.

A feira de Água de Meninos se tornou conhecida na cidade, vista por muitos como um local voltado para o abastecimento (não apenas no sentido da subsistência, mas também relacionada ao abastecimento para os candomblés da cidade, visto que a feira sempre foi conhecida por fornecer materiais necessários

para o culto afrobrasileiro), para encontros e serviços (como restaurante, bares e barbearias), por outros como um problema urbano para a cidade de Salvador, que precisava de solução. Independente da visão que se tinha, a feira de Água de Meninos se consolidou como um marco na Cidade Baixa, atendendo não apenas aos moradores dos bairros do entorno, mas também de outras áreas da cidade. Esse papel se manteve até 1964, quando um incêndio destruiu boa parte da feira, o que levou à sua transferência para a enseada de São Joaquim, conferindo-lhe a identificação com o local, tornando-a conhecida por feira de São Joaquim. Desde então, a feira está localizada na Avenida Engenheiro Oscar Pontes, no bairro da Calçada, em Salvador, localização esta que favorece o equipamento, uma vez que se trata de uma via arterial com fluxo intenso de veículos particulares e coletivos, além de motos e bicicletas. A localização da feira de São Joaquim está indicada na Figura 02:



De acordo com a Lei de Ordenamento, Uso e Ocupação do Solo (LOUOS, 2016) de Salvador, a feira de São Joaquim está inserida numa Zona de Centralidade Metropolitana (ZCMe). Tal zona possui como característica a multifuncionalidade “para as quais convergem e se articulam os principais fluxos de integração dos demais municípios da Região Metropolitana de Salvador e de outros Estados com o

número de linhas de ônibus urbanas e linhas metropolitanas que passam pela localidade. O projeto então aponta alguns dados sobre a feira, como área total, número de estabelecimentos e as categorias das atividades que se desenvolvem ali. Uma vez que o projeto pontua os dados da feira, ele apresenta os dados construtivos previstos após a requalificação, como por exemplo a nova área construída, número de boxes que serão construídos e demolidos e o número total de boxes que existiriam ao final da operação. Então, para ilustrar esses novos dados e apresentar a nova espacialidade da feira, o projeto traz as plantas da requalificação, indicando quais boxes serão demolidos, onde serão construídos os novos boxes, vias de veículos e de pedestres, a distribuição dos serviços na feira, como a localização do galpão de animais vivos e de vísceras. Entendendo que as bancas são estruturas de madeira, diferentes dos boxes de alvenaria, o projeto aponta a nova localização destas bancas, que passariam a ser categorizadas em fixas, móveis e os pallets, que também receberiam local próprio para instalação. O projeto foi concebido em três etapas, conforme mostrado na figura 4.

Figura 4: Imagem de identificação das Etapas da Intervenção - Salvador



Fonte: Projeto de Requalificação da feira de São Joaquim. Disponível em: <https://www.conder.ba.gov.br/sites/default/files/2018-08/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Requalifica%C3%A7%C3%A3o%20feira%20de%20S%C3%A3o%20Joaquim.PDF> (Acesso: 01 de junho de 2023)

A primeira etapa consistia na preparação de um galpão cedido pela CODEBA que serviria como espaço provisório para o remanejamento dos feirantes do miolo da feira enquanto as fases daquela área eram executadas, bem como o pátio de carga e descarga e construção de novos boxes. Este galpão seria a localização temporária dos feirantes à medida que a obra fosse sendo executada. A ideia era que à medida que as fases do miolo fossem desocupadas para requalificação, os feirantes daquela fase seriam transferidos temporariamente para o Galpão Água de Meninos, na primeira etapa. Assim, a requalificação aconteceria sem prejudicar os comerciantes. Uma vez que aquela fase fosse concluída, os feirantes voltariam a ocupar os novos boxes e o Galpão Água de Meninos seria ocupado pelos feirantes da fase seguinte. A segunda etapa consistia na intervenção na enseada através da construção do píer, recuperação do quebra-mar e muros de contenção. A terceira etapa, conhecida como miolo da feira, também foi setorizado de modo a facilitar as obras, uma vez que a feira não fecharia para a execução dos projetos. Esta divisão consistia em sete fases, como mostrado na figura 5:

Figura 5: Imagem de identificação das Fases da Terceira Etapa



Fonte: Projeto de Requalificação da feira de São Joaquim. Disponível em: <https://www.conder.ba.gov.br/sites/default/files/2018-08/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Requalifica%C3%A7%C3%A3o%20feira%20de%20S%C3%A3o%20Joaquim.PDF> (Acesso: 01 de junho de 2023)

Entretanto, os constantes atrasos nas obras, levaram à cisão do território da feira, como discutido anteriormente. A chamada feira Nova consiste apenas na Fase Um do Miolo da feira. Partindo desta cisão territorial, percebeu-se, durante idas à feira, que tal divisão não afetou apenas na percepção material da feira, uma vez que era clara a diferença existente entre a feira Nova e a feira Velha. Tal divisão afetou também a forma de se relacionar dentro daquele espaço. O entendimento desta diferença modificou também a forma como o feirante se entendia naquele espaço. Passou a se perceber a existência de dois grupos: os feirantes da feira nova e os feirantes da feira velha. Para além disso, os próprios feirantes passaram a perceber a diferença. Relatos obtidos através de conversas com feirantes durante as pesquisas relacionadas à iniciação científica do autor apontavam que muitos feirantes da feira velha perceberam a redução no número de clientes, que muitas vezes eram atraídos pela modernidade da feira nova. A feira nova também passa a ser vista como local do turista que seria atraído pelo aspecto cultural da feira de São Joaquim, sem precisar andar pelos corredores apertados da feira velha, mesmo sendo a feira Velha aquela mais próxima da feira relatada por autores e artistas ao longo do século XX. A feira Velha se apresenta aqui como testemunha da sua história, local que foi palco de todas as transformações culturais que são próprias feiras, oriundas da junção de culturas de todos os lugares do mundo e que ali se unificaram.

1.2 - Exu e suas encruzilhadas

É importante pensar que mercados populares foram um dos locais onde negros libertos foram trabalhar após a abolição da escravatura, em 1888, uma vez que o trabalho braçal não era considerado uma atividade para a alta sociedade. Novaes (2019) afirma que a Enseada de Água de Meninos “foi ocupada e circulada em sua maioria por africanos, negros e afro-descendentes e suas atividades não prestigiosas, voltada para o labor físico.” (Novaes, 2019, p. 67). Logo, a presença deste grupo social tão atuante naquele espaço, nos leva a pensar como a cultura daquele povo se inseria no território. A autora afirma que

esses grupos étnicos forçados a vir para a Bahia em condição de escravos produziram sinais diacríticos, que ao mesmo tempo em que se

diferenciavam, faziam com que também compartilhassem práticas, crenças e representações culturais mútuas. (Novaes, 2019, p. 69)

Estas práticas em comum nos levam a pensar que a presença africana no entorno do Porto de Salvador influenciou também os costumes cotidianos daqueles que frequentavam aquele local, tornando os mercados que surgiram ao longo da costa da Baía de Todos os Santos em locais onde a cultura e religiosidade africana puderam se reproduzir e preservar costumes africanos. Ao perceber isso, podemos pensar em debater sobre o tema utilizando conceitos advindos da cultura africana para qualificarmos o nosso olhar sobre a feira de São Joaquim. Sabemos da grande influência mulçumana entre os negros que vieram para o Brasil, e a arte de negociar, presente nos mercados. O mercado árabe, conhecido como souk, se apresenta como um local onde é possível encontrar os mais diversos produtos, como tecidos, comidas típicas, artesanatos e jóias. De acordo com Mello (2014), o mercado se apresenta como um lugar de trocas e que possui os seus deuses, como Hermes, na mitologia grega, Mercúrio na mitologia romana e Exu nas religiões afro-brasileiras. De acordo com o autor, estes deuses também são divindades ligadas à comunicação, prática necessária ao ato de comercializar, uma vez que nos mercados, além da troca de mercadorias, ocorre também a troca de informações. Mello (2014) ainda traz que “embora associado à economia, o comércio é, antes de tudo, uma forma cultural, que regula e prescreve etiquetas e comportamentos e produz valores e identidades” (Mello, 2014, p. 01). Esta produção de valores só é possível uma vez que ali é um local onde culturas se cruzam, permitindo a formação de identidades próprias.

Para nos aprofundarmos mais sobre o tema, é interessante trazer uma abordagem sobre as encruzilhadas, pois os caminhos labirínticos da feira, suas inúmeras encruzilhadas, os inúmeros chamados dos feirantes para atrair seus clientes, numa sonoridade que, antes de ser perturbadora, impulsiona o cliente para uma direção, depois para outra, onde é possível ter dúvida de onde e como comprar, recuar, pechinchar, negociar, lembrar de onde os seus mais velhos compravam, ou mesmo seguir um rito, de sempre comprar no mesmo lugar. Há um ritmo de feira, e o que pode parecer transgressor fora da feira, em seu interior, é cultura.

As encruzilhadas se apresentam como locais sagrados para o culto afro-brasileiro. É domínio de Exu, orixá que rege os cruzamentos, o senhor do mercado e guardião das entradas, apontado por Leda Maria Martins como “o canal

de comunicação que interpreta a vontade dos deuses e que a eles leva os desejos humanos.” (Martins, 1997, p. 26).

Novaes (2019) afirma que

Exu em sua natureza sagrada é o responsável pela circulação e comércio, podendo ser associado à dinâmica do Porto e das feiras livres de Salvador, a partir do intenso tráfego de embarcações e pessoas, trazendo ou encaminhando produtos e serviços.” (Novaes, 2019, p. 55)

A relação do orixá com a área pode ser percebida também na materialidade. Andando pela feira de São Joaquim é possível encontrar os mais variados artefatos de ferro utilizados em assentamentos de Exu, como mostrado na figura 6

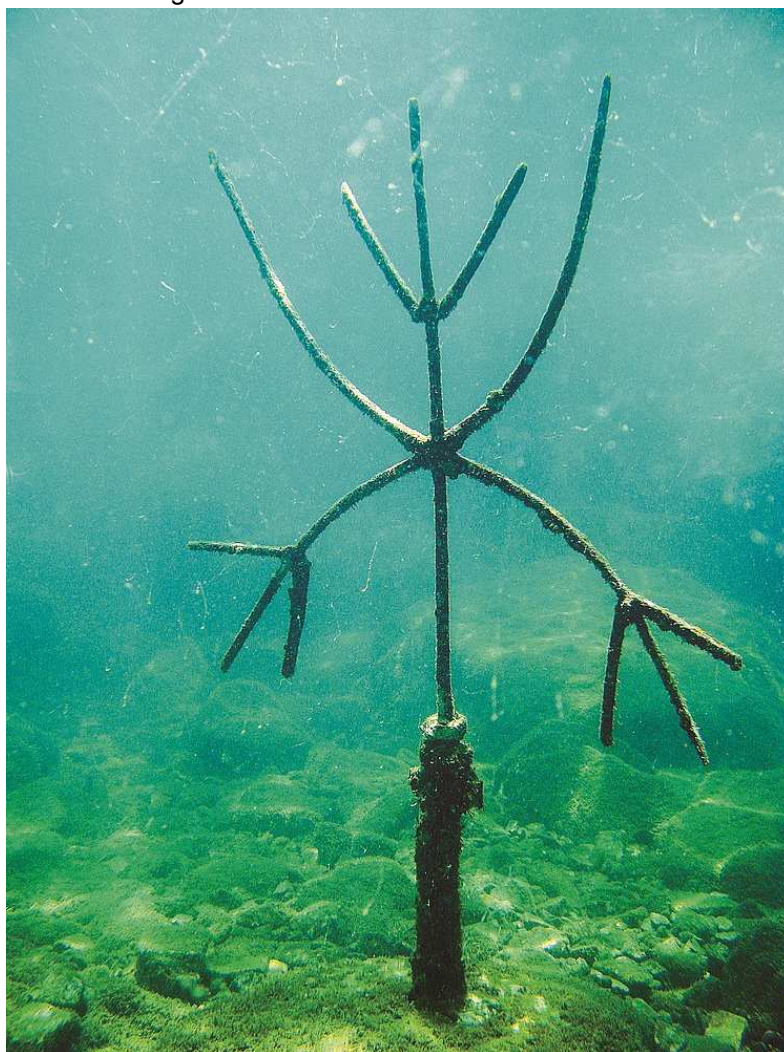
Figura 6: Artefatos para assentamento de Exu



Fonte: Acervo Pessoal de Diogo Moraes

Novaes (2019), relata a presença de um assentamento de Exu nas águas da Baía de Todos os Santos, mostrado na Figura 7.

Figura 7: Assentamento de Exu Submerso



Fonte: <https://todabahia.com.br/navio-que-trouxe-livraria-flutuante-para-salvador-ancorou-em-cima-de-assentamento-de-exu/exu-submerso/>

A presença deste assentamento destaca a importância deste orixá para aquela localidade. A autora afirma que

A cultura material representada pela escultura submersa não é vista aqui como um artefato isolado, mas portador de relações sociais entre realidades vividas e imemorais, sendo, portanto carregado de significado religioso que lhe confere status de demarcador de uma paisagem arqueológica sagrada, ou seja, a Enseada de Água de Meninos. (Novaes, 2019, p. 56)

Assim, podemos perceber que, uma vez que se considera que o assentamento não está ali de forma isolada, a sua presença indica o valor cultural e religioso que aquela área tinha e que muitas vezes ficou em segundo plano frente ao aspecto comercial que se desenvolvia ali. Mesmo que o comércio também seja um dos domínios de Exu, para a maior parte da população soteropolitana, o Porto de

Salvador e seu entorno tinha caráter predominantemente comercial, sem que se associasse a visão religiosa/filosófica atrelado ao ato de compra e venda.

Uma vez que este orixá também é o mensageiro dos deuses, a comunicação também é um dos domínios de Exu. A encruzilhada é um ponto de encontro entre dois caminhos, indicando também a continuidade dos mesmos. De acordo com Ramos (2019), a encruzilhada é o “‘ponto de intersecção’, é um novo espaço, um ‘espaço atravessado’, de encontros, desencontros, mudanças e alternâncias; um locus de intermediação” (Ramos, 2019, p. 04). Como aponta Leda Maria Martins, são nas “encruzilhadas que se tece a identidade afro-brasileira” (Martins, 1997, p.26). De acordo com Rufino:

A noção de encruzilhada emerge com a disponibilidade para novos rumos, poética, campos de possibilidades, práticas de invenção e afirmação da vida, perspectiva transgressiva à escassez, ao desencantamento e à monologização do mundo. (Rufino, 1987, p. 13)

Assim, entendemos que este ponto de convergência ultrapassa a percepção de religiosidade que se tem da encruzilhada, não apenas atingindo aspectos cotidianos, mas também se colocando enquanto local de resistência diante de um mundo opressor, permitindo se encontrar nas vivências diárias e contribuindo para a formação de uma identidade local através da ocupação de espaços de sociabilidade. Martins (1997), traz que a encruzilhada

é lugar radial de centramento e descentramento, interseções e desvios, texto e traduções, confluências e alterações, influências e divergências, fusões e rupturas, multiplicidade e convergência, unidade e pluralidade, origem e disseminação (Martins, 1997, p. 28)

Para o candomblé, a encruzilhada não apenas simboliza o cruzamento de caminhos, mas também a intersecção existente entre o mundo material e o mundo espiritual, um local onde se encontram energias transformadoras, regida por aquele que é responsável pela comunicação entre os orixás e os seres humanos, Exu. Essa convergência de energias permite atribuir à encruzilhada um caráter dinâmico, onde tudo se faz e se desfaz, onde relações se constroem e se modificam. Partindo desta premissa, podemos tentar entender que mercados populares, que valorizam essa tal sociabilidade, não existe apenas com o objetivo de serem um centro de abastecimento para a população, uma vez que a relação estabelecida entre pessoas e com o espaço permite a criação de ideias de pertencimento ao próprio espaço e a qualquer senso de coletividade que possa ser construída ali. Este caráter

multidimensional que se cria dentro dos mercados populares que permite a sua análise enquanto encruzilhada, tanto do ponto de vista físico como do ponto de vista cultural, uma vez que ali nós encontramos o cruzamento de saberes, práticas, vivências e hábitos. Tais características podem ser consideradas tradicionais, uma vez que refletem o modo de viver de determinado grupo que foi sendo construído ao longo do tempo, permitindo a sua visão enquanto patrimônio imaterial.

Desta forma, a feira de São Joaquim se apresenta como um de multiculturalidade, uma vez que, desde a sua instalação e estabelecimento enquanto equipamento urbano, a diversidade social permitiu a construção de uma identidade própria, formada a partir do cruzamento de culturas de diferentes locais. É na feira que tais práticas sociais se encontravam e se agregavam, permitindo o cruzamento entre culturas diversas: da capital e do interior, de outros países do mundo, de grupos sociais distintos. Como afirma Leda Maria Martins, “esse processo de cruzamento tem engendrado, ao longo da história, jogos ritualísticos de linguagem e performances culturais” (Martins, 1997, p. 26).

1.2 - A feira como lugar

Uma vez que se entende que a sociabilidade é peça importante na própria existência da feira de São Joaquim, uma vez que é dela que se constrói a multiculturalidade daquele espaço, podemos tentar perceber o enquadramento da mesma dentro do espaço urbano e como se dão as relações que se estabelecem ali, sejam as relações entre as pessoas ou as relações das pessoas com o espaço. Partindo deste princípio, percebe-se que se faz necessário uma apropriação acerca do conceito de lugar, uma vez que tal conceito está diretamente ligado à personalidade e a sensação de pertencimento ao espaço. Apesar de sua existência estar atrelada ao espaço físico, o conceito de lugar não se limita apenas a ele, uma vez que o entendimento de uma localidade enquanto lugar se dá através de uma “experiência pessoal, mediatizada por símbolos e significados próprios” (Lopes, 2012, p. 26). De acordo com o mesmo autor, lugar e espaço são conceitos que não podem ser dissociados um do outro devido ao fato de que com o tempo passamos a atribuir algum valor ao espaço ocupado, o elevando à categoria de lugar, “onde são experimentados os eventos mais expressivos de nossa seleta vida, ou seja, o viver e

o habitar, o uso e o consumo, o trabalho, o entretenimento, o lazer, o prazer e etc.” (Lopes, 2012, p. 26). Seguindo esta perspectiva, Tuan (1983), a ideia do lugar está diretamente ligada ao espaço geográfico, se apresentando principalmente ao sentimento de pertencimento e à percepção do sujeito diante daquela determinada parcela do espaço. O autor afirma que o entendimento daquele espaço enquanto se lugar se dá a partir do momento que algum tipo de valor é atrelado a ele, permitindo a sua vivência através de uma ligação mais sentimental. Assim, podemos pensar na feira de São Joaquim como o lugar do feirante e do comprador, uma vez que ali não são atendidas apenas as necessidades econômicas ou de abastecimento, atendendo também os seus anseios sociais, através da criação de laços entre as pessoas e as pessoas com o próprio espaço. Logo, podemos inferir que, uma vez que as relações se tornam importantes para a feira, as mesmas relações precisam ser mantidas para a existência da mesma. Ainda na perspectiva do lugar, Dardel (2011) aponta que

A compreensão de um espaço relativo alimentou bastante as perspectivas humanistas na Geografia, as quais deram centralidade à experiência e à existência, assumindo assim a prerrogativa do sujeito na constituição dos lugares. Perspectivas culturalistas também se pautaram por compreensões desse tipo, levando a questão para o âmbito dos grupos sociais, entendendo os significados e representações coletivamente constituídas como fundantes dos lugares. (Dardel, 2011, p. 5)

O autor indica que, para que determinado local seja considerado um lugar, é necessário que aqueles que o vivenciam o reconheçam enquanto lugar. O lugar passa a existir uma vez que o sujeito passa a se apropriar do mesmo, através das suas próprias experiências. Assim, afirma-se que o lugar não existe sem a presença do ser. Logo, infere-se que o entendimento da feira enquanto lugar é de responsabilidade daqueles que a vivenciam. Marandola Jr (2020) traz que não é o espaço [...] que permite a existência de lugares.” (Marandola Jr., 2020, p. 07). O autor, numa análise sobre o trabalho de Heidegger, afirma que

O lugar não está simplesmente ‘dado antes da ponte’ (HEIDEGGER, 2001, p. 133), mas surge a partir de um construir [uma formulação], que não precisa de uma construção extensiva para acontecer, embora também possa ser o caso. (Marandola Jr., 2020, p. 07).

Podemos inferir então que não é necessariamente a infraestrutura de um local que permite o entendimento e propagação enquanto espaço de desenvolvimento cultural. Este entendimento passa a ser dado a partir do valor que

lhe é atribuído por aqueles que experienciam e vivenciam aquele lugar cotidianamente. Uma vez que se mantenham vivas os costumes e tradições da feira, ela não deixará de ser o que é. Isso pode ser exemplificado na própria história da feira. Quando pensamos desde a feira do Sete, passando por Água de Meninos e chegando até São Joaquim, a feira passou por duas mudanças de localidade, uma delas causada por um incêndio. Podemos pensar que, a permanência da feira enquanto local popular se deu devido ao valor que as classes mais baixas da sociedade soteropolitana davam ao local, seja enquanto comprador, seja enquanto feirante, fazendo dele o seu lugar. Essa valorização dada por parte da sociedade que dependia da feira pode ser considerada fundamental para a sua permanência, uma vez que, mesmo com as mudanças de localidade e transformações na sua infraestrutura não foram o suficiente para fazer com que este equipamento caísse em desuso por parte dos seus usuários.

Apesar de estar atrelado ao espaço físico, podemos perceber que a percepção de um determinado espaço enquanto lugar não é dependente do mesmo. Entretanto, para que esta percepção ocorra, é necessário que ocorra também uma apropriação do mesmo, criando uma sensação de pertencimento para com aquela localidade. Pode-se notar que não é diferente do que aconteceu e ainda acontece na feira de São Joaquim. Após a entrega da Fase 1 da Terceira Etapa das obras na feira e consequente cisão territorial, formando feira Velha e feira Nova, foi necessário uma nova apropriação do espaço, de modo a criar um novo entendimento enquanto lugar.

A relação entre Exu, orixá da comunicação, e o seu lugar, a feira de São Joaquim e o lugar. Para Rufino

Ele é o princípio dinâmico que cruza todos os acontecimentos e coisas, uma vez que sem ele não há movimento. Exu é compulsório a todos os seres e forças cósmicas. É ele a divindade mais próxima daqueles que classificamos como humanos, é o dono do nosso corpo e de suas potências, é o princípio comunicativo entre os seres, as divindades e os ancestrais. Exu é a substância que fundamenta as existências; é a linguagem como um todo (Rufino, 1987, p. 23)

Percebemos então que a regência de Exu não se limita às encruzilhadas no seu aspecto físico, como as ruas de uma cidade. Estas se apresentam como apenas um dos seus domínios, uma vez que este orixá representa o próprio dinamismo humano, inclusive as relações que são criadas por estes. Santos (1986) traz que

Èṣù é o princípio da existência diferenciada em consequência de sua função de elemento dinâmico que o leva a propulsionar, a desenvolver, a mobilizar, a crescer, a transformar, a comunicar. (Santos, 1986, p. 131)

Podemos inferir aqui que Exu é o próprio movimento que, através do seu dinamismo, produz condições para que todos os processos aconteçam, permitindo, além de outros aspectos, o desenvolvimento humano em sociedade.

Aqui nós podemos fazer a primeira analogia entre Exu e o lugar. Como dito anteriormente, a identificação de determinada parcela do espaço enquanto lugar ocorre quando existe uma apropriação do mesmo, criando uma sensação de pertencimento ao local. Esta sensação de pertencimento pode ser vivenciada através de processos de comunicação, criando laços e estabelecendo relações. Estes processos de comunicação e sociabilidade estão sob o domínio de Exu, que permite a construção e estabelecimento de relações entre os seres e entre o ser e o espaço, através das dinâmicas que representam o próprio Exu, uma vez que “ele também é um elemento constitutivo, na realidade o elemento dinâmico, não só de todos os seres sobrenaturais, como também de tudo que existe.” (Santos, 1986, p. 130). Uma vez que se entende o que determina o entendimento de certo espaço enquanto lugar, podemos inferir que a designação de um espaço enquanto lugar também se enquadra no domínio de Exu, uma vez que o mesmo está presente na construção de laços de sociabilidade próprios da definição do lugar. O lugar pertence a Exu e a feira é o lugar dele.

Ainda sobre Exu, podemos trazer também uma das faces desse orixá, a face do senhor do mercado. Senhor do mercado é um dos títulos dados a Exu, o Olojá. Este orixá tem como uma das responsabilidades a circulação de pessoas e produtos, construindo relações e permitindo o estabelecimento de lugares. A feira se apresenta como lugar de todos, o lugar do Exu. Esta determinação, como dito anteriormente, pode ter sido um fator importante para a permanência da feira enquanto lugar do povo. São as relações que se estabelecem ali que diferenciam a feira, que se aproxima aqui de um mercado yorubá, de um mercado atrelado ao modo de consumo do capitalismo, uma vez que se espera que no mercado yorubá, as relações sociais construídas são importantes para a sua preservação enquanto o mercado capitalista é um local de apropriação de capital e muitas vezes de exploração da classe trabalhadora (Flor do Nascimento, 2016). O autor afirma que “Se o axé é força dinâmica, Exu é o motor que provoca esse movimento. Ele é o

eterno movimentador, sendo ele mesmo movimento e movimentando-se.” (Flor do Nascimento, 2016, p. 30). Esse caráter dinâmico próprio de Exu que dita a circularidade característica dos mercados populares.

Entende-se que Exu é o próprio movimento, o próprio dinamismo. Essa força motriz que permite a determinação e construção de relações tão intensas que ditam as formas de ocupar o espaço, ao mesmo tempo que se ancoram no mesmo de tal forma que dissociar o construído da construção se torna uma tarefa exaustiva.

A determinação da feira enquanto lugar e lugar do Exu permite uma visão menos técnica e mais subjetiva da construção daquele equipamento. Não é à toa que a feira de São Joaquim segue sendo ainda um dos principais locais para compra de produtos ligados ao culto afro-brasileiro. A presença de Olojá, o senhor do mercado, vem sendo nos últimos anos celebrada pelos feirantes, como mostrado na figura 8.

Figura 8: Olojá 2024



Fonte: Acervo Pessoal de Diogo Moraes

A celebração de Olojá reforça a ideia de que para o povo de santo a feira não só atende às suas necessidades de abastecimento, a feira é sagrada. Celebrar Olojá

se apresenta como celebrar a própria força dinâmica que permite a identificação da feira de São Joaquim enquanto lugar do feirante, valorizando dimensões religiosas e culturais postas ali muito antes da feira ser o que é, uma vez que celebra a própria força motriz que não cessa.

CAPÍTULO 2 - O PATRIMÔNIO E SUAS REPRESENTAÇÕES

A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 216, indica que

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (Brasil, 1988, Art. 216)

A partir deste princípio, pode ser compreendido que o patrimônio cultural nacional diz respeito ao que, em forma tangível ou intangível, se destaque, em expressividade cultural, no contexto identitário brasileiro. Dentre os patrimônios nacionais, a constituição cita as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, bem como os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Este entendimento de patrimônio nos permite perceber que, para a Constituição Brasileira, o patrimônio nacional é constituído por artefatos selecionados no contexto social, desde que possua valor simbólico, artístico ou cultural.

Em consonância com o dito pela constituição brasileira, o antropólogo argentino Nestor Garcia Canclini (1994), em seu artigo intitulado “O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional” levanta a importância de se entender o patrimônio cultural e histórico popular sem desconsiderar a presença da indústria cultural¹³, tema que será mais explorado no capítulo seguinte, que se beneficia do crescimento do potencial turístico e cultural de determinados locais, bem como do crescente desenvolvimento urbano e nesse contexto, o autor ressalta que:

Contribuem para repensar o que devemos entender por patrimônio histórico e identidade nacional. Os processos de urbanização, industrialização e massificação da cultura, as migrações e a transnacionalização dos bens materiais e simbólicos, a globalização e as formas de integração econômica exigem a redefinição do que podemos entender por nação. (Canclini, 1994, p. 95)

¹³ Conceito desenvolvido na Escola de Frankfurt pelos filósofos Max Horkheimer e Theodor Adorno, onde se entende que a cultura passa a ser vista como objeto de consumo e os consumidores são deixados de ser entendidos pela sua individualidade. (Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/industria-cultural.htm>, acesso em 13 de jul. 2023)

Canclini (1994) indica que uma nação é composta por um território ocupado por uma sociedade ou grupo social que possui características e costumes próprios, saberes populares que são transmitidos com o passar do tempo, mas que não se apresenta de forma isolada dentro do espaço geográfico, recebendo também influência de outros grupos, formando hábitos miscigenados e multiculturais. Devido a essa mistura, o autor propõe uma nova ideia para o entendimento de patrimônio, uma vez que este “expressa à solidariedade que une os que compartilham um conjunto de bens e práticas que os identifica, mas também costuma ser um lugar de cumplicidade social.” (Canclini, 1994, p. 96). O reconhecimento da identidade da feira de São Joaquim enquanto patrimônio cultural soteropolitano a valoriza não apenas pelo seu papel na história do abastecimento das classes menos favorecidas da cidade, mas também como local de desenvolvimento de relações sociais entre as pessoas que mantêm a feira viva em sua preexistência urbana, o que a qualifica como patrimônio cultural urbano.

O autor também indica que o patrimônio não deve ser limitado a sítios arqueológicos ou arquitetura colonial, mas também deve ser incluído elementos que fazem parte da cultura de um grupo (Canclini, 1994). Ainda no mesmo trabalho, Canclini explica que:

A política cultural referente ao patrimônio não tem como tarefa resgatar apenas objetos “autênticos” de uma sociedade. Mas o que são “culturalmente representativos”. Os processos nos interessam mais do que os objetos, e nos interessam não pela sua capacidade de permanecer “puros”, iguais a si mesmos, mas sim porque “representam certos modos de conceber e viver o mundo e a vida próprios de certos grupos sociais”. (Canclini, 1994, p. 113)

Canclini nos aponta a notoriedade dada aos objetos tidos como autênticos, aqueles ligados à uma tradição da elite, considerados detentores de maior valor cultural que aqueles inerentes ao povo e propõe uma ruptura com essa ideia. Para o autor, se faz necessário uma estima aos itens ligados ao povo, que possuem algum tipo de representatividade para aqueles que nele convivem.

Dito isso, voltamo-nos à importância dos estudos territoriais sobre mercados populares. Para além de serem lócus de manifestações culturais e de populares, são espaços detentores de expressividade cultural. Canclini também aponta que “os produtos gerados pelas classes populares costumam ser mais representativos da

história local.[...] Constituem nesse sentido, seu próprio patrimônio” (Canclini, 1994, p. 97-98).

De acordo com Canclini, a salvaguarda de um bem cultural de origem popular não se relaciona exclusivamente ao reconhecimento da importância da arquitetura do local, mas também à valorização das manifestações culturais que se desenvolvem naquele espaço e que são representativas para aquele grupo social.

Além de Canclini, podemos citar Reis (1998). Em sua dissertação de mestrado, intitulada “A história na Vitruve - Novas Estratégias e Convenções no Ritual de Preservação”, Reis nos traz que, em determinado momento, a preservação de elementos culturais deixou de considerar apenas o monumento isolado, interpretando o espaço urbano como espaço digno de preservação. Sobre isso ela diz:

Surgem novas recomendações de salvaguarda a partir de um novo ideário de preservação que aceita a área urbana enquanto objeto de caráter monumental. E as novas normas, encobertas pelo interesse cultural apoiado na ideia de preservação, redefinem a apropriação do meio urbano pelo capital. (Reis, 1998, p. 46)

Ainda nesse aspecto, Reis salienta que:

A partir desta mudança no conceito de monumento, uma nova problemática é colocada no tratamento de espaços urbanos, ou seja, a de como manter o antigo traçado diante dos interesses emergentes do capitalismo, que passa a ser, ao mesmo tempo, agenciador do crescimento das cidades e motivador da reincorporação do espaço antigo ao processo de renovação urbana. (Reis, 1998, p. 46)

A partir deste trecho podemos depreender que uma área tradicional não está imobilizada no tempo. Tais espaços, principalmente aqueles que estão inseridos no traçado urbano são passíveis de uso, associando a sua preservação aos novos interesses e instrumentos de regulação.

No início dos anos 2000, as instituições de salvaguarda se aproximam do chamado patrimônio imaterial, através do reconhecimento do Samba de Roda do Recôncavo Baiano. Este reconhecimento ocorre pelo viés da cumplicidade social que espaços urbanos de caráter popular começam a ser absorvidos. Partindo disso, as feiras, que se apresentam como local de desenvolvimento cultural popular, passaram a ser objeto de interesse devido ao seu caráter histórico. Assim, fez-se o

sentido de compreensão das feiras livres enquanto lócus de manifestações culturais e tradições inerentes a um grupo social.

Uma vez que se compreende a feira como um lugar encruzilhado, uma vez que, como tratado no capítulo 1, ela atua como local de cruzamento de culturas, identidades e relações sociais, sugere-se o entendimento de como a feira é percebida, não por aqueles que a vivenciam, mas por aqueles que não fazem parte da dinâmica que ali se estabelece, o que nos faz trazer ao texto a compreensão sobre o conceito de representação, que configuraram a forma com a qual a feira de Água de Meninos e, posteriormente, da feira de São Joaquim foram percebidas/lidas/interpretadas de formas diferentes e como essas “visões”, as suas representações, eram transmitidas para a população. dessa forma cabe buscar o conceito de representação definido por Roger Chartier e, através deste, entender como a feira foi imaginada durante os anos que se passaram desde a sua consolidação, no trânsito entre imagens negativas e positivas.

De acordo com Chartier, a representação é a ferramenta pela qual o sujeito, ou mesmo o grupo de sujeitos, constroem significados para o mundo social. Existem diversos modos de apreensão para os chamados fenômenos sociais, incluindo os que chamaremos aqui de fenômenos urbanos, como a feira livre, unidade abordada nesta dissertação. Ao coletarmos fontes documentais do passado para a compreensão da feira de São Joaquim, nos deparamos com autores diversos, com modos igualmente diversos de interpretar a realidade da feira. Em busca de aprofundamento, recorreremos aos conceitos de Roger Chartier no intuito de avançar na leitura das representações sobre aquele local.

Chartier nos indica dois tipos de abordagens, uma fundamentada na compreensão de que a construção das identidades está atrelada à relação de forças entre as “representações impostas” por aqueles que detêm o poder cultural. Neste caso, destaca-se o poder público e seus órgãos de salvaguarda, fato percebido através do lapso temporal entre o tombamento de bens de origem religiosa católica, militar e burguesa, que foram, por décadas, privilegiados nos livros de tomo e reconhecidos como bens culturais coletivos, mesmo não sendo partilhados ou mesmo aceitos dessa forma por toda a sociedade. A segunda abordagem do autor vai nos chamar a atenção acerca da representação que cada grupo faz de si mesmo, configurando-se numa forma fácil de reconhecimento social

e, por vezes, até reivindicando que a sua expressividade cultural seja passível de reconhecimento oficial como bem cultural. Destacamos aqui que não é o caso da feira de São Joaquim, uma vez que as representações trabalhadas nesta dissertação são produções de artistas, intelectuais e jornais do passado e forma como estes manifestaram a sua leitura sobre a feira, configurando este material como fontes que nos permitirão discorrer sobre as representações da feira de São Joaquim.

Pelo viés de Chartier, compreendemos que a relação de representação sobre a matéria, no caso a feira em seus passados, é a relação entre as imagens que hoje nos são ausentes. Não há uma só realidade nas representações, pois todas estiveram intencionadas em conferir a existência da feira através dos seus olhares, pintaram, desenharam, cantaram e escreveram sobre o que lhes foi referente do mundo extralinguístico e, não obstante, mascaram realidades, condicionando-as ao seu contexto sociocultural.

A produção sobre a feira, seus dispositivos formais, sejam eles textuais, materiais ou artísticos, inscreveram-na para seu público, e assim ela foi sendo reconhecida e partilhada, sendo essa a construção do seu entendimento enquanto bem cultural.

Roger Chartier, ao ampliar o conceito de fonte histórica para além dos textos escritos, nos convida a esmiuçar as práticas socioculturais da materialidade e suas representações, a forma de sua inserção e divulgação. Consideramos que essas representações configuram a imagem da feira de São Joaquim. Para o autor a representação é “imagem que remete à ideia e à memória dos objetos ausentes e que os pinta tais como são” (Chartier, 2002, p. 165). O autor ainda aponta que “representar é, pois, fazer conhecer as coisas pela pintura de um objeto, pelas palavras e gestos, por algumas figuras, por marcas – como os enigmas, os emblemas, as fábulas, as alegorias” (Chartier, 2002, p. 165). Dessa forma, as representações são colocadas como ferramentas capazes de apresentar ao público aqueles objetos do passado, ou os que não estão mais acessíveis ou precisam ser mostrados sem que seja necessário uma visita ao mesmo na vida real. Coelho (2014), em um estudo que analisava o trabalho de Chartier, aponta que as representações se colocam como “construções sociais da realidade, em que os sujeitos fundamentam suas visões de mundo a partir de seus interesses e de seu grupo” (Coelho, 2014, p. 95).

Assim, baseado em aspectos das representações culturais da feira de São Joaquim e sua antecessora, a feira de Água de Meninos, optou-se por fazer a análise de fontes diversas acerca destas localidades, destacando a produção audiovisual (com a análise de um filme e um documentário), a produção musical, literária e documental, de modo a analisar as visões que eram transmitidas para a população, visto que tais produções foram obras de personalidades da mídia baiana.

2.1 - Produção Audiovisual

Iniciaremos a nossa análise através do filme “A Grande feira”, dirigido por Roberto Pires¹⁴, em 1961, produzido pelo cineasta baiano Glauber Rocha¹⁵, no qual a feira de Água de Meninos serve de palco para os dramas na vida dos seus habitantes que temem um possível despejo, abordando temas como racismo, empoderamento feminino e luta de classes. O filme começa com o cordelista Cuíca de Santo Amaro¹⁶ clamando que “A Grande feira de Água de Meninos vai acabar” (A Grande feira, 1961), numa alusão ao receio que permeava os feirantes acerca do futuro daquele lugar devido à possibilidade de mudança ou até mesmo fechamento da feira, que era vista pelo poder público como um lugar problemático. O medo referente à extinção ou à mudança de local da feira já fazia parte das discussões sobre aquele espaço, e estava fundamentado pela proximidade dos tanques de combustível pertencentes à Esso Brasileira de Petróleo, que se localizavam próximos à praia, no fundo da feira. A existência desses tanques geravam receio para a população, que entendia os riscos que essa proximidade causava. O que podemos perceber nesse filme é que dentro da ambiência da feira existiam também bares e cabarés. Assim havia uma interação entre os que frequentavam esses espaços, como marinheiros e boêmios da cidade que, não obstante, também interagiam com os feirantes. Eram pessoas que viviam o cotidiano da feira de Água de Meninos e que temiam por seu futuro. A feira se tornara para essas pessoas um lugar de cumplicidade social, onde o proletariado se encontrava e as relações se

¹⁴ Roberto Pires (1934-2001), cineasta baiano, diretor do filme Redenção (1958), que impulsionou o Ciclo Baiano de Cinema (1959-1963).

¹⁵ Glauber Rocha (1939-1981), cineasta baiano conhecido por obras que retratam o cotidiano de classes mais humildes utilizando como artifício técnicas mais modernas do cinema europeu

¹⁶ Cuíca de Santo Amaro (1907-1964), recebeu de Jorge Amado o apelido de Trovador da Bahia e era cordelista, trovador e poeta.

desenvolviam, qualquer problema relacionado à permanência da mesma era uma ameaça também aos laços criados ali.

O filme, em 1961, traz como figura de destaque a mulher na feira, uma mulher querendo emancipar-se, buscando por igualdade de direitos naquele espaço, ela é representada como uma personagem forte e batalhadora chamada maria da feira, que representa toda mulher que frequentava aquele espaço, uma mulher negra, capaz de tomar decisões por si própria, ao mesmo tempo que não deixa de lado sua face carinhosa e preocupada. Ao mesmo tempo, essa mulher se apresenta, como destaca-se no próprio cartaz do filme (Figura 9), numa pose provocativa, enquanto outros membros da comunidade são retratados na parte inferior. A infraestrutura da feira é destacada em outro cartaz do filme, apresentado na Figura 10.

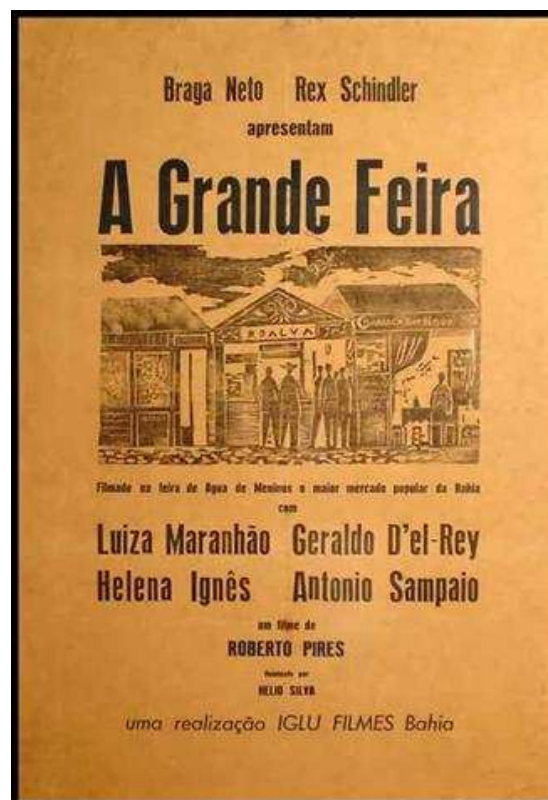
Figura 9: Cartaz do Filme “A Grande feira” - A



Fonte:

<https://filmow.com/a-grandefeira-t59646/>

Figura 10: Cartaz do Filme “A Grande feira” - B



Fonte:

<http://www.filmografiabaiana.com.br/DetailFilme.aspx?id=1000>

O segundo cartaz nos familiariza com o padrão construtivo de Água de Meninos. A feira era composta em boa parte de sua extensão por barracos de madeira, posicionados lado a lado, enquanto as vias de circulação, em sua maioria, eram compostas por vias de barro. Tais características nos levam a entender que a

feira de Água de Meninos sempre foi um local simples que atendia majoritariamente pessoas simples, uma vez que seu aspecto infraestrutural não dispõe de uma tecnologia mais moderna, se valendo de técnicas mais populares para a sua construção.

Destacando uma passagem do filme, onde um grupo de mulheres da elite soteropolitana durante uma visita a feira, exclamam “realmente espantosa essa promiscuidade, estou adorando!” (A Grande feira, 1961). A feira se resume a um local diferente do habitual para aquelas mulheres, onde as mesmas podiam ir para ter contato com o rústico, com os homens da área portuária, sem perder o seu *status* social. Aquele espaço servia para representar as classes menos abastadas da sociedade, composta por comerciantes e prostitutas, marinheiros de todas as partes do mundo, compradores e vendedores. Ao mesmo tempo destaca-se a figura da mulher da feira, representada pela Maria da feira, a negra, que enfrenta o racismo e se esforça no trabalho do dia a dia para se manter e sobreviver. percebe-se então um paralelo entre as mulheres da feira e as mulheres da elite. Enquanto umas vivenciavam aquele espaço e lutavam por reconhecimento ali, outras o tinham apenas como algo diferente do comum a elas.

Aqui é interessante observar, através da interpretação dos lugares sociais das personagens do filme, a feira no imaginário social da época. A ideia de uma feira promíscua que as classes mais abastadas da sociedade possuíam destaca a visão que se passava do local, tido como exótico por este grupo social, uma vez que não fazia parte da sua rotina diária, ao passo que era local de vivência diária do feirante.

Ainda no âmbito da produção audiovisual, destacamos o documentário “Encruzilhada”, de Catarina Gazar e Renata Freitas Machado, produto apresentado como trabalho de conclusão de curso de Produção em Comunicação e Cultura da UFBA. O documentário mostra a dinâmica da feira de São Joaquim diante da sua importância para o culto afro-brasileiro. A feira é mostrada como um local onde o povo de santo consegue comprar materiais relacionados ao candomblé e a umbanda, religiões de raiz africana, mas surgidas no Brasil. O comércio de artigos religiosos tornou-se uma marca para a feira de São Joaquim, que é repleta de casas voltadas para este propósito e se apresenta como a configuração de um espaço voltado à comercialização de produtos religiosos e de resistência da cultura negra de

Salvador. Assim, a junção entre povo, feira e o axé constroem a encruzilhada que intitula o documentário. A feira ainda é mostrada como um local diverso do ponto de vista cultural, onde encontramos artesanatos, culinárias e objetos característicos da cultura local, fazendo dali um expoente da identidade baiana. Percebemos aqui que São Joaquim é representada de modo a entendermos que seu papel como local de abastecimento é apenas uma das muitas faces que a mesma possui. Essa diversidade cultural permite que a feira seja interpretada como um espaço representativo da cultura baiana, uma vez que, dentro das suas fronteiras, podemos ter acesso aos mais diversos itens culturais e religiosos que fazem parte da construção da baianidade¹⁷.

O documentário ainda mostra como as relações são valorizadas na feira de São Joaquim. A forma como feirantes e compradores se relacionam fazem parte de uma dinâmica social própria de feiras livres, estabelecendo uma proximidade entre as partes. Assim, a feira também se torna um espaço de socialização, o que corrobora com a ideia de um local que ultrapassa os limites do comércio.

A produção audiovisual nos mostra como as relações são importantes para a identificação de São Joaquim e de sua antecessora, Água de Meninos. Em ambas as produções trazidas anteriormente é perceptível que a feira atua como local propício para desenvolvimento social.

Em “A Grande feira” nós somos apresentados a um grupo social apegado ao seu lugar, temeroso por uma transferência e um possível incidente (que viria acontecer três anos após o lançamento do filme, em 1964). Este grupo social se protege e protege o seu lugar. Ao mesmo tempo nós temos contato com a figura feminina, presente constantemente dentro da feira, de todas as formas possíveis. Essas representações sociais nos mostram como se dava a percepção da feira de Água de Meninos e dos seus atores sociais no começo da década de 1960. Quando observamos a feira de São Joaquim na contemporaneidade, percebemos que a forma de se relacionar ainda é um fator valorizado nas dependências da feira. Estas relações são responsáveis por uma dinâmica que é característica de uma feira livre,

¹⁷ A ideia de baianidade faz referência a uma identidade criada que pode estar ligada ao cotidiano do povo da Bahia. Essa baianidade apresentada aos turistas possui duas características fortes: a própria ideia de um cotidiano e a ideia da baianidade mostrada nas manifestações artísticas. (Guerreiro, 2005)

promovendo proximidade entre todos aqueles que a frequentam. É através desse fenômeno social que se constrói a territorialidade da feira de São Joaquim, ao mesmo tempo comum a outras feiras livres, mas possuidora de suas singularidades.

Informações acerca da bilheteria do filme “A Grande feira” não foram encontradas. Entretanto, o filme encontra-se disponível no YouTube, sendo que o vídeo com mais reproduções possui setenta mil visualizações. O autor Geraldo D’El Rey recebeu o Prêmio Governador do Estado de São Paulo de Melhor Ator, em 1963, pelo papel do marinheiro Ronny, o Sueco (Cinemateca Brasileira, 2016). Sobre o documentário “Encruzilhada”, por se tratar de um produto oriundo de um trabalho de conclusão de curso, não possui um impacto tão grande. Entretanto, o curta também encontra-se disponível no YouTube, com 552 visualizações.

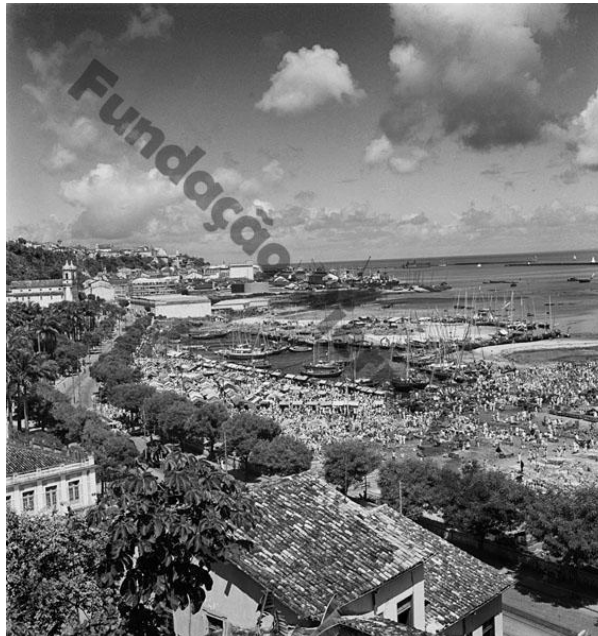
2.2 - Fonte Literária

Em 1961, mesmo ano de lançamento do filme “A Grande feira”, Odorico Tavares lançou o livro “Bahia: Imagens da Terra e do Povo”, suscitando a valorização da cultura popular soteropolitana no começo da segunda metade do século XX. o livro tem como papel informar aos leitores acerca da cultura baiana. em consonância com o retratado no filme, quando se refere à feira, o autor descreve seu potencial enquanto marco citadino:

Todos os dias, a feira prossegue. Mas quem desejar conhecer a maior feira livre da Bahia, por isso a mais intensa e a mais concorrida, vá ao sábado, à tardinha, a Água de Meninos. Olhe, das ladeiras da cidade alta, o formigueiro à beira da enseada. Os barcos chegando e saindo. Outros encostados ali perto, como que enterrados na areia, aguardando a alta da maré. De onde vieram? O que trouxeram? Que caminhos percorreram? Que produtos carregam? São os saveiros que vêm de todas as partes do Recôncavo. Trazem os mais variados produtos da terra baiana; bananas em cachos semiverdes, laranjas, cerâmica, aipim, os quiabos para os mais coloridos carurus, a pimenta malagueta de fascinantes efeitos; cana-de-açúcar de Santo Amaro; abóboras, tomates e pimentões; montes de verduras junto aos garrafões de dendê de todas as comidas; até as gaiolas de pássaros que não sabemos se cantam, até o louro imponente e malicioso no seu alto poleiro. Até o sagüim ali exposto pelo menino que vende, quem sabe, com lágrimas nos olhos, pela necessidade do dia difícil que passa. Depois as barracas das mais variadas comidas. Brilham sobre a toalha branca do botequim ao ar livre, as jóias do caruru, do vatapá, do efó, do acarajé, da galinha de xinxim ou do abará. E numa imensidade de modelos e de formas a cerâmica de panelas, tigelas, pratos, bilhas e copos. Vejam se as suas linhas, os seus desenhos. Para esta feira de mil produtos, vem toda uma população pobre da cidade para em grande parte se abastecer. (Tavares, 1961., p. 88-89).

O autor retrata a dinâmica da feira de Água de Meninos e o contexto urbano no qual a mesma se insere. A localização próxima ao porto, rodeadas por ladeiras, permite a sua visualização do alto, o que favorecia a observação da totalidade do seu espaço, bem como a quantidade de pessoas que frequentavam aquele espaço, como retratado na figura 11:

Figura 11: Vista de cima da feira de Água de Meninos



Fonte: Acervo da Fundação Pierre Verger

Kevin Lynch, em seu livro “A Imagem da Cidade”, aborda o conceito de marcos. De acordo com o autor, os marcos são pontos de referências na cidade, facilmente identificados. Tais marcos servem para demarcar determinadas áreas da cidade, que passam a ser reconhecidas por aqueles pontos. A feira passava a ser um marco na Cidade Baixa, facilmente sendo identificada por aqueles que a observavam.

O autor ainda permite uma identificação de parte dos produtos que podiam ser encontrados em Água de Meninos, bem como a sua procedência, reforçando o papel da feira no abastecimento da cidade e seu papel no escoamento de produtos vindos do Recôncavo Baiano. Com este trecho ainda é possível idealizarmos a vivência da feira, que se destacou como um dos principais pontos comerciais da Cidade Baixa, considerando a importância do comércio portuário para Salvador no início do século XX.

O trecho destacado na citação permite uma maior proximidade do leitor com a feira porque descreve sua rotina, permitindo imaginar sua dinâmica que, ademais, também chamou atenção de outros escritores, como Jorge Amado, que utiliza o cotidiano da feira em suas obras. É interessante ressaltar que o conhecimento de Jorge Amado sobre a feira parte de um local de vivência, uma vez que o mesmo sempre retratou aspectos populares da vida do soteropolitano, permitindo o seu uso como fonte da sua produção. Estas obras levaram o público a criar uma imagem de uma Bahia quase mística, que frequentava o porto a noite e observava a construção do cenário da luz da lua refletida no mar da Baía de Todos os Santos. Na obra “Bahia de Todos os Santos: guia de ruas e mistérios da cidade do Salvador” (Amado, 1967), o autor relata que:

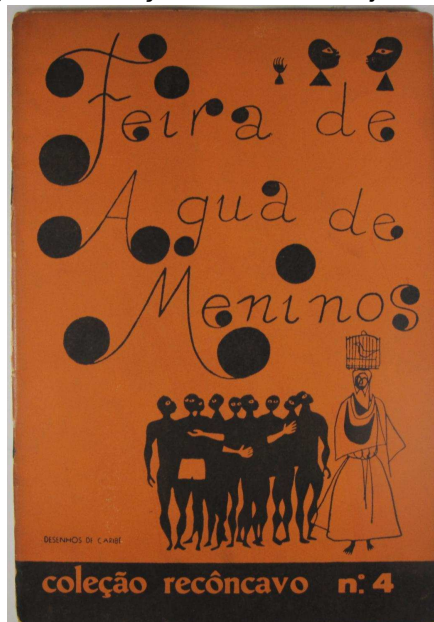
A feira de Água dos meninos é uma festa noturna e semanal. Realiza-se no sábado à noite e na manhã de domingo. Os saveiros vindos das pequenas cidades do Recôncavo descansam no pôrto em frente à feira, onde barracas se levantam para a venda de todos os produtos baianos. (...) Tem quem só vá à feira passear. Negros, mulatas, marítimos, gente grã-fina que vem comprar, acotovelam-se ante as barracas que vendem a melhor comida baiana em pratos de flandres. (...) Os coloridos vestidos das baianas, os tabuleiros de frutas, doces e acarajés, os montes de abacaxis e melancias maduras, as gargalhadas do povo negro, as piadas trocadas entre marítimos e mulatas, o sarapatel fervendo nas panelas, os cegos cantadores que pedem esmola, as barracas de bugigangas que atraem os capoeiras e cozinheiras, as barracas que vendem material para os ritos das macumbas, pedras e ervas, búzios e fetiches, os montes de frutas. (Amado, 1967, p. 279). [mantida a grafia original].

O autor passa a exaltar a feira também pela sua imaterialidade, ou seja, pelos hábitos culturais e práticas sociais que acontecem ali. São essas questões que nos levam a entender que a feira, com o passar dos anos, ultrapassou os limites do abastecimento, passando a ser vista pela sua capacidade de desenvolvimento cultural, um marco cultural na urbanidade de Salvador, que colaborou para a construção de um novo status para o local, o de espaço turístico. Este mesmo potencial já era pensado desde a década de 1950, quando, em 1951, o Governo do Estado, durante a gestão do governador Régis Pacheco lançou a “Coleção Recôncavo”¹⁸ (OLIVEIRA, 2017). Esta coleção tinha por objetivo informar sobre as belezas de Salvador, de modo a atrair visitantes e era composta por dez cadernos

¹⁸ Obras que apresentam o Território de Identidade do Recôncavo, apresentando aspectos biográficos, econômicos, sociais, políticos, históricos e culturais do local.

ilustrados por Carybé. O volume 4 desta coleção foi dedicado à feira de Água de Meninos (Figura 12).

Figura 12: Capa de edição da “Coleção Recôncavo” cujo tema foi a feira de Água de Meninos



Fonte:

<https://www.abebooks.com/COLE%C3%87%C3%81O-REC%C3%94NCAVO-F%C3%89IRA-%C3%81GUA-MENINOS-DESENHOS/22694195593/bd>

A capa desta edição nos remete à existência do povo negro na feira de Água de Meninos, confirmando aquilo discutido previamente nesta dissertação: o povo negro estava presente em Água de Meninos, sendo um grupo responsável pela construção da sua cultura. A capa ainda nos permite observar a presença da religiosidade, através de uma pessoa vestida de branco, carregando uma pomba numa gaiola, simbolizando uma pessoa adepta de religião de matriz africana. É interessante frisar que este volume não apresenta em sua capa a presença de construções características da feira. Podemos inferir então que a intenção deste caderno é exaltar a feira pelo seu viés cultural e não pela sua infraestrutura, mostrando que a construção identitária pautada na cultura é de maior interesse.

Os desenhos de Carybé, as fotos de Pierre Verger e as obras de Jorge Amado, como apontado por Oliveira (2017) serviram de referência para fortalecer o “discurso da baianidade, espécie de fetiche identitário que constituiria o imaginário da singularidade da cultura baiana que, a partir do final dos anos 1960, seria usado na elaboração do ‘produto Bahia’, a ser vendido pela nascente política estatal de turismo” (Oliveira, 2017, p. 44).”

2.3 - Fonte Musical

A música também teve o seu papel na representação da feira. Mas para o proposto para este trabalho, vamos focar a análise na música “Água de Meninos”. Cantada pelo cantor Gilberto Gil, a música é a quinta faixa do lado B do seu álbum de estreia, chamado “Louvação”, lançado em 1967. O álbum foi construído dentro do contexto da Ditadura Militar, iniciada em 1964, que influenciou fortemente a sua produção, uma vez que critica as ações governamentais, pontua problemas sociais e trabalha com uma temática regional nordestina, totalmente relacionada com a vivência do cantor.

A música começa com o seguinte verso:

Na minha terra, a Bahia
 Entre o mar e a poesia
 Tem um porto, Salvador
 As ladeiras da cidade
 Descem das nuvens pro mar
 E num tempo que passou
 Toda a cidade descia
 Vinha pra feira comprar (Água de Meninos, 1967)

Nesse primeiro momento, o autor contextualiza a localização da feira cantada, além de pontuar a importância da mesma para o abastecimento da cidade. A feira de Água de Meninos ficava localizada próximo ao porto de Salvador, na orla da Baía de Todos os Santos (“na minha terra, a Bahia, entre o mar e a poesia, tem um porto, Salvador), que se localiza na Cidade Baixa, referenciada pelo compositor no verso “as ladeiras da cidade descem das nuvens pro mar”. Neste verso podemos inferir que a localização da feira era num local mais abaixo, uma vez que era necessário “descer” para chegar até ela. Esta afirmação ainda pode ser confirmada nos versos seguintes, quando o compositor diz “toda a cidade descia, vinha pra feira comprar”. Este verso ainda nos aponta para a importância dada à feira pelo autor no âmbito do abastecimento da cidade. O trecho “toda a cidade” não necessariamente faz referência à totalidade da população, mas pode ser interpretado como de conhecimento geral, como se boa parte da população soteropolitana soubesse que ali era um local onde era possível se encontrar de tudo.

Seguindo com a letra, temos:

Água de Meninos, quero morar
 Quero rede e tangerina
 Quero o peixe desse mar
 Quero o vento dessa praia

Quero azul, quero ficar
 Com a moça que chegou
 Vestida de rendas, ô
 Vinda de Taperoá (Água de Meninos, 1967)

Neste trecho, podemos perceber, através da escrita do compositor, que na feira era possível encontrar os mais diversos produtos (“quero rede e tangerina, quero peixe desse mar”). A feira se apresentava como local adequado para abastecimento da cidade devido a sua diversidade de produtos vindos do Recôncavo Baiano, que a tornava atraente para a população.

Além do mais, podemos perceber que a própria música relata a feira enquanto espaço social. No verso “...quero ficar com a moça que chegou, vestida de rendas, ô, vinda de Taperoá” podemos inferir que ali era um local onde era possível se conhecer gente de todo local. Taperoá é uma cidade no Baixo Sul do Estado da Bahia, próxima a Valença. Isso mostra que a influência da feira não se resumia apenas à Salvador e às cidades do Recôncavo Baiano, se estendendo também para outras regiões do estado.

Continuando com a letra, o compositor diz:

Por cima da feira, as nuvens
 Atrás da feira, a cidade
 Na frente da feira o mar
 Atrás do mar, a marinha
 Atrás da marinha, o moinho
 Atrás do moinho o governo
 Que quis a feira acabar (Água de Meninos, 1967)

Aqui mais uma vez nos encontramos com a localização da feira, porém desta vez do ponto de vista de quem chega através da Baía de Todos os Santos. O compositor descreve a vista da feira de quem chega do mar, tendo a visão do céu inicialmente, a cidade ao fundo, o mar à frente da feira. O autor ainda utiliza a menção ao mar para introduzir à canção o poder público, na figura da Marinha do Brasil, como forma de levantar a possibilidade de envolvimento do governo em supostas tentativas de acabar com a feira. Este medo foi retratado no filme “A Grande feira”, como discutido anteriormente. feirantes e compradores, receosos do futuro da feira, discutiam a possibilidade e envolvimento do poder público na tentativa de retirada daquele local.

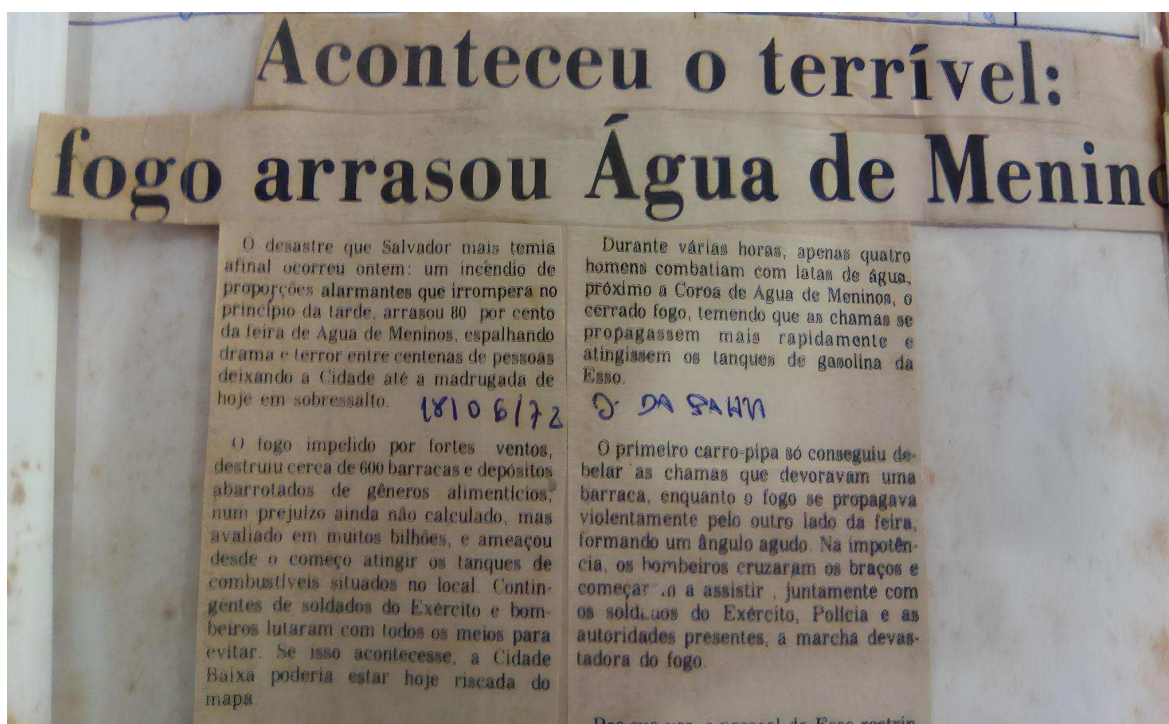
A música continua com os seguintes versos:

A feira nem bem sabia
 Se ia pro mar ou subia
 E nem o povo queria
 Escolher outro lugar

Enquanto a feira não via
 A hora de se mudar
 Tocaram fogo na feira
 Ai, me diga, mi'a sinhá
 Pra onde correu o povo
 Pra onde correu a moça
 Vinda de Taperoá? (Água de Meninos, 1967)

O compositor retrata aqui que, enquanto os feirantes debatiam entre si sobre o futuro da feira e, conseqüentemente, o seu próprio futuro, o incêndio que ocorreu no dia 05 de setembro de 1964 aconteceu. O fato marcou a história da feira, sendo noticiado pelos jornais da época, como mostra a Figura 13.

Figura 13: Matéria do Jornal da Bahia, noticiando o incêndio em Água de Meninos



Fonte: Acervo da Fundação Gregório de Matos

O compositor traz a tona mais uma vez a questão social, quando questiona o que aconteceu com os feirantes durante o incêndio ("pra onde correu o povo, pra onde correu a moça vinda de Taperoá"). Este verso reforça a importância da presença humana não apenas para a feira, mas também para o compositor, que demonstra preocupação com a população diante do ocorrido, além da diversidade na origem dos ocupantes da feira. O autor utiliza a canção para relatar o ocorrido pelos olhos dos feirantes. Para tal, ele interpreta o receptor enquanto alguém de uma classe superior, o que explicaria a utilização do termo "sinhá". É interessante reforçar que sinhá era um termo utilizado para se referir às senhoras durante o período colonial. Dessa forma, entende-se que o compositor se coloca numa

posição de humildade, relatando a problemática da feira para alguém pertencente à uma classe social mais rica.

O compositor continua:

Água de Meninos chorou
 Caranguejo correu pra lama
 Saveiro ficou na costa
 A moringa rebentou
 Dos olhos do barraqueiro
 Muita água derramou
 Água de Meninos acabou
 Quem ficou foi a saudade
 Da noiva dentro da moça
 Vinda de Taperoá
 Vestida de rendas, ô
 Abre a roda pra sambar (Água de Meninos, 1967)

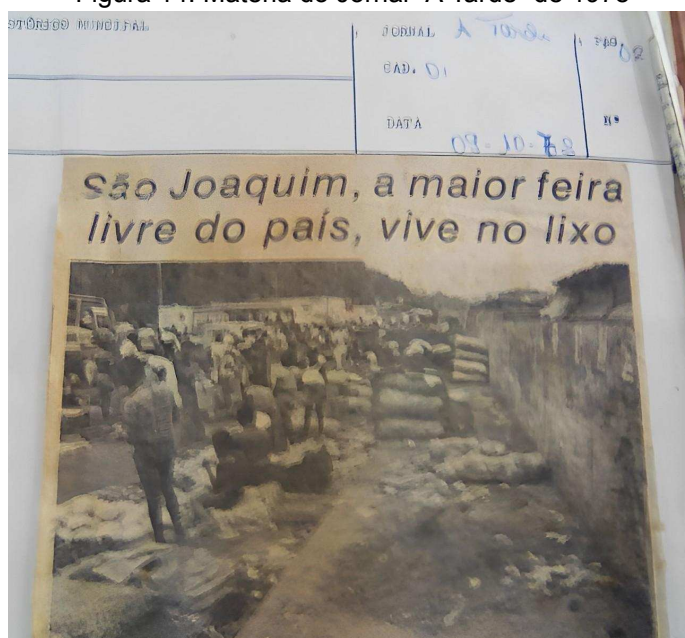
Nestas estrofes, o autor reforça a identidade da feira de Água de Meninos (“Água de meninos chorou”). Aqui a feira é identificada como um ser vivente, munida de sentimentos, triste pelo fim que teve. Esta tristeza se estendia para os seus feirantes (“nos olhos do barraqueiro, muita água derramou”), que lamentava a destruição da feira como se perdesse um ente querido. O sentimento de perda foi retratado uma vez que se entende que aquele espaço simbolizava muito mais que o abastecimento do feirante, mas também era ali onde ele socializava, se encontrava com amigos e conhecia gente de todas as partes do mundo. Este papel de importância que é dado à feira de Água de Meninos é retratado nos versos seguintes (“Água de Meninos acabou, quem ficou foi a saudade”). Mesmo com o final da feira, Água de Meninos se tornou símbolo do comércio popular de Salvador, sempre lembrada por quem a conheceu, sendo inclusive utilizada como sinônimo para a sua sucessora, a feira de São Joaquim.

Aqui percebemos que o compositor trouxe na música vários detalhes sobre a feira de Água de Meninos: sua localização, sua inserção no espaço urbano, seu papel no abastecimento e na socialização, a sua história até que chega ao seu final. Além disso, a música ainda tem papel de denúncia, levando para a sociedade os medos dos feirantes, que se viram desamparados diante do ocorrido e diante da possibilidade de envolvimento de poderosos da sociedade, como o próprio poder público e até mesmo a Esso Brasileira de Petróleo, dona dos tanques de combustível que se encontravam ao fundo da feira. Percebe-se então que, a representação musical consegue descrever fatos que muitas vezes eram omitidos ou pouco discutidos pelas demais camadas da sociedade soteropolitana.

2.4 - Fonte Jornalística

A feira também foi objeto de matérias de jornais. Lima e Paim (2017), pesquisadores da área da museologia e da história, trazem que alguns jornais da cidade constantemente traziam matérias dando ênfase aos problemas encontrados naquele local. Os autores apontam que jornais, como o A Tarde, ressaltavam os problemas da feira, fortalecendo a ideia de que a ali era um local propício para o desenvolvimento de doenças, e muitas vezes responsabilizavam os feirantes por isso, como mostrado na figura 14.

Figura 14: Matéria do Jornal “A Tarde” de 1978



Fonte: Acervo da Fundação Gregório de Matos

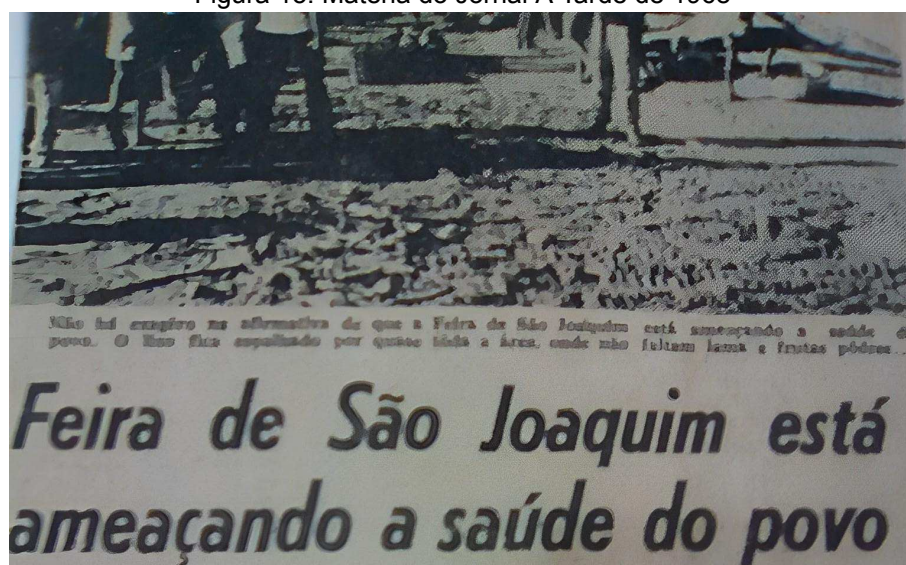
O título, “a maior feira livre do país”, destaca a importância de São Joaquim para o abastecimento de Salvador, mas reforça o problema da higiene, da salubridade, que é uma constante no dia a dia de compradores e comerciantes da feira. O repórter destaca que, apesar da presença de zeladores responsáveis pela manutenção e limpeza do local, o serviço não era executado de uma maneira adequada, o que colaborava para o acúmulo de matéria orgânica, como cascas de laranja e de côco. Este seria um fator que favorecia o afastamento de clientes, uma vez que o ambiente sujo criaria um aspecto de insalubridade (São Joaquim, 1978).

É importante destacar que a população negra soteropolitana, descendentes de negros escravizados que foram forçados a trabalhar no Brasil, eram os principais

atores dos comércios populares, uma vez que muitos destes espaços eram geridos por libertos que vivenciaram a escravidão ou até mesmo os seus descendentes. Devido ao estigma criado sobre esse grupo social, não se deve descartar a possibilidade que muitas dessas matérias eram escritas de forma preconceituosa. Os feirantes, barraqueiros, ambulantes, prestadores de serviço, em sua maioria eram negros, ocupando as feiras livres desde o período colonial brasileiro (Oliveira, 2017). A presença negra também nos leva a perceber o motivo que leva a elite econômica evitar contato com a feira ou até mesmo não fazer daquele espaço o seu local de compras, direcionando esta atividade para trabalhadores domésticos.

A mídia soteropolitana propagava um discurso que atribuía ao negro a responsabilidade pelos problemas do local, baseada num preconceito social que estruturou a formação de Salvador, sempre relacionando a presença do negro à sujeira, a pobreza e baderna. Quando expostas desta forma, a visão da sociedade baiana é direcionada a ideias negativas acerca daquela localidade. Para além disso, a feira passa a ser considerada um local propício para o desenvolvimento de doenças, o que levanta questionamentos acerca da sua permanência, uma vez que a falta de saneamento básico e hábitos costumeiros aos feirantes não estavam dentro de um padrão considerado adequado. Assim, a feira passa a ser vista como um problema de ordem da saúde pública na cidade, como mostrado na figura 15.

Figura 15: Matéria do Jornal A Tarde de 1968



Fonte: Acervo da Fundação Gregório de Matos

Minnaert e Freitas (2008), num estudo acerca das práticas de higiene em feiras livres, ressalta que a percepção de limpo ou sujo difere entre feirantes e não

feirantes, o que reforça a ideia de que muitas das matérias veiculadas nos jornais baseavam suas notícias numa visão preconceituosa que desconhecia a rotina da feira. As autoras, através de um estudo etnográfico, pesquisaram os hábitos de higiene de feirantes em Salvador durante as horas de trabalho e concluíram que o desconforto causado pelas práticas desenvolvidas nas feiras soteropolitanas estudadas é causado por uma falta de conhecimento acerca das formas de relação com o trabalho desenvolvidas ali. De acordo com as autoras, o ideal de limpeza está diretamente conectado ao que se considera ordenado, seja na relação interpessoal, seja na relação usuário com o espaço da feira. Assim, podemos inferir que a falta de conhecimento dos hábitos dos feirantes de São Joaquim pode ser considerado um dos motivos para o preconceito que existe sobre aquele local. Para os feirantes, frutas caídas ou escamas de peixe espalhadas pelo chão da feira não são indicativos de falta de higiene, mas sim um resultado de um dia de trabalho árduo. Os feirantes, dentro das condições sociais nas quais estão inseridos, conhecem seus costumes e práticas cotidianas, o que lhes fornece a sabedoria necessária para o trabalho e para o desenvolvimento das suas funções. O comerciante se apresenta como um profissional de uma atividade tradicional, a atividade de feirante.

Pudemos perceber que, na segunda metade do século XX, a mídia baiana contribuiu para a construção de uma imagem negativa sobre a feira, a retratando como um local insalubre, ressaltando problemas relacionados à falta de saneamento básico e uma coleta de lixo insatisfatória, resultando num espaço na cidade que merecia ser combatido. Essas notícias colaboraram para a construção de uma imagem sobre a feira, que passa a ser encarado pela população como um local que deveria ser evitado, não levando em consideração que os problemas infra estruturais podiam ser atrelados aos anos de ocupação sem manutenção devida e nem considerava o papel da feira de São Joaquim para a população que dependia dela, não apenas do ponto de vista do abastecimento, mas também pelo seu papel como local de sociabilidade, que permitia a construção e transmissão de saberes e religiosidade de todo um grupo.

Entretanto, no início do século XXI, foi possível perceber uma mudança na forma em que a feira passou a ser retratada pela mídia, como mostrado na figura 16:

Figura 16: Matéria do Globo Repórter, 2022

Feira de São Joaquim, em Salvador, é a maior feira livre da Bahia e resiste há mais de meio século

Centro de comércio popular nasceu na Cidade Baixa e fornece alimento para toda população de baixa renda de Salvador e de alta renda também. Lugar tem uma mistura de sabores, crenças e histórias de luta.

22/10/2022 23h49 · Atualizado há 2 anos

Fonte:

<https://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2022/10/22/feira-de-sao-joaquim-em-salvador-e-a-maior-feira-livre-da-bahia-e-resiste-ha-mais-de-meio-seculo.ghtml>

A feira, antes retratada pela mídia baiana apenas levando em consideração os problemas de infraestrutura existentes no local, passa a ser notícia considerando a sua importância para a população de baixa renda de Salvador. Para além disso, a feira também passa a ser apresentada como objetos de estudos, como indicado na figura 17:

Figura 17: Matéria da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2021



Início / Feira de São Joaquim É Tema de Estudos de Arte Em Salvador

Feira de São Joaquim é tema de estudos de arte em Salvador

Fonte:

<https://www.ba.gov.br/cultura/noticia/2024-02/60124/feira-de-sao-joaquim-e-tema-de-estudos-de-arte-em-salvador>

É possível perceber uma mudança na forma como a feira era retratada, passando a ser destacada pelo seu valor comercial e cultural, ressaltando a sua importância não apenas para a população que a consome, mas também pelo seu papel na cultura soteropolitana. Essa nova abordagem da mídia baiana sobre a feira

de São Joaquim colabora para a construção de uma nova imagem sobre a localidade, permitindo novos olhares sobre o mesmo. Dessa forma, a feira passa a ser valorizada, uma vez que se entende o seu papel na construção da identidade baiana e na manutenção de uma cultura popular ligada à sua história. Esse papel pôde ser percebido principalmente depois de 2005, quando ocorreu o primeiro pedido de registro da feira como bem imaterial, feito ao IPHAN pelo Sindicato dos Vendedores Ambulantes e Feirantes de Salvador (Aragão, 2021). Essa solicitação vinda dos próprios feirantes mostra que o entendimento da feira pelo seu papel como elemento cultural não dependeu inicialmente de grupos externos à feira, mas sim se iniciou como um movimento interno, partindo do próprio grupo social que ocupa aquela localidade. Isso mostra que o entendimento do papel da feira como objeto cultural faz parte do cotidiano dos feirantes, que passam a encarar o local pela sua importância para Salvador. Podemos então perceber que esta mudança na forma de representação colabora para uma nova construção da percepção que se tem sobre a feira de São Joaquim, que passa a ser representada como mais um elemento cultural de Salvador, colaborando para novas visões da sociedade sobre aquele ambiente urbano.

Após a análise das representações é possível estabelecer uma relação contraditória que se estabeleceu nas feiras de Água de Meninos e São Joaquim: de um lado, temos um equipamento cultural intimamente ligado à identidade baiana, retratado e eternizado em obras artísticas em geral, como literatura, desenho e música. Por outro lado, um local constantemente associado à sujeira e criminalidade, frequentado por pessoas de classes sociais mais baixas e propício para o desenvolvimento de problemas. Essas visões contraditórias nos levam a perceber que duas imagens são veiculadas sobre o mesmo espaço, permitindo pensarmos acerca do papel do jornalista e do artista quando se trata da transmissão de informações.

A informação transmitida pelo jornalista muitas vezes é limitada pelas crenças daqueles que possuem os veículos de informação, o que leva, muitas vezes, a uma seleção prévia da notícia, de modo a atender os interesses desses veículos (Simon, 2006). A mídia aqui se apresenta como uma fonte de difusão ideológica onde, de acordo com Chauí, as ideologias da classe dominante são transmitidas para a classe dominada (Chauí, 1980). Os jornais da Bahia passaram a difundir uma

imagem negativa da feira, propagando a ideia de um local que deve ser combatido para a população baiana, visto que a sua própria existência representava um problema para a cidade em diversas áreas, como saneamento e segurança pública. Esta ideia estava em consonância com o poder público, uma vez que a feira atravessava os seus interesses. Logo, não surpreende pensar que aquele local constantemente era alvo de ataques dos jornais, visto que era de interesse dos poder público fomentar uma visão negativa e que merecia ser desfeito, visando a higienização da cidade. Além disso, com a chegada de novos supermercados, novos hábitos relacionados ao abastecimento passaram a se difundir, o que tornou o hábito de ir a feira algo menos comum. O público de São Joaquim e Água de Meninos passou a ser de interesse dessas redes, interessadas em aumentar a clientela dos supermercados. Além disso, as feiras ainda abasteciam mercados de bairros, contrariando os interesses dos empresários.

Em paralelo, percebemos que a visão do artista tenta apresentar ao público as sensações dos atores sociais que vivenciam a feira. A representação artística carrega sentimentos e experiências próprias dessas pessoas, sendo mais próxima de uma realidade cotidiana, ajudando a construir um imaginário coletivo, utilizando como ferramenta uma linguagem mais poética, menos técnica (Simon, 2006). Este imaginário é mostrado como “senso comum como aquilo que é fictício, oposto do real e que pertence ao mundo da imaginação” (Anaz et. al, 2014, p. 01). Michel Maffesoli¹⁹ discute a existência de um imaginário coletivo, onde os imaginários individuais se encontram (Anaz et. al., 2014). Maffesoli explica que, mesmo que o imaginário seja individual, ou seja, próprio de cada indivíduo, ele se encaixa num coletivo, permitindo a construção da mesma imagem daquele objeto para várias pessoas. É nesse imaginário coletivo que encontramos as várias feiras de São Joaquim. Mesmo após a transferência de local e mudança após o incêndio de 1964, a feira de Água de Meninos já estava consolidada no imaginário baiano enquanto equipamento cultural. Esta construção imaginária foi possível devido às inúmeras representações artísticas ao longo dos anos, permitindo a inserção da feira em roteiros turísticos relacionados à indústria cultural. Esta imagem, recentemente vem sendo explorada pelo poder público, que passa a entender a feira como um pólo cultural ainda em desenvolvimento.

¹⁹ Michel Maffesoli (1944), sociólogo francês, se tornou reconhecido após popularizar o termo “tribo urbana”

Reitero que, apesar de se apresentarem como uma forma de demonstrar a vivência e sentimentos de um grupo social, as representações também carregam em si, ideologias, mostrando uma visão do objeto, mas sem deixar de lado os interesses daqueles que a criam. Assim, percebe-se que as representações estão sujeitas a interesses dos mais variados grupos, podendo ter um efeito positivo no objeto representado ou um efeito negativo, tudo dependendo dos anseios daqueles responsáveis por elas.

Tais processos ocorreram com a feira de São Joaquim e a feira de Água de Meninos. Por um lado, eram apresentadas como objeto cultural, local de manifestações de um povo miscigenado e com simbologias fortemente ligadas a um discurso de baianidade. Por outro lado, a feira ainda é mostrada como um equipamento preso a um passado, distante da modernidade e, conseqüentemente, aguardando mudanças para a inserção em um futuro que a aceite.

Como colocado anteriormente, Chartier aponta que as representações possuem papel importante na construção de uma visão sobre determinado local ou aspecto. As produções trabalhadas nesta dissertação podem ser analisadas pelo viés das representações uma vez que, dentro dos contextos nas quais foram criadas, colaboraram para a construção de imagens da feira de Água de Meninos e de São Joaquim, que passa a ser um local de visões paradoxais: para muitos, um local cultural, para outros, um problema para a cidade. Aqui percebe-se o papel da representação na propagação de ideias e conceitos, ideias estas que passam a fazer parte de um imaginário coletivo, difundido na sociedade ao longo dos anos.

CAPÍTULO 3 - A PERSPECTIVA DO FEIRANTE ACERCA DA FEIRA DE SÃO JOAQUIM, SUAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E SEU PAPEL COMO LUGAR

3.1 - A Feira de São Joaquim na atualidade e suas inserções no panorama do turismo

No primeiro e segundo capítulo, nos quais trabalhamos, respectivamente, a feira como lugar dos caminhos e encruzilhadas e o desdobramento das suas representações, percebemos que não há uma imagem da feira, mas um espectro de percepções acerca da feira de São Joaquim.

A feira possui um papel para além do abastecimento, uma vez que a forte presença popular e grande fluxo cotidiano a torna um local propício para o desenvolvimento cultural. A presença de um comércio voltado para compra e venda de itens ligados às religiões afro-brasileiras também se apresenta como um fator importante para o entendimento da feira enquanto local de cultura, uma vez que permite a sua utilização como equipamento para manifestações religiosas. Esse comércio se torna um dos principais fatores de reconhecimento da feira, que passa a ser referência na compra e venda de materiais religiosos, sendo reconhecida não apenas pelos adeptos de religiões de matriz africana de Salvador, mas aqueles do Brasil todo, que passam a valorizar São Joaquim não apenas pelo seu potencial comercial, mas também pelo que ela passa a representar no sentido religioso. Logo, eventos como o já citado Olojá e o reconhecimento da feira de São Joaquim como o lugar do feirante e de Exu nos leva a perceber o potencial cultural e turístico do local.

Esse caráter cultural vem sendo explorado pelo poder público e pelo capital privado ao longo da segunda metade do século XX, colocando a feira de São Joaquim como um local representativo da cultura baiana, onde podemos vivenciar histórias do povo e a forma como estas pessoas se apropriaram da localidade. Estes modos de apropriação permitem o entendimento da construção de uma identidade baiana, que passa a ser associada ao trabalho braçal portuário, às noites no cais da Bahia e à religiosidade afro-brasileira. Ao mesmo tempo, percebe-se a construção de um discurso que coloca a feira como local problemático, que merece ser combatido, uma vez que a sua própria existência passa a ser associada a doenças e

criminalidade. Essa dualidade de visões acerca da feira nos leva a perceber que, mesmo com a feira sendo representada por artistas como Carybé, Jorge Amado e Gilberto Gil, ainda assim não foi o suficiente para chamar atenção das autoridades acerca da necessidade de adequação do espaço e de sua infraestrutura.

Neste capítulo desenvolveremos uma discussão acerca da aptidão (ou não) da feira para qualificar-se enquanto patrimônio imaterial da cidade de Salvador, no qual os valores culturais, associados a tal baianidade, passam a ser contrapostos com seu estigma de feira insalubre e caótica.

O que se pode perceber do que foi trabalhado nos dois primeiros capítulos é a dicotomia: ou colocam a feira como um local do passado, ou seja, que tinha uma importância enquanto lócus de encontro das gentes de todas as classes sociais (representações dos artistas em suas artes) e, portanto pujante em cultura popular, ou como local insalubre e propício para a criminalidade.

As duas visões tendem a colocar a feira como um local que não avança com o tempo, estando alheio às modernizações do cotidiano, como as novas formas de pagamento (crédito, débito e pix), a utilização de redes sociais para informar os eventos que acontecem ali ou a utilização de carros de transporte (como exemplo, Uber) para deslocamento de pessoas e mercadorias, o que está longe da verdade.

Percebe-se que, no sentido da modernização, no que diz respeito às inovações impostas pelo capitalismo, como as novas formas de pagamento e de comunicação, a tecnologia entrou na feira, coexistindo com antigos hábitos culturais. Isso pode ser percebido no uso das máquinas de cartão de crédito, uso de aparelhos celulares, redes sociais, uma série de elementos atuais que existem na feira de São Joaquim. A feira passa a ser apropriada como ponto turístico, tendo em vista o alcance das suas representações, como tratado no capítulo 2, a localidade passa a ser vista como marco cultural urbano, independente da sua estrutura arquitetônica, ainda muito defasada no que diz respeito a sua infra estrutura, acessibilidade, conforto ambiental e higiene. Mesmo com toda essa defasagem, esta e outras feiras marcadas pela cultura popular são sítios que abarcam para si os desígnios de locais pitorescos, ou seja, o reconhecimento da importância da cultura popular das primeiras décadas do século XX passa a incluir feiras populares e/ou tradicionais nos roteiros turísticos e, até mesmo, baianos que nunca haviam entrado

na feira passam a frequentá-la eventualmente como lazer cultural. Em todos os anos de funcionamento, a feira passa a ser beneficiada com o avanço tecnológico, como as já citadas novas formas de pagamento e a inserção de redes sociais, podendo inclusive romper com tradições, como a possibilidade de trocas e ser oxigenado por novas práticas sociais e hábitos culturais, como a possibilidade de negociações, tão comuns em feiras livres, onde o tradicional e a modernidade não precisam ser antagonistas ou algozes de si mesmos, podendo caminhar lado a lado.

Logo, percebe-se que a Feira, apesar da sua existência quase secular (considerando as suas antepassadas Feira do Sete e Feira de Água de Meninos) ainda é uma feira atual, especialmente por ainda ser um local de encontro de sujeitos das camadas mais subalternas da cidade, que mantém a prática de mercadejar, de falar com o cliente, de ter várias músicas tocando ao mesmo tempo no espaço, de expor seus produtos, e sobretudo de oferecer produtos que não se encontram em outros lugares da cidade. Ou seja, difere-se muito das redes de supermercados, onde há um controle sobre o que se comercializa, onde a proximidade entre vendedores e compradores deixa de existir, impossibilitando a construção de relações mais íntimas e, conseqüentemente, dificultando a sociabilidade, que é comum na feira.

Ao mesmo tempo, podemos observar nas visitas à feira uma maior inserção de turistas na localidade. Esses grupos passam a consumir a feira não apenas pelo seu papel no abastecimento, mas por uma série de valores que lhes são agregados, como a historicidade, a artisticidade e, sobretudo uma identidade cultural referenciada no universo da cultura popular nordestina e baiana. Há ainda o seu status relevante como o mercado de produtos de origem africana e elementos associados à religiosidade afro-brasileira. De acordo com Assunção (2014), projetos de intervenção em áreas de interesse cultural são pensadas e executadas colocando os valores culturais e identitários como produtos, passíveis de comercialização. Percebemos isso na feira de São Joaquim quando notamos, em visitas, que o número de turistas na chamada Feira Nova é superior aos turistas na Feira Velha, ao mesmo tempo, notamos que na Feira Nova existem mais estabelecimentos que atendem esse público, como bares e restaurantes, favorecendo o aumento do fluxo de pessoas que buscam São Joaquim pelos elementos culturais que se desenvolvem ali.

Logo, entende-se que qualquer projeto que vise modificar a preexistência espacial, necessariamente, precisar levar em consideração a cultura que se desenvolve ali, bem como a participação popular, uma vez que são estes os responsáveis pela dinâmica cultural que se desenvolve no espaço, partindo do princípio que a sua valorização não é importante apenas para os cidadãos de Salvador que adquirem os produtos ou trabalham na feira, mas também porque colaboram com uma indústria turística, que também movimentava o capital em São Joaquim.

Entretanto, é necessário considerar que os turistas, apesar de importantes para a economia local, não devem ser encarados como público alvo principal das obras de intervenção, ou seja, as obras não devem ser feitas pensando exclusivamente no bem-estar do turista, pois estes não são usuários cotidianos da feira, usam brevemente a feira em seus roteiros de passagens pela cidade de Salvador, diferente dos consumidores e trabalhadores locais, que fazem uso constante deste equipamento.

Assim, podemos entender que obras de requalificação devem ser pensadas visando as necessidades locais dos usuários, e não de forma que modifique o equipamento urbano apenas para atender a demanda de um roteiro turístico. Portanto, uma intervenção que buscasse a melhoria infraestrutura do local não deveria ser vista como um ataque à sua preexistência, mas sim um elemento de sua preservação para o futuro, tornando-a mais atrativa e adequada estruturalmente, facilitando aceitação na sociedade dos dias de hoje e a sua compreensão enquanto patrimônio cultural.

3.2 - Registro enquanto patrimônio imaterial e a percepção dos feirantes

Entende-se que, apesar da existência e início da execução de um projeto de requalificação pensado para a feira de São Joaquim, os atrasos na obra que resultaram na cisão do seu território permitem duas percepções sobre o lugar que, como afirmado por Barreto (2022), não permite a consideração de um tombamento material da feira, uma vez que não ocorreu uma valorização dos aspectos característicos de uma feira livre, transformando a imagem urbana do local. Logo, podemos pensar que, uma vez que as alterações na materialidade impossibilitam o

tombamento da feira, devemos nos voltar para a imaterialidade, ou seja, a forma como a cultura se desenvolve ali através de práticas sociais (como as diversas formas de fazer mercado, que aproxima clientes e vendedores) e manifestações culturais ligadas ao comércio local (como o comércio de bens ligados ao culto afro-brasileiro e manifestações religiosas). Vale ressaltar que, uma vez que existe um caráter imaterial atrelado aos mercados populares, a valorização desses bens intangíveis não deve ser desconsiderada quando se pensa em projetos de requalificação para estes locais, de modo que não se perca a identidade cultural que se desenvolve ali, que se apresenta como aspecto importante para o grupo social que ocupa aquele espaço. É perceptível que obras de requalificação em áreas culturais devem ser pensadas de tal modo que estes elementos ligados à cultura popular possam continuar acontecendo, encontrando um local propício para a sua manutenção.

Tal intervenção não deveria desconsiderar toda a construção sociocultural que perpassou por aquele local no decorrer dos anos, conferindo-lhe identidade. A Feira de São Joaquim permaneceu atuante durante todo o século XX. Então, todas as práticas sociais e saberes daqueles que a construíram enquanto lócus cultural na Cidade Baixa não deve ser desconsiderado, uma vez que a ancestralidade dos povos tradicionais (africana e indígena), atuam como agentes com papel fulcral na identidade da Bahia, que ali teceram a rede que se conformou enquanto feira, espaço de sobrevivência, de desenvolvimento e permanência, não apenas do ponto de vista material, mas também do imaterial, ou seja, o caráter cultural daquele local.

A ideia de um patrimônio popular para além do aspecto arquitetônico e a ambiência urbana nos permite pensar na Feira de São Joaquim através do viés imaterial devido ao seu caráter cultural, uma vez que outras feiras já foram registradas como patrimônio imaterial pelo IPHAN, como as feiras de Campina Grande, na Paraíba e Caruaru, em Pernambuco. Ou seja, o reconhecimento de feiras enquanto patrimônio imaterial não é uma novidade e, como citado anteriormente, o reconhecimento do patrimônio imaterial está previsto em lei (Decreto nº 3.551/2000 do IPHAN)

Logo, entende-se que a Feira, para além das suas cores e elementos locais, sons e musicalidades, ganha importância também por suas festividades e

características relacionadas diretamente às relações criadas dentro do seu espaço, fazendo dela um local onde podemos ver, além de vendedores e compradores, turistas, fotógrafos querendo captar o espaço em suas imagens, além de artistas populares, como músicos vindo de países da América Latina (Souza, 2019), que utilizam do espaço da Feira para se apresentarem para os transeuntes.

Esta capacidade de atrair manifestações fazem da feira um local próprio e conhecido não apenas pelo seu papel de abastecimento, mas também pelo seu potencial cultural, diverso e representativo para aqueles que habitam a feira. Este potencial cultural, atrelado ao reconhecimento da feira como um local onde se encontram elementos de religiões de matriz africana, nos permite começar a pensar na feira enquanto equipamento passível de registro pela sua imaterialidade.

Para atender às determinações legais e criar instrumentos adequados ao reconhecimento e à preservação desses bens imateriais, o IPHAN coordenou os estudos que resultaram na edição do Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000 - que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) - e consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC).

De acordo com o site do IPHAN, o INRC é uma ferramenta lançada no ano 2000 e que passou por uma reestruturação entre 2020 e 2023. Até o momento da entrega desta dissertação, o INRC é apresentado como uma ferramenta do governo, atualmente em formato digital e possibilita que pessoas e grupos ligados ao patrimônio, como gestores culturais, cidadãos, parceiros institucionais e também os detentores dos bens culturais possam não apenas ter acesso aos dados referentes ao patrimônio, mas também permite uma participação ativa e direta nos esforços movidos pelo IPHAN no trabalho de conhecimento e documentação do patrimônio cultural brasileiro (BRASIL, 2023).

Dessa forma, no intuito de pesquisar sobre a recorrência da feira de São Joaquim enquanto bem cultural, nos interessamos pelas manifestações culturais da feira antes e depois da reforma com o intuito de compreender se essas manifestações, mesmo metamorfoseadas, ou novas, mantêm seu valor enquanto um dos lócus cultural da cidade, o que justificaria algumas das prescrições para o seu tombamento. Para tanto elencamos alguns requisitos a serem respondidos na

plataforma, a saber: qual a manifestação cultural, local onde acontece, significado daquela manifestação cultural para a comunidade, a forma de financiamento. Utilizamos, enquanto estratégias de aproximação, os seguintes recursos: visita a campo, fotografia, execução de mapas e entrevistas.

Muitas das informações requeridas pela plataforma, constavam antes nas fichas de inventário de educação patrimonial publicadas pelo referido órgão, dentre as quais podemos citar: a caracterização do local, importância do mesmo, elementos construtivos, atividades que acontecem ali, bem como estado de conservação da materialidade e a avaliação do bem como um todo. São informações que coadunam com o que requer a atual plataforma, que é o meio pelo qual os interessados em ver São Joaquim tombada enquanto patrimônio imaterial teriam que submeter as informações.

Considerando que o bem estudado passa por um processo de requalificação urbana, é necessário entender o papel das mesmas na cidade. Obras de requalificação no meio urbano moldam a forma como a cidade é percebida e experienciada. Kevin Lynch afirma que

A cidade não é apenas um objeto percebido (e talvez desfrutado) por milhões de pessoas de classes sociais e características extremamente diversas, mas também o produto de muitos construtores que, por razões próprias, nunca deixam de modificar sua estrutura. (Lynch, 1999, p. 2)

Esta afirmação de Lynch nos leva a pensar sobre como o dinamismo da cidade impacta na sua ambiência e como a sua imagem é alterada por seus atores sociais. Entretanto, o poder público e a iniciativa privada também modificam o espaço urbano, promovendo alterações em diversas áreas da cidade. Entende-se então que projetos de requalificação são também ferramentas que moldam a cidade, promovendo melhorias para áreas que necessitam. Estas transformações no espaço urbano também são objetos de estudo do Urbanismo, uma vez que se entende que a análise das modificações da cidade é de interesse para aqueles que se propõem a estudá-la.

Lefebvre (2001), discute a importância das pessoas para a cidade. De acordo com o autor, “A cidade depende também e não menos essencialmente das relações de imediatez, das relações diretas entre as pessoas e grupos que compõem a sociedade.” (Lefebvre, 2001, p. 51-52). Esta informação nos leva a inferir que a

formação da cidade deve ser considerada devido também aos seus habitantes e, conseqüentemente, suas formas de ocupar o meio urbano. Assim, podemos pensar que alterações no meio urbano devem ser pensadas não apenas pelo seu viés construtivo, mas entendendo a forma como tais alterações irão impactar no cotidiano da população. Percebemos então a importância da população no entendimento da dinâmica urbana e nas modificações que a mesma sofre com o passar do tempo e com as transformações físicas que são produtos de projetos de requalificação.

Diante disto, se julgou necessário ouvir os feirantes de São Joaquim no mês de dezembro do ano de 2024, principais afetados pelas intervenções executadas pelo Governo do Estado da Bahia, de modo a entender a visão deles sobre as obras, bem como o entendimento dos mesmos sobre como tais obras afetam as manifestações culturais da feira.

Como explicado anteriormente, a primeira fase da obra de requalificação foi entregue em 2016 e é possível perceber a diferença na infraestrutura das áreas. Enquanto a área recém modificada, a chamada Feira Nova, possui vias mais largas, alta incidência de luz natural e boxes mais amplos, a área que não havia sido alterada, que passou a ser conhecida por Feira Velha ainda apresentava vias estreitas, coberturas que dificultam a passagem da iluminação natural e diferentes tipos de boxes, alguns construídos em alvenaria, outros apenas uma banca de madeira no meio da feira. Os problemas de infraestrutura são mais evidentes na Feira Velha, que apresenta problemas com a coleta de água de chuva, vias degradadas e irregulares, além de alguns boxes possuírem problemas com infiltração. Entretanto, percebe-se que, apesar dos problemas observados, a vivência diária na feira é um fator importante ali, permitindo que interações interpessoais e relações com o espaço sejam estabelecidas e se mantenham fortes, favorecendo o reconhecimento do pertencimento dos feirantes.

Partimos numa segunda etapa, que se constitui em visitas ao campo para registros visuais (fotografias) e a realização de entrevistas, embasando-se no conceito trabalhado em Manzini (1991), que afirma que entrevistas são ferramentas utilizadas para a coleta de dados de determinado problema. O autor afirma que

A conversa informal passaria a ser orientada por um objetivo previamente definido pelo investigador social que modificaria o caráter da conversa

informal passando, então, a adquirir características de entrevista como uma técnica de coleta de dados. (Manzini, 1991, p. 150)

Assim, podemos nos apropriar de dados referentes às experiências pessoais de cada um, possibilitando a construção de um entendimento acerca do objeto trabalhado, nesse caso, a feira de São Joaquim.

A pesquisa de campo foi feita dentro do âmbito da disciplina Patrimônio Urbano de Interesse Cultural, ministrada pela Prof^a Dra. Lysie dos Reis Oliveira, orientadora desta dissertação. A pesquisa foi pelos alunos da disciplina, as pós-graduandas Isabela Andrade Barbosa e Janaína Paixão Pereira, e os graduandos Fábio Adrian Teixeira, Felipe Carvalho, Hana Carvalho, Júlia Paixão, Lavínia Louise, Letícia Barbosa Santos, Lucas Silva, Marina Rodrigues Santana, Polyana Lucena e Yuri Rangel, sob a supervisão do autor desta dissertação, que esteve em campo com os alunos.

O formulário elaborado tinha como objetivo coletar a percepção dos usuários sobre a feira e qual o entendimento de cada um sobre a localidade e sobre como se dão as manifestações culturais que acontecem ali. Para atingir tal objetivo, foi elaborado um questionário inspirado no antigo modelo do INRC, focando nos elementos considerados importantes para o desenvolvimento deste trabalho. As perguntas formuladas foram:

- Elementos culturais
 - Descrição dos elementos culturais que ocorrem no espaço
 - Quais festas acontecem na feira? (com qual frequência?, em qual área do local acontecem?, Houve mudança do local? Se sim, onde ocorria antes e onde passou a acontecer)
 - Existe alguma festividade ou evento que deixou de acontecer?
 - Existe alguma festividade que parou de acontecer por algum tempo e voltou a acontecer recentemente?
 - Existe alguma festividade que se modificou com o passar do tempo?
 - Qual o significado desses eventos para o grupo da feira?
- Você se sente parte da feira nova ou da feira da velha?
- Você entende a feira como patrimônio cultural?

Vale destacar que este levantamento tem como objetivo levantar um panorama acerca das manifestações culturais da feira de São Joaquim e o entendimento de alguns feirantes sobre a mesma.

Os alunos foram divididos em equipes, de modo a conseguir informações em todo espaço da feira, coletando as informações de acordo com as fases da obra que foram apresentadas no capítulo XX. A divisão dos alunos está descrita no quadro 1:

Quadro 1: Divisão das equipes e locais das entrevistas

Fase 1	Fábio Adrian Teixeira, Isabela Andrade Barbosa e Janaína Paixão Pereira
GAM (Galpão Água de Meninos)	Hana Carvalho, Lucas Silva e Polyana Lucena
Fases 4 e 5	Letícia Santos, Marina Rodrigues Santana e Yuri Rangel
Fases 6 e 7	Júlia Paixão, Lavínia Louise e Felipe Carvalho

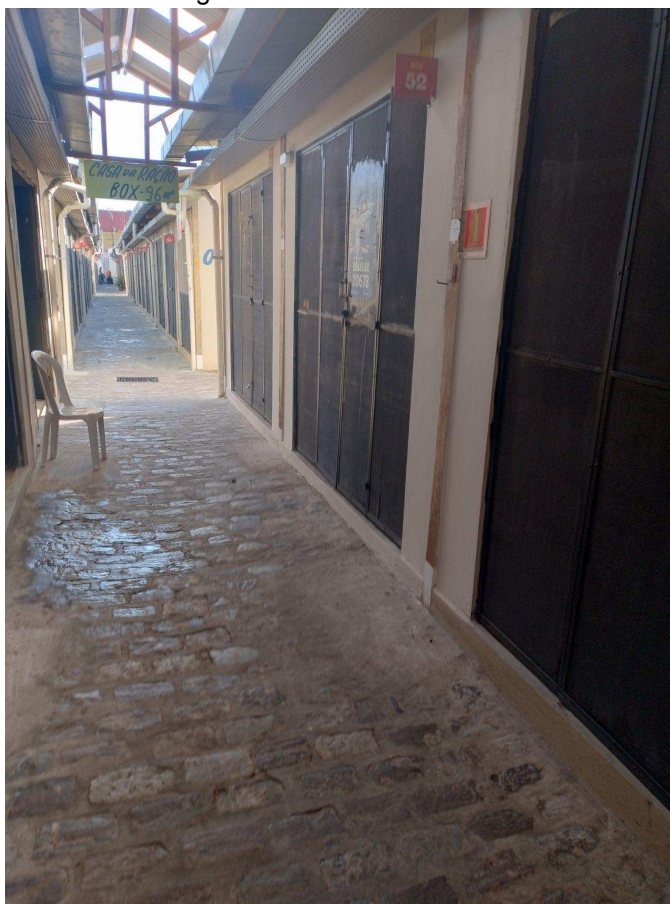
A Fase corresponde ao que passou a ser conhecida por Feira Nova após a intervenção, correspondendo ao espaço da feira onde se iniciaram as obras da chamada requalificação (Barreto, 2022). A equipe responsável buscou conversar com feirantes desta localidade, de modo a compreender como os mesmos se entendem dentro da feira de São Joaquim e sua percepção acerca da cultura desenvolvida ali. Foi perceptível que a divisão entre “Feira Velha” e “Feira Nova” se tornou parte do cotidiano dos feirantes, que passaram a utilizar normalmente esta nomenclatura ao se referir às áreas.

O Galpão Água de Meninos (GAM) se localiza próximo à entrada do terminal do ferry boat²⁰, próximo à feira de São Joaquim. Ali foi o local onde os feirantes da Fase 1 foram transferidos durante as obras que aconteceram entre 2012 e 2016. Após o fim das obras em 2016, e conseqüente retorno dos feirantes, o galpão foi demolido. Recentemente novos boxes foram construídos em *drywall* para abrigar novamente

²⁰ Meio de transporte marítimo, um dos responsáveis pela travessia Salvador-Itaparica através da Baía de Todos os Santos

os feirantes. Inicialmente, em 2023, chamado de “Nova Feira de São Joaquim”, teve seu nome alterado para Galpão Água de Meninos. Durante a pesquisa de campo, detectamos que é irrisória a ocupação deste local: Em plena tarde de uma segunda-feira (02 de dezembro de 2024) foi possível encontrar corredores inteiros de boxes fechados, deixando a localidade deserta, como mostra a figura 16.

Figura 18: Corredor do GAM



Fonte: Acervo do autor

A pouca ocupação do GAM chamou atenção porque, ao mesmo tempo que durante a semana a maioria dos boxes estão fechados, é justamente neste espaço que muitas festividades acontecem atualmente, como mostrado na figura 17.

Figura 19: Comemoração do Dia do Feirante



Fonte: Acervo do autor

Percebe-se que, apesar de ser amplamente utilizado em festas, no dia a dia o GAM tem baixa circulação. O pequeno número de boxes abertos tem como resultado uma baixa circulação de compradores. É importante ressaltar que, durante o planejamento da atividade de campo, se pensou que os feirantes das fases 2 e 3 seriam transferidos para o galpão, da mesma forma que aconteceu com os feirantes da fase 1. Entretanto, de acordo com o depoimento de alguns feirantes que ocupavam o local, o preço do aluguel dos boxes do GAM estão altos, o que pode ser uma justificativa para a baixa ocupação.

É importante frisar que não foi possível coletar dados das fases 2 e 3, uma vez que durante a coleta das informações estes setores se encontravam em obra, dando sequência à intervenção proposta pelo Governo. As entrevistas foram realizadas nos dias 02 e 03 de dezembro de 2024, no turno da tarde, onde as equipes responsáveis pelas áreas correspondentes às fase 1 e GAM coletaram os dados no dia 02 de dezembro de 2024 e as demais, responsáveis pelas fase 4 e 5 e pela fase 6 e 7, foram a campo no dia 03 de dezembro de 2024.

As fases 4, 5, 6 e 7 da obra proposta pelo Governo do Estado correspondem a uma área da feira que ainda não sofreu modificações. Logo, podemos entender que estas fases correspondem a parte do que é popularmente chamado de Feira Velha.

3.2.1 - Entrevistas da Fase 1

O primeiro entrevistado pela equipe foi o senhor Genivaldo Batista, 51 anos e trabalha numa loja de artigos religiosos há quatro anos. O comerciante também afirmou frequentar a feira de São Joaquim há 20 anos. No que diz respeito às manifestações culturais, o senhor Genivaldo destaca e reconhece o Festival Olojá, celebração recente associada ao orixá Exu e que acontece há três anos em São Joaquim. Para o entrevistado, esta celebração reforça o culto à ancestralidade fortemente presente na feira, utilizando de danças e músicas para louvar o orixá. A celebração também promove uma maior interação entre os feirantes, devotos, clientes e turistas, o que reforça o papel da feira como espaço de preservação cultural. De acordo com o entrevistado, o Olojá é custeado pelos próprios feirantes, poucas vezes teve apoio do poder público. O senhor Genivaldo também destaca o Caruru²¹ de Jorge, que acontece em outubro, e o Caruru do Gago, em setembro, ambos gratuitos e organizados pelos próprios comerciantes. Ele aponta também a Lavagem, que ocorre em novembro, e o Samba da Feira, que acontece todos os domingos no píer, porém, para entrar no Samba é necessário pagar. O entrevistado disse que não entende a importância da distribuição de caruru na feira, entretanto disse que acredita que o Olojá seja uma celebração relevante e significativa para os feirantes, mesmo sendo algo recente. O Senhor Genivaldo encerra sua entrevista afirmando que reconhece a feira enquanto patrimônio, principalmente por ser uma das maiores da América Latina. Ainda ressalta que essa importância remonta a feira de Água de Meninos e que, enquanto patrimônio, a feira resiste.

O segundo entrevistado abordado pela equipe foi o Sr. Judá Moraes, 67 anos, vendedor principalmente de bananas, mas também de batatas e sacolas de feira. Não é o proprietário, ele aluga duas bancas no corredor principal da fase 1, onde vende sozinho. Segundo o entrevistado, o trabalho de feirante é tradicional em sua família, iniciado na antiga feira do Sete, tendo como principal produto a banana. Ele conta que seu pai era produtor de doces, passando a vender bananas posteriormente e que ele sempre o acompanhou. Entretanto, ele afirma que nem sempre trabalhou na feira. Ao completar 18 anos, ele começa a trabalhar no setor de

²¹ Caruru é uma comida típica da Bahia, de origem africana e preparado com quiabos, azeite de dendê, camarão e outros temperos. É uma comida que costuma ser servida em festas religiosas sincréticas com o candomblé, como no dia de São Cosme e São Damião, que são sincréticos com os orixás gêmeos Ibejis, e no dia de Santa Bárbara, sincrética com o orixá Iansã.

metalurgia, porém, após um acidente de trabalho, ele perdeu grande parte da audição, o que dificultou sua permanência no setor. Então, após 32 anos, ele retorna para a feira, onde volta a se dedicar à venda de bananas. Ele afirma que as obras que ocorreram na feira foram importantes na melhora das condições de trabalho da atualmente chamada Feira Nova, trazendo impactos positivos. No que diz respeito às manifestações culturais, destaca o Caruru da Feira, em setembro, pontuando o papel do Sindicato na organização da festividade. Ele ainda cita que, apesar da Lavagem do Bonfim não acontecer na feira, o fato da mesma estar localizada no percurso do cortejo, favorece o fluxo de pessoas ali, permitindo que a feira também possa celebrar aquele dia. Assim como o primeiro entrevistado, o Sr. Genivaldo, ele aponta que o Olojá é uma manifestação importante, que mobiliza os feirantes. Ainda afirma que estas manifestações são importantes pois divulgam a feira, o que favorece a atração de investimentos públicos e consequente atração de turistas, que ajudam na circulação de capital. Quando questionado sobre a possibilidade de tombamento da feira, o mesmo respondeu de forma enfática: “Sou a favor, se é tombado você não pode tocar”. O entrevistado encerra a conversa afirmando que, apesar do trabalho na feira ser tradição na sua família, o mesmo não espera que o filho siga os mesmos passos, afirmando: “eu vi vocês aqui e decidi participar da entrevista, aqui vem muitos estudantes, eu atendo e participo porque meu filho estuda também, ele está na Universidade hoje, ele está finalizando o curso, vai ser professor de química”.

O terceiro entrevistado pela equipe foi o Senhor Edvaldo Felix dos Santos, 64 anos e que possui a sua própria história ligada à feira, uma vez que trabalha ali há 56 anos. Ele afirma que começou a trabalhar na feira aos 8 anos de idade e que, desde então, vende jiló, maxixe e quiabo. O entrevistado não era alfabetizado e sua participação foi autorizada após a leitura clara do TCLE e coleta da sua digital. Antes da obra da Fase 1, ele afirma que trabalhava na parte interna da feira, porém, após a entrega da obra, não conseguiu retornar para o seu ponto de origem, passando a ocupar a área externa, improvisando uma barraquinha com caixotes, bancos e um pequeno tabuleiro de madeira, localizado entre a rua e a calçada. Ainda assim, ele se declara proprietário da sua banca, onde trabalha sozinho, cuidando das vendas e da manutenção do espaço. Quando questionado sobre a identidade do seu pertencimento, ou seja, da Feira Velha ou da Feira Nova, o mesmo afirma que

pertence à Feira Velha, mesmo estando localizado no espaço da chamada Feira Nova. O mesmo afirma que isso acontece porque a maior parte da sua vida profissional se passou na Feira Velha e que a mudança do espaço se deu apenas por causa das intervenções. O Senhor Edvaldo é responsável pela limpeza diária do seu espaço, mas questões ligadas à infraestrutura, como manutenção do calçamento da área externa, questões ligadas ao saneamento básico e coleta de lixo são de responsabilidade dos órgãos públicos responsáveis, em parceria com o Sindicato dos Feirantes. No que diz respeito às manifestações culturais, o entrevistado mencionou a Seresta do Quiabo, que acontece nas sextas e nos sábados na área do galpão e o Samba do Píer, que acontece aos domingos, ambos eventos privados, sendo necessário a compra de ingresso. Destaca também o Caruru do Gago, que acontece em setembro e é oferecido pelo presidente do Sindicato. De acordo com o entrevistado, estas festas acontecem na mesma localidade sempre e são importantes para atrair novos frequentadores, possibilitando que o comércio da feira seja movimentado, mesmo aos domingos. Ele ainda menciona o Olojá, afirmando ser uma celebração nova, que acontece há três anos e que ele mesmo não possui mais informações. De acordo com ele, tanto o Caruru do Gago como o Olojá são festas abertas ao público. O Caruru é distribuído de forma gratuita, enquanto no Olojá existem barracas para venda de comida e bebida, além dos próprios feirantes que já trabalham no ramo alimentício. O senhor Edvaldo ainda traz informações sobre festas que deixaram de acontecer, como o Reggae da CODEBA, que não é realizado há um ano, aproximadamente. Entretanto, ele não soube informar como surgiu o evento e nem o motivo dela ter deixado de acontecer. Quando questionado sobre a possibilidade de tombamento da feira, e o seu registro enquanto patrimônio cultural, o mesmo se mostra favorável, destacando que, pela sua história, a feira deve ser reconhecida oficialmente. Ele afirma que o tombamento permitiria o reconhecimento da feira enquanto “atração turística”, o que permitiria o aumento no fluxo de visitantes, impulsionando a economia do local.

3.2.2 - Entrevistas do Galpão Água de Meninos (GAM)

Os primeiros entrevistados foram o senhor Derivaldo Souza dos Santos, 56 anos, trabalhador da feira há pelo menos 35 anos e ocupante do GAM pelos últimos

oito meses, e o senhor Pedro de Santana, 60 anos, feirante há 20 anos. Ambos afirmam que foram trabalhar no Galpão para evitar ficarem parados enquanto a feira está em obras. Ambos os entrevistados ressaltaram que, além da comemoração do Dia do Feirante, que acontece no último final de semana de agosto, concomitantemente com o Festival Gastronômico, onde é distribuído gratuitamente uma feijoada, existem também as serestas promovidas pelos donos dos bares, onde comida e bebida são vendidas. Eles ainda apontam festas de origem religiosa, mas não souberam entrar em detalhes. Ambos compartilham da ideia de que as obras de intervenção são boas para a feira, e que o reconhecimento da mesma enquanto patrimônio é importante, pois passará a valorizar a cultura popular, possibilitando que mais turistas frequentem o local.

Os próximos entrevistados foram o senhor Ari Barbosa Lima, 47 anos, vendedor de hortaliças há 40 anos na Feira Velha, trabalhando no GAM há 7 meses, e o senhor Solon Menezes Oliveira, 74 anos, que trabalha na Feira Velha há 10 anos, estando no GAM há 6 meses. No que diz respeito às manifestações culturais na Feira Velha, o senhor Ari lembrou uma festividade chamada Velho Preto São José, além de festas mensais e da celebração de Cosme e Damião, organizadas pelos próprios feirantes e onde as comidas e as bebidas eram distribuídas. O senhor Solon adicionou à lista sambas e eventos religiosos. Quando questionados sobre manifestações culturais da Feira Nova, ambos apenas mencionaram que apenas ocorreram manifestações culturais na inauguração da mesma e as festas organizadas pelo Sindicato dos Feirantes, como o caruru do Gago. O senhor Ari fala que, apesar de preferir a estrutura mais moderna da Feira Nova, sente falta das Festas e do senso de comunidade que existia na Feira Velha. Ele entende que a feira possui relevância cultural e histórica, o que seria o suficiente para considerá-la patrimônio. O senhor Solon teceu algumas críticas à administração da feira e à infraestrutura do GAM. Ele aponta que a ventilação não é boa e que o baixo fluxo de compradores é um ponto negativo. Ele ainda aponta que muitos feirantes não ocuparam o GAM devido ao alto valor de aluguel cobrado. Segundo o entrevistado, o valor do aluguel de um box chega até R\$1200,00 mensais, o que dificulta a permanência de feirantes, justificando os boxes vazios indicados na figura 16. Entretanto, o mesmo reconhece a feira enquanto patrimônio, considerando-a fundamental para Salvador.

A próxima entrevistada foi a senhora Karine Silva, 48 anos. Trabalhadora recente da feira, atuando no GAM há seis meses. A mesma relata que foi trabalhar ali devido a questões pessoais. De acordo com a entrevistada, a manutenção do GAM ocorre através de funcionários terceirizados que limpam o local duas vezes ao dia e que, caso algum feirante necessite de manutenção dos boxes, basta solicitar. De acordo com a senhora Karine, a maioria das festividades no GAM são promovidas pelos próprios feirantes e cita como exemplo o Samba da Feira e que a organização do Dia do Feirante teve envolvimento de um político. Ela informa também que nos dias de evento o preço dos produtos vendidos aumentam. A mesma ainda afirma que muitos dos eventos podem ser vistos como forma de resistência por parte dos trabalhadores, além de permitir um desenvolvimento cultural próprio da feira. Esse é um dos motivos que a mesma entende que feira deve ser tombada, para que essa característica cultural possa ser valorizada e tenha suporte do poder público. Entretanto, a senhora Karine ressalta que o GAM tem sido alvo de especulação, uma vez que os preços para comprar ou alugar um box ali são considerados altos por ela.

A próxima entrevistada foi a senhora Ednei Ferreira, 52 anos, cozinheira e feirante que trabalhou na Feira Velha por 25 anos, se afastou por sete anos devido a motivos pessoais e retornou recentemente para o GAM. De acordo com a entrevistada, os maiores eventos são o Samba da Feira e algumas serestas, ambos organizados pelos próprios feirantes. Ela afirma que tais ações acontecem para atrair novos públicos à feira, aqueles interessados nas festas, mas que não costumam frequentar o local para compras. Entretanto, a mesma afirma que a organização não ocorre envolvendo todos os feirantes, apenas alguns possuem participação ativa, enquanto a maioria não é ouvida. A senhora Ednei também aponta que a maioria dos eventos da feira são organizados pelo Sindicato. Quando questionada se faz parte da Feira Velha ou da Feira Nova, a mesma afirma que faz parte de ambas e reconhece também que a feira deveria ser tombada, de modo que a cultura que se desenvolve ali possa ser mais valorizada.

3.2.3 - Entrevistas das Fases 4 e 5

Os primeiros entrevistados foram o senhor Eliseu Matos de Andrade, 54 anos, atuando na feira há 40 anos e o senhor Jailson de Jesus Santos, 53 anos, que trabalha na feira há 38 anos e é um dos representantes do Sindicato. Ambos citam mais uma vez o Samba da Feira, destacando o local onde o mesmo acontece, no píer. Ambos ressaltam, mais uma vez, o papel dos próprios feirantes no financiamento dos eventos que acontecem ali. É importante destacar como ambos afirmaram categoricamente que fazem parte da Feira Velha, informando que ali é um lugar onde passaram boa parte das suas vidas, guardando boas lembranças do passado. Isso, para ambos, é um dos fatores que impulsiona a necessidade de reconhecimento da feira de São Joaquim como patrimônio, pois acreditam que o tombamento atuará no sentido da preservação de histórias e costumes.

Os próximos entrevistados foram os senhores Cleiton Santana de Oliveira, 21 anos, trabalhando na feira há 3 anos, e Antônio Marani Dorea, 54 anos, trabalhador da feira há 36 anos. Os entrevistados afirmam que, do ponto de vista deles, a maior manifestação da feira atualmente é o Samba da Feira, que acontece aos domingos no píer, financiado pelos próprios feirantes, onde ocorre a comercialização de produtos alimentícios. Os mesmos afirmam que nos últimos tempos existe um movimento dentro da feira que luta pela sua preservação e identificação como patrimônio cultural, dando ênfase para a sua importância simbólica e histórica. Os mesmos ainda afirmam que não se reconhecem nem como parte da Feira Velha nem da Feira Nova, mas como parte da feira de São Joaquim como um todo, enxergando o espaço como um local integrado.

Os próximos entrevistados foram a senhora Maria Helena Rosa, 54 anos, que atua em São Joaquim há 3 anos, e a senhora Claudete Santana, 50 anos, feirante há 36 anos. As entrevistadas relatam que diversos eventos acontecem na feira, destacando o Samba da Feira e o caruru de Cosme e Damião. Citam ainda as festividades que acontecem anualmente, como festas de São João, Semana Santa, Festa de Santa Bárbara e Lavagem do Bonfim. Ainda apontam uma festa que ocorre no Dia da Consciência Negra e no Dia do Feirante. De acordo com elas, muitas festas acontecem na Rua do Muro, localizada no fundo da feira e no píer e que as mesmas acontecem com financiamento dos próprios feirantes. As mesmas destacam a valorização da feira enquanto patrimônio cultural e que um possível

tombamento seria importante para este reconhecimento. Além do mais, percebe-se uma grande sensação de pertencimento entre os frequentadores, que se identificam como parte da feira de São Joaquim, sem distinção entre Nova e Velha.

3.2.4 - Entrevistas das Fases 6 e 7

Assim como as fases 4 e 5, as fases 6 e 7 também correspondem à parte da chamada Feira Velha. Logo, temos que sua infraestrutura ainda não foi alterada pela obra proposta pelo Governo do Estado.

A primeira entrevistada foi a senhora Rebeca Isabel, 30 anos, trabalha na feira há 1 ano e 4 meses, mas seu marido possui uma barraca de hortifruti há mais de 4 anos, fazendo com que a mesma frequente a feira mesmo antes de trabalhar. Quando perguntamos sobre as manifestações culturais, a entrevistada indica que não se interessa por elas, afirmando que a única que ela se lembra é o Samba da Feira. De acordo com a mesma, estas festividades não agregam nenhum valor à feira, servindo apenas como distração para o trabalhador. Na visão da entrevistada, a feira é um local de trabalho. Uma vez que não se interessa pelas festividades, a mesma afirma não saber qual a forma de financiamento. Quando questionada sobre qual feira pertence, a entrevistada afirma que faz parte da Feira Velha, que não frequenta Feira Nova. Ela conclui dizendo que o tombamento seria interessante, uma vez que, em sua visão, promoveria maior cuidado com a localidade.

O próximo entrevistado foi o senhor Edivaldo Silva, 62 anos, feirante há 40 anos. Quando questionado sobre as manifestações culturais, o entrevistado também mostrou pouco interesse, citando apenas o Samba da Feira, no píer. Para o mesmo, uma vez que a festa apenas serve para que os frequentadores escutem música e dançam, a sua existência não traz nada de significativo para o local, servindo apenas para o lazer. O senhor Edivaldo ainda afirma que a divisão existente entre Feira Velha e Feira Nova não é boa para a feira, uma vez que apenas divide os feirantes. Por este motivo ele não acredita que o tombamento seja interessante para a feira, devendo apenas ocorrer uma requalificação que promova melhoria infraestrutural para todos.

A terceira entrevistada foi a senhora Vanda Lacerda, 76 anos, feirante há 56 anos. Ao ser questionada sobre as manifestações culturais, mais uma vez o Samba da Feira é citado. A senhora Vanda afirma que esta festa é importante porque dança e música sempre fizeram parte da história da feira. Ela ainda afirma que algumas procissões que acontecem ali, juntamente com festas, música e dança, possuem significado histórico para a feira de São Joaquim. A entrevistada afirma que faz parte da Feira Velha, que entende a feira como patrimônio cultural de Salvador e concorda com um possível tombamento da mesma, desde que não ocorram muitas mudanças nos hábitos dos feirantes, uma vez que eles já estão acostumados com a rotina dali.

O próximo entrevistado foi o senhor Cândido Correa, 48 anos, feirante há pelo menos 30 anos. Quando questionado sobre as manifestações culturais, o senhor Cândido também citou o Samba da Feira, mas cita que muitas festividades, inclusive o Samba, encontraram dificuldade para se manter. De acordo com o entrevistado, o Samba serve para que muitos ambulantes tirem o seu sustento durante o final de semana, uma vez que possuem permissão para vender ali, desde que paguem uma comissão, que o mesmo não soube informar a quem. Quando perguntado de onde ele se sente pertencente, o mesmo afirma que faz parte da Feira Velha, que é a parte da feira com a qual ele mais se identifica. Ele afirma que a feira de São Joaquim é um patrimônio da cidade, mas que a sua preservação deve ser feita de modo que não altere os costumes de cada um, se mantendo o mais próximo possível da realidade atual dos feirantes e respeitando os seus costumes.

Dando sequência às entrevistas, trazemos o relato do senhor Victor Almeida Santos, de apenas 20 anos, mas que trabalha na feira há 4 anos. O mesmo afirma que não sabe sobre manifestações culturais, pois atua na feira há pouco tempo. Entretanto afirma fazer parte da feira velha, e que a mesma deve ser tombada, uma vez que se trata de um patrimônio da cidade.

A última entrevistada foi a senhora Josilda Teixeira, 52 anos, feirante há mais de 30 anos. Quando perguntamos sobre manifestações culturais, a mesma citou a festa do Dia do Feirante, o Samba da Feira, a festa de Cosme e Damião, o caruru de Santa Bárbara e o carnaval da Feira. Ela afirma que muitas dessas festas acontecem atualmente na Feira Nova, na área que funciona como estacionamento no fundo da feira ou no píer e que estas festas servem também para atrair mais

clientes para os feirantes. Ela ainda traz que em festas como os carurus, a comida é distribuída de forma gratuita, mas que as bebidas são vendidas para o público. Ela ainda disse que todas estas festas são financiadas pelos próprios feirantes, mas que em ano eleitoral, alguns candidatos colaboram com a organização. Quando questionada sobre qual feira ela se sente pertencente, a mesma afirma que faz parte da Feira Velha. No que diz respeito a um possível tombamento da feira, a mesma se diz contra, mas que entende que algumas manutenções são necessárias para o bom funcionamento do local. A senhora Josilda ainda afirma que, em uma situação de requalificação, os hábitos dos feirantes precisam ser respeitados, de modo que a feira de São Joaquim não se torne uma Ceasinha, estabelecimento comercial localizado no bairro do Rio Vermelho, anteriormente tinha papel como centro de abastecimento, mas que após uma obra de requalificação, se tornou um pequeno shopping, perdendo as características de mercado popular.

3.3 - Discussão

Antes de iniciarmos a discussão sobre o que foi dito pelos feirantes, vale a pena ressaltar alguns detalhes. Percebe-se que o entendimento da feira não é comum a todos uma vez que temos pontos convergentes e divergentes, o que se coloca como desafio num processo de registro enquanto patrimônio imaterial. Afinal de contas, uma vez que relatos trazem ideias tão diversificadas, como determinar o que de fato é representativo e, conseqüentemente, apto para o registro? Essa dificuldade pôde ser observada no registro da feira de Campina Grande, que demorou 10 anos para ser finalizado. É um processo que necessita da participação popular, uma vez que estes, enquanto usuários, possuem maior conhecimento e vivência acerca das tradições e manifestações daquele local. Da mesma forma, entende-se que a diversidade de vivências resulta numa diversidade de relatos sobre aquilo que cada indivíduo considera relevante para a cultura do local. Assim, já era esperado que o mesmo acontecesse nas entrevistas em São Joaquim.

Os relatos dos feirantes nos mostram não apenas uma feira mista, mas também uma diversidade de trabalhadores com diferentes visões sobre o mesmo local. As muitas percepções existentes sobre a feira de São Joaquim nos leva a crer que as vivências individuais de cada um colaboram com inúmeras ideias e

constatações sobre o local, permitindo que cada um experiencie a feira de uma forma, o que justifica essa diversidade de visões. Essa percepção individual que cada feirante tem sobre a feira permite a construção de ideais de pertencimento próprios de cada um, o que nos leva a crer na ideia da feira enquanto lugar. Percebe-se aqui, como apontado por Marandola Jr (2020), que o espaço da feira não é absoluto, ou seja, ele não está para todos da mesma maneira. O espaço aqui se apresenta de forma relativa, uma vez que a sua percepção pode variar de pessoa para pessoa. O autor afirma que

A compreensão de um espaço relativo alimentou bastante as perspectivas humanistas na Geografia, as quais deram centralidade à experiência e à existência, assumindo assim a prerrogativa do sujeito na constituição dos lugares. Perspectivas culturalistas também se pautaram por compreensões deste tipo, levando a questão para o âmbito dos grupos sociais, entendendo os significados e representações coletivamente constituídas como fundantes dos lugares (Marandola Jr, 2020, p. 5)

Isso nos leva a refletir que a percepção cultural de grupos sociais leva aos entendimentos sobre o lugar de cada um, permitindo que a discussão sobre o lugar da feira possa ser feita a partir da opinião das pessoas. É possível perceber que a maioria dos entrevistados se sente pertencente à feira de São Joaquim. Essa sensação de pertencimento permite que as pessoas percebam a feira para além do seu papel nas sobrevivências individuais, se relacionando com o espaço de uma forma mais pessoal. Essa relação de proximidade possibilita que os olhares de cada um sobre a feira seja mais íntimo, entendendo que aquele espaço não apenas faz parte do seu cotidiano, mas é algo importante para a sua existência como pessoa numa sociedade. Da mesma forma, existem feirantes que encaram a feira de outra forma, sem necessariamente uma relação mais próxima com a mesma, tendo apenas como local de trabalho, encarando qualquer festividade como uma distração do verdadeiro objetivo dali.

Marandola Jr aponta que “O lugar [...] está sempre no contexto de um ser-no-mundo” (Marandola Jr, 2020, p. 7). Essa afirmação do autor nos leva a pensar que, entender determinada parcela do espaço enquanto lugar não está necessariamente ligado ao papel que o mesmo exerce na sociedade, mas se relaciona diretamente com a percepção individual que se tem sobre o mesmo. Dardel afirma que “A realidade geográfica é, para o homem, então, o lugar onde ele está” (Dardel, 2011, p. 34). Essa afirmação nos leva a crer que a percepção de cada um é o que determina o entendimento do pertencimento ao espaço, sendo então

definido de forma individualizada. Dessa forma, entender a feira de São Joaquim enquanto um lugar não cabe diretamente à academia ou pesquisadores, mas sim aos feirantes e compradores que experienciam aquele espaço. É a partir da vivência de cada um que podemos observar o entendimento da feira enquanto lugar.

Ainda de acordo com Dardel, “nas relações indicadas por habitar, construir, cultivar, circular, a Terra é experimentada como base.” (Dardel, 2011, p. 40). A afirmação do autor nos leva a crer que, apesar de o lugar estar ligado à sensação de pertencimento, a sua determinação acontece dentro do espaço físico, ou seja, o lugar está atrelado ao espaço geográfico, mesmo que a sua determinação ocorra de acordo com o sentimento de cada um. Isso nos leva a pensar na feira de acordo com os quatro aspectos apontados pelo autor: habitar, construir, cultivar e circular.

A ideia de habitar inicialmente parte do princípio de como nos sentimos seguros no espaço. De acordo com Dardel (2011), o habitar se relaciona ao fato de nos entregarmos ao nosso lugar, uma vez que ali nos sentimos parte daquele espaço, o encarando como nosso refúgio. O habitar então se apresenta com a relação que se estabelece com a parcela do espaço onde nos entregamos às nossas subjetividades, nossos hábitos e práticas sociais, cientes de que ali podemos ser nós mesmos, como colocado por Dardel, “existe este ‘lugar’ que não podemos escolher, onde ocorre a ‘fundação’ de nossa existência terrestre e de nossa condição humana.” (Dardel, 2011, p. 41). Dessa forma, entende-se que o lugar se relaciona com a condição de habitar que se atribui àquela localidade. Diante dessa afirmação, quando pensamos em São Joaquim, podemos perceber pelo relato dos feirantes que existe uma identificação da maioria dos entrevistados com o espaço da feira, uma vez que a mesma se apresenta como local onde cada feirante, dentro das suas individualidades, podem ser eles mesmos. A feira é aquele lugar onde os feirantes conseguem viver sendo eles mesmos, logo, onde podem habitar. Esta condição de habitabilidade da feira se mostra nas diferentes perspectivas mostradas pelos feirantes, cada um relatando a forma como habita ali, reforçando o papel da mesma nas próprias existências. Mesmo após as modificações infraestruturais causadas pelas obras de requalificação, é possível entender a adaptação dos feirantes ao novo ambiente uma vez que a busca de novos entendimentos enquanto lugar também se associa à necessidade de reconhecimento de novas condições de habitar. Dardel afirma que “Podemos mudar de lugar, nos desalojarmos, mas ainda, a procura de um lugar; nos é necessária uma base para assentar o Ser e realizar

nossas possibilidades.” (Dardel, 2011, p. 41). Essa afirmação nos leva a entender o motivo dos feirantes terem se adaptado às modificações sofridas pela feira. A necessidade de reconhecimento daquele espaço como seu, a sua condição de habitabilidade, permite que novas identificações aconteçam, favorecendo o reconhecimento de novos lugares. Assim, é possível perceber que, mesmo após a finalização das obras em determinadas áreas da feira, a feira não deixa de ser reconhecida pelo feirante como seu lugar.

O segundo aspecto apontado pelo autor é o de construir. A ideia do construir se origina inicialmente da capacidade do ser humano em modificar a natureza ao seu redor. Essa capacidade, de acordo com Dardel, surge da necessidade de estabilização da existência, que se dá no elemento terrestre (Dardel, 2011). Essa modificação da natureza permite a construção de nosso hábitat, que passa a existir e tem papel no entendimento do homem dentro do espaço. Podemos então entender que a capacidade construtiva permite ao homem a transformação do espaço, de modo a facilitar a ocupação do espaço, favorecendo a ideia de fazer parte de uma parcela do mesmo. Fazendo a relação com a feira de São Joaquim, a ideia da construção se apresenta nas diversas formas que a feira foi modificada pelos feirantes ao longo dos anos, permitindo que fosse estabelecido uma relação mais próxima entre feirantes e feira. Essas modificações promovidas pelos próprios comerciantes permitem que cada espaço da feira reflita a identidade de quem promoveu aquela mudança, de modo que cada alteração seja parte do que cada feirante seja considerado ideal para as suas necessidades. Dessa forma, podemos entender que a capacidade de construção permite maior relação entre feirantes e o lugar, uma vez que as mesmas são reflexos da existência do homem no espaço.

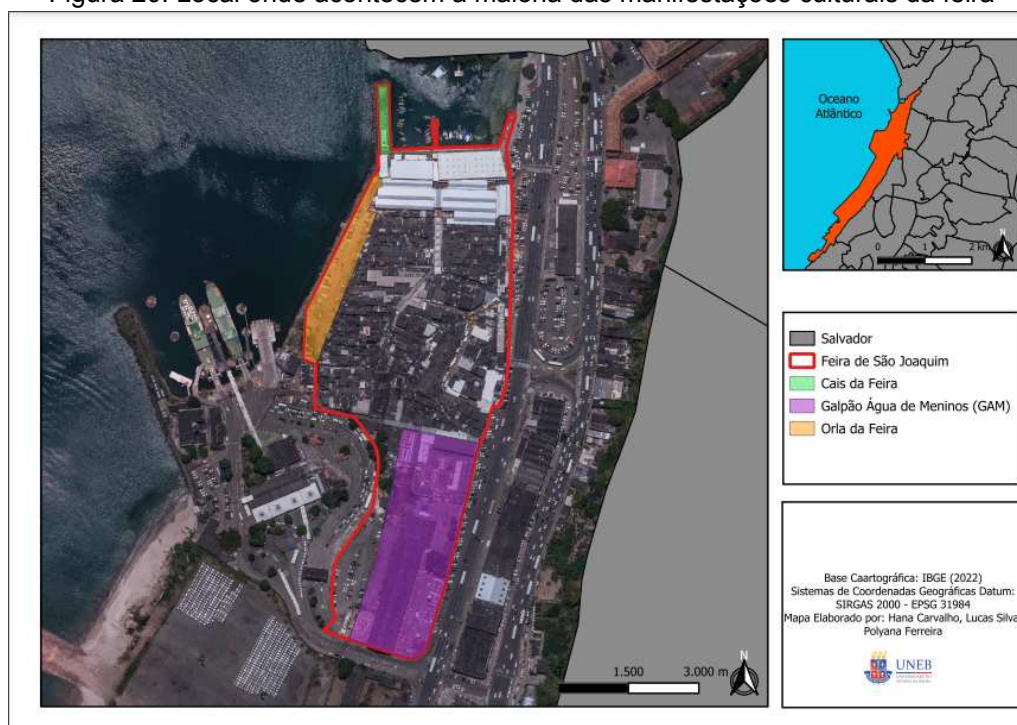
O próximo aspecto a ser trabalhado é a capacidade de cultivar. O cultivar, de acordo com Dardel, se relaciona com a capacidade do ser humano de conseguir tirar sustento da terra, promovendo subsistência, o que facilita uma maior relação com o próprio espaço, uma vez que torna possível a sobrevivência. A ideia do cultivar exprime uma relação entre o ser e o espaço que ultrapassa a ideia apenas do habitar e do construir, uma vez que associa a própria existência e sobrevivência do homem ao existir na terra, aqui tomada mais uma vez como a base do lugar. Concluimos então que a possibilidade de cultivar favorece mais uma vez a construção de relações de pertencimento, já que a própria alimentação do homem vem do lugar onde ele se estabelece. Pensando na feira e na capacidade de cultivo,

podemos relacionar a vários feirantes que, ao longo dos anos, não eram apenas feirantes, mas também produtores. A feira foi o local onde muito do que foi produzido no interior da Bahia chegou até a capital, Salvador. a feira pode não ser local de produção, mas muitos dos feirantes que habitaram ali utilizavam de suas dependências como forma de escoamento da produção, o que permitia não apenas a troca comercial por dinheiro, mas também a troca de produtos, principalmente nas extintas feira do Sete e feira de Água de Meninos.

O escoamento de produtos se relaciona também ao quarto fator apontado por Dardel, a ideia do circular. Circular inicialmente se relacionava com a capacidade de trânsito entre um espaço e outro, promovendo transporte de pessoas, cargas e mercadorias. Essa circulação favorece não apenas o contato com novas parcelas do espaço, mas também colabora com a ânsia do retorno para o seu lugar de origem, uma vez que é na origem que está estabelecido o pertencimento do ser e sua relação com o espaço. Dessa forma, o circular se mostra como aquele aspecto que favorece a relação entre pessoas. Trazendo esta ideia para a feira de São Joaquim, o circular se mostra como aquele fator que movimenta a feira, promovendo a troca comercial e a troca de ideias (a relação que se estabelece dentro dos domínios de Exu, discutida no capítulo 1 desta dissertação). É esta capacidade que faz com que a feira de São Joaquim seja uma feira, sendo palco de trocas de todas as naturezas, o que favorece a identificação daquela parcela do espaço.

Com o relato dos feirantes ainda é possível observar alguns pontos relevantes para esta pesquisa. Um dos primeiros pontos é que as manifestações não ocorrem na feira como um todo. Existem áreas da feira que foram mais citadas, como o píer, o galpão e o fundo da feira, como indicado na figura 18:

Figura 20: Local onde acontecem a maioria das manifestações culturais da feira



Fonte: elaborado pelos alunos da turma de Patrimônio Urbano de Interesse Cultural

Partindo desta figura, é possível perceber que as manifestações culturais da feira de São Joaquim atualmente se concentram nas áreas modificadas recentemente, como o píer e o fundo da chamada Feira Nova, a chamada orla da feira e o GAM. A maioria dos feirantes não cita manifestações que ocorrem na chamada Feira Velha, as citadas são reconhecidas apenas pelos feirantes que ocupam a área da Feira Velha. Acredita-se que isso ocorre pelo fato de os locais citados se tornarem pontos favoritos para essas manifestações pois são abertos e espaçosos, permitindo maior número de consumidores para as festas. Percebe-se ainda que as festas já fazem parte do cotidiano dos feirantes, que utilizam essas manifestações como forma de renda em dias que naturalmente os consumidores não vão à feira para comprar produtos, mas buscando lazer. Assim, estas festividades também atuam do ponto de vista econômico na vida dos vendedores, que utilizam daquele espaço também para comercializar, mas não os produtos do cotidiano, e sim comidas e bebidas próprias da festividade.

Entretanto, percebe-se também que a divisão existente entre Feira Nova e Feira Velha divide também a divulgação das manifestações culturais. Um exemplo acontece em relação ao Olojá. Enquanto os feirantes da Feira Nova reconhecem como uma grande manifestação que acontece dentro de São Joaquim (uma vez que

a maior parte do Olojá se passa ali), muitos feirantes da chamada Feira Velha a reduzem apenas a uma manifestação religiosa, isso quando a mesma é lembrada, uma vez que esta festa pouco foi citada pelos vendedores. Infere-se então que, apesar da divulgação do festival, esta manifestação ainda não tem um impacto em São Joaquim na sua totalidade, tendo maior relevância na Feira Nova. A ideia de um festival que celebra Exu enquanto divindade é uma forma de celebrar a presença da cultura afro-brasileira na feira de São Joaquim. Aquilo que durante muito tempo esteve restrito aos terreiros de candomblé, passa a ser comemorado em áreas públicas de Salvador. É importante frisar que celebrar Exu em mercados populares não é novidade no Brasil e nem se restringe a Salvador. O Bará do Mercado (Figura 19) em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, é um indicativo de que aquilo que tem origem na religiosidade afro-brasileira tem papel relevante na construção de uma identidade cultural popular.

Figura 21: Bará do Mercado, Porto Alegre



Fonte:

<https://www.brasildefators.com.br/2022/12/27/tradicional-bate-folhas-da-virada-no-bara-do-mercado-publico-comeca-nesta-quarta-feira-28>

Localizado no Mercado Público de Porto Alegre, o assentamento do Bará do Mercado é visitado por pessoas recém iniciadas nas religiões de matriz africana na cidade e se apresenta como marco na cidade, sendo tombado como patrimônio

histórico-cultural de Porto Alegre. O reconhecimento deste assentamento enquanto patrimônio da cidade é um indicativo da importância da sua existência para a cultura da localidade, dando ao mercado um caráter que ultrapassa o seu papel no abastecimento, fortalecendo a sua característica enquanto elemento cultural e, considerando todo o preconceito que ainda existe sobre as religiões de matriz africana, ter este elemento como parte da cultura reconhecida da cidade é também um ato de resistência. Percebemos então que o Olojá possui uma característica muito forte na valorização da cultura afro-brasileira que se manifesta na feira de São Joaquim, ligando a religiosidade de um povo à cultura do local.

Aqui nós percebemos que a divisão entre Feira Velha e Feira Nova não apenas acontece do ponto de vista físico. Esta ideia cria uma cisão no quesito cultural da feira, que passa a ter manifestações consideradas próprias da Feira Nova, distantes da Feira Velha.

Outro ponto que foi notado foi a constante lembrança do Samba da Feira. Quase todos os entrevistados o citaram, dando a entender que esta festa possui relevância para os feirantes. O Samba da Feira é constantemente divulgado na feira de São Joaquim, com anúncios nos corredores internos e na fachada do local. Podemos inferir então que ampla divulgação da festa colabora para o seu reconhecimento e visibilidade. Essa divulgação não se dá apenas na feira, o perfil do Instagram do Samba da Feira, apesar de não ser atualizado desde outubro de 2024, conta com 26 mil seguidores. Isso nos leva a crer que o reconhecimento da festa não se limita apenas aos feirantes e compradores constantes da feira de São Joaquim, se estendendo para a população de Salvador que se interessa pela festa. Esse alcance da festa é interessante para os feirantes, uma vez que atrai um público que não necessariamente frequenta São Joaquim durante a semana. Isso implica numa maior renda para os vendedores, uma vez que, como citado por alguns entrevistados, os próprios feirantes se responsabilizam pelo comércio de comidas e bebidas em dias de festa. Esse fato se mostra importante para os comerciantes que estão ocupando o GAM, uma vez que os mesmos reclamaram do baixo fluxo de compradores durante a semana. Assim, festas que atraíam novos públicos se mostram como mais uma fonte de renda para os feirantes.

Entretanto, é importante também destacar que a feira de São Joaquim não está livre da especulação. Como apontado pelos feirantes do GAM, os valores dos aluguéis subiram, o que dificultou a ocupação do espaço, o que permitiu que a nova

área não fosse devidamente utilizada. O espaço que deveria receber os feirantes que foram removidos durante a continuidade das obras, se encontra deserto porque os preços dos aluguéis não condizem com a realidade dos vendedores. Podemos afirmar que o aumento dos aluguéis tem ocorrido por causa da alteração na infraestrutura. Diferente do espaço da Feira Velha, o GAM possui boa circulação de ar e iluminação natural. Dessa forma, a melhoria na infraestrutura promove aumento dos valores cobrados.

Outro ponto bastante citado pelos entrevistados foi acerca de um possível tombamento da feira de São Joaquim, onde a maioria cita que seria importante, uma vez que o tombamento serviria para ajudar na preservação da feira. É uma ideia bem comum, principalmente quando pensamos que, para Salvador, a ideia do tombamento é presente no cotidiano da população. A ideia de uma “Salvador histórica” promoveu inúmeros tombamentos em toda a cidade, sempre seguindo a premissa da preservação. Entretanto, quando observamos na prática, percebemos que a ideia do tombamento nem sempre está atrelado ao ideal de preservação, principalmente quando se pensa na presença popular nestes espaços tombados. Santos (1986) afirma que

Quando se pensa em preservar, alguém logo aparece falando em patrimônios e tombamentos. Também se consagrou a crença de que cabia ao governo resguardar o que valia a pena. Como? Através de especialistas que teriam o direito (o poder-saber) de analisar edifícios e pronunciar veredictos. (Santos, 1986, p. 60)

A afirmação do autor nos leva a questionar dois fatores que muitos consideram essenciais na determinação do que é patrimônio: a necessidade da presença do Estado na determinação do que deve e o que não deve ser considerado patrimônio, e quem são os técnicos responsáveis por esta determinação. A valorização desses dois fatores acaba não pactuando a decisão com aqueles que criam e vivenciam o que vem ser configurado como patrimônio. A determinação do que é representativo não deve ser limitada àqueles ligados ao poder público, que muitas vezes valorizam apenas aquilo que lhes convém. A opinião do público deve ser decisiva nessas escolhas, considerando também a vivência e a forma como esse patrimônio foi construído.

Sabe-se, porém, que, muitas vezes, obras de melhorias na infraestrutura são necessárias para o bom funcionamento do equipamento e segurança dos usuários. Áreas de ocupação popular não são diferentes, elas também necessitam de

manutenção. Porém o que se percebe é que muitas obras em áreas populares são feitas sem a participação dos grupos sociais que ocupam aquele espaço. Sobre isso, Santos afirma que “Renovação urbana só é aceitável se feita em ritmo paulatino. Se respeitar o *timing* da simbiose espaço/população/atividades compatíveis.” (Santos, 1986, p. 62). Esta afirmação nos leva a pensar que requalificações urbanas devem ser pensadas de modo que atendam as necessidades dos usuários. É preciso entender que intervenções em áreas populares devem ser pensadas de acordo com o seu uso pela população, considerando a forma como os atores se relacionam entre si e com o espaço. Quando pensadas dessa forma, tais intervenções têm mais possibilidade de viabilidade, uma vez que passam a valorizar o que foi previamente estabelecido naquele local: as relações existentes e os usos dos equipamentos por parte da população.

Outro ponto interessante destacar é que ainda se tem a ideia de que algo uma vez tombado, está protegido. Essa ideia de que o tombamento garante a preservação de um bem não é real, uma vez que temos exemplos em Salvador de bens tombados mas que se encontram em situação de ruína, como alguns casarões no Pelourinho, bairro do centro antigo de Salvador, também conhecido como Centro Histórico. Sabe-se também que o reconhecimento de bens materiais tombados e bens imateriais registrados é algo que pode ser revisto caso se percam as características que tornaram aquele bem digno de preservação, revisão essa que ocorre há cada 10 anos. Logo, a ideia de um registro da feira pela sua importância imaterial pode se perder caso a cultura própria da feira não seja valorizada e acabe se perdendo.

Quando a população é excluída dessa tomada de decisões, situações como a da Ceasinha, citada por uma das entrevistadas, acontece. Uma área que inicialmente tinha caráter popular, perde as suas características originais, resultando num espaço totalmente diferente, com padrões de ocupação diferentes. Esse é o medo de muitos feirantes em São Joaquim. Alguns deles falam sobre a necessidade da renovação, mas não querem perder as características de feira livre, permitindo a permanência de seus hábitos e costumes. Uma obra de requalificação em área de caráter popular precisa levar em consideração esses hábitos, uma vez que os usuários daquele local são os maiores interessados na sua preservação.

Conclui-se então que, apesar da materialidade estar comprometida, como apontado por Barreto (2022), a feira de São Joaquim ainda se apresenta como um

centro apto para manifestações culturais que movimentam o local. Percebe-se que, mesmo após as obras da chamada requalificação que aconteceram em parte da feira, a cultura segue sendo um elemento presente e mutável, se adaptando às modificações deste equipamento urbano. Apesar de algumas festividades não acontecerem mais, como apontado nas entrevistas, tem-se que o potencial cultural da feira ainda permite o desenvolvimento de algumas festas tradicionais, como o Caruru de Cosme e Damião, além de favorecer o surgimento de novas manifestações, como o Festival Olojá. Podemos afirmar que isso só é possível devido à capacidade de adaptação do feirante, que entende ser necessário se adequar às modificações impostas pelo capitalismo de modo a manter viva suas tradições e formas de trabalho, características de uma feira livre. Essa adaptação só se torna possível uma vez que o feirante se reconhece como parte da feira, permitindo que os mesmos se adequem diante dos processos que alteram aquele local. Essas manifestações se mantêm e surgem independente da materialidade, uma vez que estão atreladas aos hábitos do grupo social que ocupa aquele espaço. Logo, uma vez que os feirantes ainda se vejam como parte da feira e entendam o seu papel na permanência da mesma, manifestações culturais sempre vão surgir, uma vez que estas são também reflexo das vivências e experiências que ocorreram ali.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pensarmos na feira de São Joaquim, inicialmente pensamos apenas no seu papel no abastecimento das classes mais simples de Salvador. Uma vez que nos permitimos olhar a feira e vivenciá-la de forma mais profunda, percebemos que a feira é mais do que um simples mercado popular. Ela é um lugar cultura, luta e resistência. Considerando o seu histórico, a feira possui aproximadamente 100 anos, se contarmos com suas antecessoras, as mudanças de local e um incêndio. Quando paramos para refletir o que significam 100 anos de história, percebemos que a permanência de São Joaquim se deu a partir de muito esforço daqueles que construíram da feira, tanto do ponto de vista estrutural, quanto do ponto de vista social e cultural. Contrariando o poder público, que a via com maus olhos, os

feirantes de São Joaquim lutaram pelo seu direito de existir na cidade, enfrentando o grupo político dominante e a elite econômica de Salvador, e a feira, na figura dos seus vendedores, valoriza isso. A ancestralidade que manteve a feira viva é celebrada, como mostram os relatos dos feirantes. A comemoração que acontece em São Joaquim no Dia da Consciência Negra é a prova de que seus feirantes da atualidade não esqueceram a sua origem, no povo escravizado que, após o fim da escravidão no Brasil, se direcionou ao porto para trabalhar nos mercados populares que surgiam na costa da Baía de Todos os Santos. O papel da ancestralidade está presente todos os dias na feira, vivida não apenas nas festividades, mas no próprio ato de mercadejar. A feira, com suas lojas de produtos relacionados ao culto afro-brasileiro, mantém a tradição e o costume vindos dos mercados africanos: o mercado do barulho, da troca de produtos e energia, do movimento que nunca cessa. É nesse mercado que Exu é celebrado todos os dias, mais uma constante da tradição africana herdada por São Joaquim. Exu está na feira porque ele é a própria feira. Ele pode ser encontrado nas prateleiras das lojas, em cada encruzilhada, em cada dinheiro que circula entre feirantes e compradores. Essa energia que não tem começo e nem fim dita o funcionamento daquele local de modo que, qualquer interferência no fluxo da feira, poderá fazer com que a mesma perca as suas características, se transformando em outra coisa, mas não mais a Feira de São Joaquim.

É essa cultura que atrai não apenas os compradores, mas também os curiosos, os que se interessam por cultura popular, turistas de todas as partes do mundo que também acabam se inserindo nessa grande espiral que se desenvolve ali. Aqui nós temos que o turismo não precisa ser inimigo da feira, a sua presença também pode ser benéfica para aquele local, uma vez que eles também favorecem a circulação de capital ali. O problema se dá quando o poder público se dedica apenas ao bem estar dos turistas, deixando de lado as necessidades da população que atua ali. Isso pode ser visto em obras que favorecem a indústria do turismo, em detrimento do grupo social originário. Não é incomum encontrarmos obras das chamadas requalificações promovidas pelo poder público que descaracterizam locais inteiros de modo a atender melhor aqueles que vêm para Salvador apenas para passar alguns dias, deixando de lado aquela parcela da população que depende daquele espaço para viver. Obras assim costumam fazer com que valores de aluguel e bens de consumo subam, dificultando a permanência dos ocupantes

originais, um fato que foi relatado nas entrevistas coletadas em São Joaquim. Espaços de cultura popular passam a ser encarados como mais um bem de consumo, promovendo uma segregação que não é benéfica para ninguém, uma vez que, se o que movimenta a cultura dos locais é o povo, que tipo de cultura será produzida se o povo não tem condições de ficar ali?

De qualquer forma, a feira de São Joaquim, com todas as dificuldades, passou a ser reconhecida por todos os soteropolitanos. Até aqueles que nunca estiveram ali já ouviram falar dela, seja de forma positiva ou de forma negativa. A verdade é que São Joaquim passou a ser um dos símbolos de uma identidade baiana que foi transmitida para todo o mundo. Sejam através das obras de Jorge Amado ou desenhos de Carybé, a feira foi transformada em sinônimo de baianidade, onde seus habitantes se tornaram a própria representação do que é ser baiano, não importa o quão distante aquela realidade estivesse de boa parte do estado. Ao mesmo tempo, foi considerada por muitos um lugar que não merecia existir, origem de toda criminalidade e promiscuidade de Salvador.

Aqui nós paramos para pensar na posição do feirante diante deste paradoxo: a feira, ao mesmo tempo que era exaltada por muitos, era atacada por outros. Ao mesmo tempo que era considerada cultural, era considerada um problema que precisava ser exterminado. Mas ainda assim o feirante sente orgulho de trabalhar ali, de não ser apenas um feirante, mas um feirante de São Joaquim. É essa percepção que permite afirmarmos que muitos feirantes, ainda nos dias de hoje, consideram a feira como o seu lugar. Ali ele vive, se relaciona, cria laços não apenas com as pessoas com quem interage, mas com o próprio espaço. A feira de São Joaquim passa a ser mais do que um local de trabalho, se tornando aquele lugar que é próprio do feirante, que se vê como parte daquilo ali.

Concluimos assim que os problemas encontrados com a execução das obras não impedem o reconhecimento da feira pelo seu potencial cultural, que se desenvolve com a participação dos feirantes. Este potencial cultural se apresenta como representativo de São Joaquim através de festas que celebram a identidade de seus vendedores, bem como a religiosidade dos seus atores sociais, características que possibilitam o reconhecimento da feira de São Joaquim como patrimônio imaterial de Salvador.

Referências

- A GRANDE feira.** Direção de Roberto Pires. Brasil. Cinedistri Ltda. Embrafilme - Empresa Brasileira de Filmes S.A. 1961. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=W72RsbiusEk&ab_channel=InstitutoMemoriaRobertoPires. Acesso em 25 de maio de 2020
- ALMEIDA, Rachel de Castro., MARÇAL, Ághata Moura, & GUIMARÃES, Sávio Tadeu (2022). Mercados Públicos na área central de Belo Horizonte: transformações, resistências, tensões. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v.14, e20210110. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.014.e20210110>
- AMADO, Jorge. **Bahia de Todos-os-Santos: guia de ruas e mistérios.** Editora Companhia das Letras, 2012.
- AGUIAR, Maria Aurineide Pires de Araújo et al. **ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DA feira DA MADRUGADA APÓS A SUA REQUALIFICAÇÃO.** In: Conexão Fametro 2018 - Fortaleza/CE, 2018. Disponível em: <<https://doity.com.br/anais/conexaofametro2018/trabalho/70395>> Disponível em: <https://www.doity.com.br/anais/conexaofametro2018/trabalho/70395>. Acesso em: 06 de agosto 2023
- ANAZ, Sílvio et al. **Noções do imaginário:** perspectivas de Bachelard, Durand, Maffesoli e Corbin. Revista Nexi, n. 3, p. 1-16, 2014.
- ARAGÃO, Geraldo Moniz de. Feira de São Joaquim é tema de estudos de arte em Salvador. **Secretaria de Cultura do Estado da Bahia.** Salvador, 23 de agosto de 2021. Disponível em <https://www.ba.gov.br/cultura/noticia/2024-02/60124/feira-de-sao-joaquim-e-tema-de-estudos-de-arte-em-salvador>
- ARAÚJO, Giovanna de Aquino Fonseca; BRASIL, FAVIP DeVry. Requalificação espacial e elaboração de Inventário imaterial: duas experiências em andamento na centenária feira Central de Campina Grande-PB. In: VI Congresso Internacional de História, 2013, Maringá (Brasil). **Anais do VI Congresso Internacional de História.** Disponível em http://www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/475_trabalho.pdf. Acesso em 25 de agosto de 2023
- ASSUNÇÃO, Gabriela de Andrade Lira Mota. **Percepção ambiental do patrimônio cultural:** estudo de caso na Cidade Alta e Ribeira em Natal-RN. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014
- AZEVEDO, Livia Dias de. **feira de Santana:** entre culturas, paisagens, imagens e memórias visuais urbanas-um estudo que dialoga com as décadas de 1950 a 2009. 2009. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Desenho, Cultura e Interatividade. Departamento de Letras e Artes. Universidade Estadual de feira de Santana - UEFS
- BARRETO, Jamine Krause de S. **Entre a “feira Velha” e a “feira Nova”:** um estudo sobre a intervenção na feira de São Joaquim de Salvador (2012 a 2016). 2022. 160f.

Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Estudos Territoriais – PROET. Departamento de Ciências Exatas e da Terra I. Universidade do Estado da Bahia – UNEB, 2022

BARROS, Eliete da Silva. **Criança na feira de São Joaquim**: trabalho e exploração. 2008. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCS. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia - UFBA. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19580>. Acesso em 10 de dezembro de 2023

BERDOULAY, Vincent. Espaço e Cultura. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Olhares geográficos**: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand, p. 101-131, 2016

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 03 de julho de 2023.

CANCLINI, Nestor García. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. **Revista de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 2, p. 95-115, 1994

CARDOSO, Saulo Robledo. **Significados de saúde para os feirantes de São Joaquim**: Um olhar sobre o Projeto de Requalificação. 2013. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho - PPGSAT. Faculdade de Medicina da Bahia. Universidade Federal da Bahia - UFBA. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/31726>. Acesso em 10 de dezembro de 2023

CHARTIER, Roger. **A Beira da Falésia**: a história entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2002.

CHAUÌ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo, Brasiliense, 1980

CINEMATECA BRASILEIRA. **A Grande feira**. Disponível em <https://web.archive.org/web/20160923163240/http://cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IisScript=iah%2Fiah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=P&nextAction=search&exprSearch=ID%3D009263&format=detailed.pft>. Acesso em 04 de agosto de 2024

COELHO, Fabiano. **Conceitos “cultura” e “representação”**: contribuições para os estudos históricos. *Fronteiras*, v. 16, n. 28, p. 87-99, 2014.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011

DEODATO, Samira da Silva. **"Domingo é dia de feira hippie!"**: da contracultura à patrimonialização, trajetórias e disputas na feira Hippie de Ipanema. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. Disponível em

<http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/11331>. Acesso em 20 de dezembro de 2023

FALQUETE, Heloísa. Requalificação e Patrimônio Cultural: Discussões em torno da feira de São Joaquim em Salvador.. **Congresso Internacional Online de Estudos sobre Culturas**, Brasil, jun. 2021. Disponível em: <<https://tupa.claec.org/index.php/culturas/2021-1/paper/view/2669/1390>>. Data de acesso: 18 de dezembro de 2023.

Feira de São Joaquim, em Salvador, é a maior feira livre da Bahia e resiste há mais de meio século. **Globo Repórter**, 22 de outubro de 2022. Disponível em <https://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2022/10/22/feira-de-sao-joaquim-em-salvador-e-a-maior-feira-livre-da-bahia-e-resiste-ha-mais-de-meio-seculo.ghtml>

FEIRA de São Joaquim está ameaçando a saúde do povo. **Jornal A Tarde**, Salvador, Caderno 01, p. 03, 25 de junho de 1968

Feira de São Joaquim, em Salvador, é a maior feira livre da Bahia e resiste há mais de meio século. **Globo Repórter**, 22 de outubro de 2022. Disponível em <https://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2022/10/22/feira-de-sao-joaquim-em-salvador-e-a-maior-feira-livre-da-bahia-e-resiste-ha-mais-de-meio-seculo.ghtml>

FERREIRA, Joelma Gomes Ferreira. **“Vem Freguês”**: Lugares, contextos e relações identitárias na feira livre de Santo Amaro – Recôncavo Baiano. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Estudos Territoriais – PROET. Departamento de Ciências Exatas e da Terra I. Universidade do Estado da Bahia – UNEB, 2021

FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson. Olojá: Entre encontros - Exu, o senhor do mercado. **Das Questões**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2016. DOI: 10.26512/dasquestoes.v4i1.16208. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/dasquestoes/article/view/16208>. Acesso em: 15 de julho de 2024.

GIL, Gilberto. **Água de Meninos**. In: Gilberto Gil. Louvação. Rio de Janeiro, Gravadora Philips, 1967. Disco de Vinil, lado B, faixa 5 (4 min.)

GONÇALVES, Sabrina. PATRIMONIALIZAÇÃO GLOBAL E A SINGULARIDADE DA feira DO VER-O-PESO EM BELÉM-PARÁ. In: I Congresso Pan Amazônico de Turismo, Lazer e Patrimônio, 2021. **Anais do I Congresso Pan Amazônico de Turismo , Lazer e Patrimônio**, n. 1, 2021. UNIRIO. Disponível em <https://eventos.congresso.me/conpanamazono/edicoes/i-congresso-pan-amazonico-d-e-turismo-lazer-e-patrimonio-1-edicao/anais>. Acesso em 05 de janeiro de 2024

GAZAR, Carina. Encruzilhada: Uma memória da feira de São Joaquim. 2009. Monografia (Graduação). Faculdade de Comunicação - FACOM. Universidade Federal da Bahia - UFBA. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/29192>. Acesso em 27 de dezembro de 2023

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL.

Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_3.551_de_04_de_agosto_de_2000.pdf. Acesso em 15 de julho de 2023

JESUS, Danuzia Xavier de; DAMERCÊ, Naiane Oliveira. **feira e lugar: um olhar humanista sobre a feira-livre de Jacobina-BA.** 2016. Monografia (Graduação). Departamento de Ciências Humanas. Universidade do Estado da Bahia - UNEB

LEFEBRVE, Henri. **O Direito à Cidade.** São Paulo: Centauro, 2001

LIMA, Phillipe Germano Bezerra. **Mercado público de Jaguaribe: uma proposta de requalificação arquitetônica considerando as características da feira livre.** 2019. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Disponível em <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/28043>. Acesso em 25 de agosto de 2023.

LIMA, Joseni França Oliveira. **Mercado Rio Vermelho (Ceasinha): Um processo de perda de identidade e gourmetização de um mercado público na Bahia, Brasil.** 169 f. il. 2022. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) — Programa de Pós-Graduação Multi- Institucional em Difusão do Conhecimento. Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

LIMA, Valdemar De Assis; PAIM, Elison Antonio. Construindo cidadania: o projeto de requalificação da feira de São Joaquim em Salvador. **Horizontes**, v. 35, n. 1, p. 71-80, 2017. Disponível em <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/401>. Acesso em 25 de abril de 2023

LOPES, Jecson Girão. As especificidades de análise do espaço, lugar, paisagem e território na geografia. **Geografia ensino & pesquisa**, p. 23-30, 2012.

LYNCH, Kevin. **The image of the city.** Cambridge: The M.I.T. Press, 1960

MANZINI, Eduardo José. **A entrevista na pesquisa social.** Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991

MARANDOLA JR., Eduardo. Lugar e lugaridade. **Mercator**, v. 19, p. 1-12, 2020.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória: o reinado do rosário do jatobá.** São Paulo: Perspectiva, 1997

MELLO, Paulo Thiago de .A arte da negociação: saber pechinchar é dominar códigos e etiquetas de relacionamento entre estranhos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 de abril de 2014. Disponível em <https://oglobo.globo.com/economia/a-arte-da-negociacao-saber-pechinchar-dominar-codigos-etiquetas-de-relacionamento-entre-estranhos-12297980>. Acesso em 08 de agosto de 2024

MELO, Arthur Piancó. **feira livre de Igaci: uma proposta de requalificação espacial.** 2023. 90 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023. Acesso em 10 de agosto de 2023

MINNAERT, Ana Cláudia de Sá Teles; FREITAS, Maria do Carmo Soares. Práticas de higiene em uma feira livre da cidade de Salvador (BA). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 1607-1614, 2010.

NOVAES, Luciana de Castro Nunes. **O Exu Submerso**: uma Arqueologia da Religião e da Diáspora no Brasil. Editora Appris, 2019.

DE OLIVEIRA, Daiane; ANGÉLICO, Augusto. **A feira de São Joaquim como Ambiente Econômico**: Uma Análise do Mercado. Seminário Estudantil de Produção Acadêmica, v. 10, n. 1, 2007.

OLIVEIRA, Orlando José Ribeiro de. **O mercado das folhas na pedra**: produção e circulação de plantas rituais/medicinais na feira de São Joaquim, Salvador (BA). 2017. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Federal da Bahia - UFBA. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/23989>. Acesso em 08 de julho de 2023

OLIVINDO, Celina Maria de Souza et al. **Farofa social**: a organização social do complexo turístico em Barra Grande-PI à luz dos afetos da prática da gourmetização. 2021. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Disponível em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22498>. Acesso em 10 de novembro de 2023

PEREGRINO, Lucas Neiva. **Desvelando as trilhas e tramas de um processo social**: diferentes leituras da patrimonialização da feira de Campina Grande (PB). 2018. 227 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2018. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/4646>

PEREIRA, Rodrigo Oliveira Mato Grosso; REIS, Lysie. Vamos à feira? Morfologia Urbana e Territórios na "nova" feira de São Joaquim. **Discenso**, v. 7, n. 1, p. 236-259, 2022. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/245851/Discenso%20-%20Ano%20VII%2C%20n.%20II.pdf?sequence=1>. Acesso em 20 de julho de 2023

PICHITELI, Milaine Aparecida. **Paisagem cotidiana e patrimônio-territorial**: um olhar sobre as feiras Livres da cidade de São Paulo. 2023. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP). Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-09102023-155842/pt-br.php>. Acesso em 20 de dezembro de 2023

PINHEIRO JÚNIOR, Vital Jonas. **Alguns aspectos da informalidade no âmbito da feira de São Joaquim**. 1994. Monografia (Graduação). Faculdade de Ciências Econômicas - FCE. Universidade Federal da Bahia - UFBA. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/30710>. Acesso em 10 de dezembro de 2023

POCHAT, Alex. **Falatório concertante de Salvador**. 2012. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Música - PPGMUS. Universidade Federal da Bahia

- UFBA. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/12460>. Acesso em 10 de dezembro de 2023

POCHAT, Alex. feira de São Joaquim: um campo do compor. In: Simpósio Brasileiro de Pós-Graduandos em Música, 2014. **Anais do SIMPOM**, n. 3, 2014. UNIRIO. Disponível em <https://seer.unirio.br/simpom/article/view/4484>. Acesso em 12 de dezembro de 2023

PORTO, Gil Carlos Silveira. Patrimonialização, território usado e processo de registro da feira livre de domingo de Alfenas (MG) como bem cultural imaterial do município. **Caderno de Geografia**, v. 31, n. 2, p. 187-187, 2021.

QUEIROZ, Amanda Maracajá Vaz de Lima et al. **Da rua para o shopping feiraguay**: desenho urbano e memória visual do comércio popular em feira de Santana, BA (1970-2012). 2013. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Desenho, Cultura e Interatividade. Departamento de Letras e Artes. Universidade Estadual de feira de Santana - UEFS

RAMOS, Jarbas Siqueira. Desvelando o corpo-encruzilhada: reflexões sobre a encruzilhada como espaço de interseção. **Anais ABRACE**, v. 20, n. 1, p. 1-17, 2019.

REIS, Lysie. **A história na vitrine – Novas estratégias e convenções no ritual de preservação**. 1998. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998

ROLNIK, Raquel. **O que é Cidade**. São Paulo; Brasiliense. 1988. Col. "Primeiros Passos", no. 203. 87 p

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das Encruzilhadas**, Rio de Janeiro, Mórula Editorial, 2019.

SÃO JOAQUIM, a maior feira livre do país vive no lixo. **Jornal A Tarde**, Salvador, Caderno 01, p. 02, 09 de outubro de 1978

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. Preservar não é tomar, renovar não é pôr tudo abaixo. **Revista Projeto**. São Paulo, v. 86, p.59-63, 1986

SANTOS, Juana Elbein dos. **Os Nagô e a Morte**: Pàde, Àsèsè e o culto Egun na Bahia. 11ª ed. Trad. Universidade do Estado da Bahia, Petrópolis. Vozes. 1986

SEDUR–SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E URBANISMO. **Lei nº 9.069/2016 de 30 de junho de 2016**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-salvador-ba>. Acesso em: 01 de junho de 2022

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra**: O Corpo e a Cidade na Civilização Ocidental. São Paulo: Ed. Record, 1997.

SILVA, Marcus Vinícius de Oliveira; MELO, Marta Cerqueira. feira popular, requalificação urbana e turismo: quando a higiene suprime sentidos. In: I Encuentro de Estudios Sociales desde América Latina y el Caribe: cenários linguísticoculturais contemporâneos, 2016, Foz do Iguaçu (Brasil). **Anais do I Encuentro de Estudios Sociales desde América Latina y el Caribe: cenários linguísticoculturais**

contemporâneos. Disponível em:

https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/1559/I-EESALC_169-176.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 01 de agosto de 2023

SIMON, Sônia MD. **Água de Meninos–Memórias da cidade de Salvador**. Salvador Seminário Arte e Cidade, p. 01-14, 2006

SOUZA, Lucas Barreto. **Notas sobre um rolé de escuta ativa na feira de São Joaquim**: uma etnografia sonora e fotográfica. Cadernos Cajuína, v. 4, n. 3, p. 113-136, 2019.

SOUZA, Márcio Nicory Costa. **A teia da feira**: um estudo sobre a feira-livre de São Joaquim, Salvador, Bahia. 2010. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCS. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FFCH. Universidade do Estado da Bahia - UFBA. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/11114>. Acesso em 12 de dezembro de 2023

TAVARES, Breitner Luiz. **feira do Rolo: Na Pedagogia da Malandragem**: Memória e Representações Sociais no espaço urbano de Ceilândia – DF. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília, 28 fev.2005.

TAVARES, Odorico. **Bahia: imagens da terra e do povo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d. Introdução de Osmar Barbosa. Ilustrações de Carybé, 1961.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983

VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felipe. TRANSFORMAÇÕES DA feira DE SÃO CRISTÓVÃO: recriando o lugar do migrante (the transformations of the são cristóvão fair (Rio de Janeiro): recreating the migrant 's place). **Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 21, p. 81 a 90, mar. 2011. ISSN 1984-2201. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/450>. Acesso em 20 de janeiro de 2024.

VIEGAS, Jéssica. **feira de São Joaquim**: potencialidades e limites na visão do setor público. Seminário Estudantil de Produção Acadêmica, v. 10, n. 1, 2006

ZANELLA, Thais Cristina. **Discussão sobre gourmetização como parte do processo de gentrificação**: suas relações e associações. 2021. 53 f. Monografia (Graduação em Turismo) - - Escola de Direito, Turismo e Museologia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2021

Apêndice I - Formulário aplicado aos feirantes

Ficha do Projeto

- Título
 - Equipe Executora
 - Professor Orientador
 - Período de Execução
- Local pesquisado
 - Imagem do local
 - Mapa de localização
 - Pontos de Referências
 - Histórico do Local
 - Períodos importantes na sua história
 - Significados para a comunidade local
- Dados socioeconômicos
 - Pessoas envolvidas com o local (que função exercem, faixa etária, há quanto tempo frequentam o local)
- Elementos do local e atividades
 - Elementos naturais presentes
 - Elementos construtivos (edificações presentes e tipologia das construções)
 - Atividades que acontecem ali
 - Manutenção (responsáveis pela manutenção, frequência de intervenções, cuidados necessários)
 - Estado de conservação (pode ser feito um mapa indicando quais áreas do local estudado estão mais conservadas e quais estão precisando de intervenção)
 - Qual tipo de atividades acontecem no local? (caso tenha atividade comercial, que tipo de produtos são vendidos? o local possui restaurantes?)
- Elementos culturais
 - Descrição dos elementos culturais que ocorrem no espaço

- Quais festas acontecem na feira? (com qual frequência?, em qual área do local acontecem? Houve mudança do local? Se sim, onde ocorria antes e onde passou a acontecer)
- Existe alguma festividade ou evento que deixou de acontecer?
- Existe alguma festividade que parou de acontecer por algum tempo e voltou a acontecer recentemente?
- Existe alguma festividade que se modificou com o passar do tempo?
- Qual o significado desses eventos para o grupo da feira?
- A comida e bebida são vendidos ou distribuídos de forma gratuita?
- Do que se trata? Dança? Teatro? Música?
- Estas manifestações culturais ocorrem com financiamento dos próprios habitantes ou possui algum tipo de financiamento? Caso tenha financiamento, este é particular ou público?
- Você se sente parte da feira nova ou da feira da velha?
- Você entende a feira como patrimônio cultural?
- Fontes pesquisadas (livros, papéis antigos, imagens, fotografias, mapas, vídeos, textos, jornais, revistas, sítios na internet, relatos orais, entre outros)
 - Descrever qual a fonte e onde pode ser encontrada
- Observações
 - Este campo servirá para anotar qualquer observação que se tenha sobre o local: é necessário mais uma visita? tem alguma pessoa específica que vale a pena procurar (em caso positivo, tentar adquirir o contato ou saber quando vai ser possível encontrá-la)

Apêndice II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA (DCTE) CAMPUS I
COLEGIADO DE PÓS GRADUAÇÃO EM ESTUDOS TERRITORIAIS - PROET

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO N^o 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Participante: _____
Documento de Identidade n^o: _____ Sexo: F () M ()
Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço: _____ Complemento: _____
Bairro: _____ Cidade: _____ CEP: _____
Telefone: (__) _____/(__) _____/

II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

- TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA:** Manifestações culturais, encruzilhadas e representações na Feira de São Joaquim, Salvador/BA, pós intervenção
- PESQUISADOR RESPONSÁVEL:** Rodrigo Oliveira Mato Grosso Pereira
Cargo/Função: Mestrando (Bolsista)

III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

Caro(a) senhor (a) você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: “MANIFESTAÇÕES CULTURAIS, ENCRUZILHADAS E REPRESENTAÇÕES NA FEIRA DE SÃO JOAQUIM, SALVADOR/BA, PÓS INTERVENÇÃO”, de responsabilidade do pesquisador Rodrigo Oliveira Mato Grosso Pereira, discente da Universidade do Estado da Bahia que tem como objetivo investigar manifestações culturais estabelecidas na Feira de São Joaquim após a intervenção urbanística ocorrida entre 2012 e 2016, partindo das experiências vividas por feirantes e compradores, e discutindo a possibilidade do seu registro enquanto patrimônio imaterial da cidade de Salvador. O presente estudo tem como objetivo criar um panorama acerca da imaterialidade da Feira de São Joaquim, analisando as manifestações culturais que ainda ocorrem naquele local. Tal estudo é importante para um futuro entendimento da importância da Feira de São Joaquim para a cultura soteropolitana, permitindo o seu entendimento enquanto Patrimônio Imaterial e possivelmente colaborar para o futuro Registro da Feira. Os colaboradores da pesquisa serão pessoas que atuam diretamente

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia , aprovado sob número de parecer: 6.763.629 em 15 de abril de 2024, consulta disponível no link : [http](http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil)

<http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>

na Feira de São Joaquim, totalizando 10 pessoas entrevistadas. Caso o Senhor(a) aceite participar da pesquisa, a entrevista possuirá duas perguntas norteadoras: 1) o entrevistado entende que atualmente a Feira de São Joaquim é dividida em duas, a Feira Nova e Feira Velha? 2) o entrevistado entende a Feira pela sua importância como pólo de desenvolvimento cultural? Partindo destas questões, a entrevista será feita pelo aluno Rodrigo Oliveira Mato Grosso Pereira, do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais – PROET. Devido a coleta de informações o senhor (a) não corre riscos físicos, os possíveis riscos são de origem intelectual, psíquica ou moral como (ficar constrangido, triste ou ansioso). A participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que a identidade será tratada com sigilo e, o participante pode desistir de participar a qualquer momento da pesquisa, sem nenhum prejuízo e/ou responsabilização. Caso queira, o(a) senhor(a) poderá, a qualquer momento, desistir de autorizar a participação e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo com o pesquisador ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que o (a) senhor(a) apresentar serão esclarecidas pelo pesquisador e o Sr caso queira poderá entrar em contato também com o Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia. Esclareço ainda que de acordo com as leis brasileiras é garantido ao participante da pesquisa o direito à indenização caso ele(a) seja prejudicado por esta pesquisa. O (a) senhor (a) receberá uma via deste termo onde consta o contato dos pesquisadores, nos quais poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e a participação, agora ou a qualquer momento.

V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Rodrigo Oliveira Mato Grosso Pereira

Endereço: Rua Professor Américo Simas, 45, Edf Cidade de Jerusalém, apto 701

Telefone: (71) 991581843, **E-mail:** rodrigo.omgp@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 2º andar, sala 23, Água de Meninos, Salvador- BA. CEP: 40460-120. Tel.: (71) 3312-3420, (71) 3312-5057, (71) 3312-3393 ramal 250, e-mail: cepuneb@uneb.br

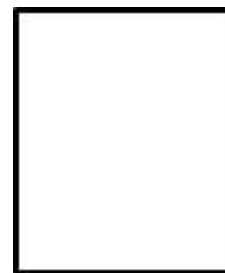
Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP- End: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte CEP: 70719-040, Brasília-DF

V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador(a) sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa “MANIFESTAÇÕES CULTURAIS, ENCRUZILHADAS E REPRESENTAÇÕES NA FEIRA DE SÃO JOAQUIM, SALVADOR/BA, PÓS INTERVENÇÃO”, e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra a mim.

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia , aprovado sob número de parecer: 6.763.629 em 15 de abril de 2024, consulta disponível no link : <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>

Salvador, _____ de _____ de _____.



Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador discente
(orientando)

Assinatura do professor responsável
(orientador)